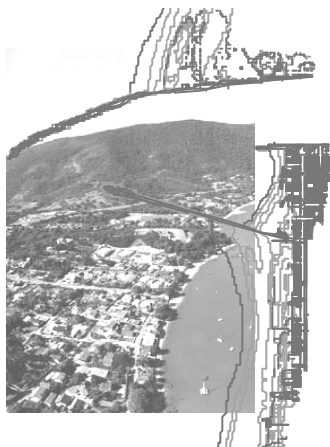




**Luísa Gabriela
Duarte e Pinho**

**Domínio Público Marítimo - O seu 'Carácter Público'
e a Qualificação das Áreas Costeiras**



Fotografia: Sto. Antônio de Lisboa, SC-Brasil – cedida pelo Arq. Joel Pacheco, IPUF, Brasil
Cartografia: Barra, Portugal – cedida pela DRAOT-C, Portugal



**Luísa Gabriela
Duarte e Pinho**

**Domínio Público Marítimo - O seu 'Carácter Público'
e a Qualificação das Áreas Costeiras**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais, realizada sob a orientação científica da Doutora Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins, Professora Associada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Doutor Manuel Carlos Serrano Pinto
professor catedrático da Universidade de Aveiro

Doutor Fernando Francisco Machado Veloso Gomes
professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Doutora Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins
professora associada da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Os meus primeiros agradecimentos vão para a Prof. Doutora Filomena Martins, por ter aceite a orientação desta dissertação, pelo conhecimento partilhado e pelas sugestões enriquecedoras.

Uma palavra de agradecimento à Universidade de Aveiro e à Universidade Federal de Santa Catarina/ Núcleo de Estudos do Mar (Brasil) por me terem proporcionado uma estadia de curta duração no Brasil, e através da qual eu pude estudar uma realidade diferente, contribuindo para esta dissertação com um caso de estudo.

Ao Prof. Doutor Eduardo Soriano-Sierra agradeço a forma interessada, disponível e afável com que me recebeu e, também, os novos contactos proporcionados, indispensáveis à concretização da investigação.

Expresso um agradecimento muito particular à Prof. Doutora Celeste Coelho, pela partilha de conhecimento, pela tolerância demonstrada e pelo apoio que me concedeu.

Agradeço ao Prof. Doutor Veloso Gomes a disponibilidade e interesse demonstrados, bem como as sugestões efectuadas.

Ao Prof. Doutor João Cabral agradeço a sensibilidade e tolerância manifestadas.

À Fátima agradeço de forma distinta pelo apoio dado a todos os níveis, pelo interesse manifestado, pelos contactos proporcionados, pelas sugestões e pelas discussões enriquecedoras que me deu.

Não posso deixar de reconhecer a aprendizagem em conjunto com a Ágata, que em muito contribuiu para a realização desta dissertação; o apoio pessoal e a paciência demonstrados pela Sandra; bem como a disponibilidade e o apoio incondicional da Gisela.

Quero, ainda, manifestar o meu agradecimento a todas as entidades que me receberam, pela forma receptiva com que o fizeram e pela informação e material disponibilizados, indispensáveis à realização da dissertação, designadamente:

- ✍ Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro (Eng. António Mota Lopes, Edmea Silva);
- ✍ Administração do Porto de Aveiro, S.A. (Eng. Jorge Rua);
- ✍ Instituto da Água (Eng. Fernanda Ambrósio);
- ✍ Câmara Municipal de Ílhavo (Arq. Noémia Maia e Dr. João José);
- ✍ Instituto de Planeamento Urbano de Florianópolis (Arq. Jeanine Tavares e Arq. José Rodrigues da Rocha);
- ✍ Gerência Regional do Património da União em Santa Catarina (Dr. José Carlos Bauer, Dra. Bárbara Reis e Eng. Simone Freitas);
- ✍ Prefeitura Municipal de Florianópolis / Fundação Municipal do Meio Ambiente (Dr. Francisco António da Silva Filho);
- ✍ Fundação do Meio Ambiente (Eng. Gustavo);
- ✍ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Dr. André Boclin).

À Família Costa Ribeiro fico muito grata pela forma carinhosa e disponível com que me recebeu e me enriqueceu, quer a nível pessoal, quer ao nível do conhecimento, pelos momentos divertidos e pelas óptimas condições proporcionadas que em muito contribuíram para a realização da investigação em Florianópolis.

À minha Família e aos meus Amigos deixo um agradecimento carinhoso, pela paciência com a minha 'falta de paciência', pela compreensão, pela disponibilidade e por todo o apoio dado, na expectativa de corresponder a toda a confiança que depositaram em mim.

resumo

As áreas costeiras, espaços únicos com uma riqueza natural extraordinária, são áreas polarizantes de actividades económicas e de concentrações urbanas, por vezes desajustadas às suas particularidades e sensibilidade, decorrendo daqui uma conflitualidade potencial de usos e interesses.

Estes problemas das áreas costeiras verificam-se, também, nas áreas de Domínio Público Marítimo que delas fazem parte, as quais não deveriam estar ocupadas, mas sim preservadas e livres para o uso comum.

Daqui surge a grande problemática da eficácia desta faixa como protecção terrestre em relação ao mar e, simultaneamente, do avanço das águas do mar obrigar ao avanço da mesma para o lado terrestre, originando conflitos com os proprietários dos terrenos afectados.

Neste sentido, pretende-se com esta dissertação dar um contributo para a gestão mais eficaz destas áreas, através da análise da influência da recuperação do carácter público do Domínio Público Marítimo na sua qualificação.

A gestão das áreas costeiras poderia tornar-se muito mais fácil e eficiente, se se conseguisse recuperar o carácter público das áreas de Domínio Público Marítimo, dado que os terrenos que dele fazem parte são do domínio público do Estado, levando a uma minimização dos habituais conflitos com proprietários particulares.

Actualmente, a gestão destas áreas é uma tarefa complexa, visto que se encontram sob jurisdição de diversas entidades, e sob a aplicação de diversos diplomas legais e instrumentos de planeamento, ordenamento e gestão do território.

A gestão efectiva das áreas de Domínio Público Marítimo concretiza-se através da aplicação do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro. No entanto, também os Planos de Ordenamento da Orla Costeira contribuem para essa gestão através do ordenamento dos diferentes usos e actividades da faixa costeira e da defesa e preservação dos recursos naturais, apesar de não se verificar uma forma específica no tratamento destas áreas, nem terem uma abrangência na sua totalidade.

Na elaboração desta dissertação esteve subjacente a análise de dois casos de estudo, um em Portugal e outro no Brasil, dando a possibilidade de comparar a forma como se faz a gestão das áreas costeiras em ambos os países. No entanto, face aos diferentes contextos sócio-económicos e naturais em que ambos os países se enquadram, decorrem objectivos também diferentes, levando a uma gestão destas áreas, por vezes muito distinta, inclusivamente nas áreas respeitantes ao Domínio Público Marítimo que se encontram sujeitas a diferentes regimes de Direito.

As dificuldades encontradas, subjacentes à recuperação do carácter público do Domínio Público Marítimo, levaram à elaboração de uma metodologia de aplicação ao seu âmbito territorial, como contributo para a qualificação das áreas costeiras.

abstract

The coastal zones, unique spaces of extraordinary natural wealth, are attractive for economic and urban activities. These human interventions may easily interfere with their singularity and sensitivity, leading to potential conflicts involving various uses and interests.

Such problems also occur in a specific part of the coastal zone – the Maritime Public Domain – which should not be occupied but preserved and kept free for common use.

From this point of view, the big issue is the effectiveness of the land protection zone in relation to the sea. Besides, the mean sea level rise forces the inland movement of this protection zone, which may originate serious conflicts among affected land owners.

This dissertation is intended to contribute to a more effective management of these areas, analysing the influence that the recovery of the public nature of the Maritime Public Domain has on their qualification.

The public nature ownership of the coastal areas would make their management much easier and efficient, since the Maritime Public Domain is a part of the State public domain, mitigating the usual conflicts with private owners.

Nowadays, managing these areas is a complex task, because it involves the jurisdiction of several entities, and the surveillance of several legal documents and land use planning and management tools.

The effective management of the Maritime Public Domain areas in Portugal is ruled by the Decree-Law no. 468/71, of November 5. Besides, the Coastal Zone Management Plans (POOC) also give a contribute, through the land use planning of the different activities, and the defence and preservation of the natural resources. Nevertheless, these plans do not integrate a specific and global treatment for these areas.

This dissertation involves the analysis of two study-cases, one in Portugal and another in Brazil, providing the possibility to compare the coastal zone management in both countries. However, the different socio-economic and natural contexts in these countries imply also distinct goals and lead to different models of coastal zone management. In fact, the Maritime Public Domain is subject to different laws and jurisdiction in both countries.

The problems that were identified in this study, concerning the recovery of the public nature of the Maritime Public Domain, led to the definition of a methodology that is intended specifically for the qualification of the Maritime Public Domain.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Objectivos	2
1.2 Estrutura da Dissertação	3
1.3 Metodologia do Trabalho de Investigação.....	4
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	7
2.1 Introdução	7
2.2 Contexto Nacional.....	8
2.2.1 Introdução	8
2.2.2 Quadro Legal Costeiro	12
2.2.3 Quadro Institucional Costeiro	14
2.2.4 Instrumentos de Planeamento, Ordenamento e Gestão Costeira	18
2.2.5 Programas Estratégicos de Ordenamento do Litoral	25
2.3 Contexto Internacional	29
3. DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO	37
3.1 Contexto Nacional.....	37
3.1.1 Introdução	37
3.1.2 Interpretação da Legislação e decorrente Actuação das Entidades desde 1830 até à Actualidade.....	40
3.1.3 Aspectos Específicos da Figura Legal	45
3.1.4 A Abordagem do DPM no âmbito dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira.....	49
3.2 Contexto Internacional	51
3.2.1 O Planeamento e o Ordenamento da Faixa Costeira no contexto dos Sistemas de Planeamento Territorial.....	52
3.2.2 Espanha	55
3.2.3 França.....	57
3.2.4 Itália	59
3.2.5 Reino Unido.....	60
3.2.6 Conclusão	62
4. CASO DE ESTUDO EM PORTUGAL – Litoral Centro	67
4.1 Introdução	67
4.2 Plano de Ordenamento da Orla Costeira do Troço Ovar - Marinha Grande	68
4.3 Quantificação e Legalidade das Ocupações	73
4.4 A abordagem do DPM no âmbito do POOC de Ovar - Marinha Grande – Caso da Praia da Barra	74

5. CASO DE ESTUDO NO BRASIL – Litoral de Santa Catarina	81
5.1 Introdução	81
5.2 Localização e Caracterização da Área de Estudo.....	81
5.3 Quadro Legal.....	83
5.3.1 Especificidades de Gestão em Santa Catarina	89
5.4 Quadro Institucional/ Instrumentos	90
5.4.1 Enquadramento Histórico	90
5.4.2 Ordenamento e Gestão Costeira	90
5.4.3 Ordenamento e Gestão Costeira - Caso de Sto. Antônio de Lisboa.....	96
5.5 Formas de Intervenção em áreas equivalentes ao DPM - Caso de Sto. Antônio de Lisboa	99
5.6 Síntese Comparativa.....	102
6. PROPOSTA DE METODOLOGIA DE QUALIFICAÇÃO DAS ÁREAS COSTEIRAS	105
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
BIBLIOGRAFIA	115

ANEXOS

Anexo 1 – Instrumentos de Ordenamento do Território

Anexo 2 – Taxa de Utilização de Ocupação dos Terrenos de Domínio Público Marítimo

Anexo 3 – Caracterização da Área de Estudo - Litoral Centro de Portugal

Anexo 4 – Trabalho desenvolvido pela Universidade de Aveiro para Integração no Sistema de Informação Geográfica da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro

Anexo 5 – Identificação e Caracterização das Ocupações do Domínio Público Marítimo na Praia da Barra

Anexo 6 – Plano de Praia da Barra

Anexo 7 – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão da Barra

Anexo 8 – Caracterização da Área de Estudo - Litoral de Santa Catarina - Brasil

Anexo 9 – Conflitos e Problemas Identificados e Actividades Propostas no Âmbito do Projecto Orla do Distrito de Sto. Antônio de Lisboa

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.1.1 - Metodologia de investigação associada à estrutura da dissertação.....	6
Fig. 2.1 - Furadouro.....	8
Fig. 2.2 - Esmoriz	9
Fig. 2.3 - Perfil da Orla Costeira	11
Fig. 2.4 - Instrumentos de Gestão Territorial.....	22
Fig. 3.1 - Definição da área de DPM	38
Fig. 3.2 - Situação da Gestão Integrada das Áreas Costeiras na União Europeia	54
Fig. 4.1 - Costa de Lavos	68
Fig. 4.2 - Localização da área de abrangência do POOC de Ovar - Marinha Grande	69
Fig. 4.3 - Praia da Torreira	70
Fig. 4.4 - Situação legal das ocupações do DPM na área de intervenção da DRAOT-C	73
Fig. 4.5 - Vista da Praia da Barra.....	74
Fig. 4.6 - Identificação das ocupações do DPM na Praia da Barra	76
Fig. 4.7 - Ordenamento de acessos e protecção das dunas pela DRAOT-C, na Praia da Barra	76
Fig. 4.8 - Ordenamento de acessos e protecção das dunas pela APA, na Praia da Barra.....	77
Fig. 4.9 - Edifício em construção na Praia da Barra	78
Fig.4.10 - Edifício localizado em DPM na Praia da Barra.....	79
Fig. 5.1 - Localização do Estado de Santa Catarina.....	82
Fig. 5.2 - Localização da área de estudo	82
Fig. 5.3 - Sto. Antônio de Lisboa.....	83
Fig. 5.4 - Funcionamento institucional subjacente à elaboração do Projeto Orla	94
Fig. 5.5 - Divisão do município de Florianópolis proposta pelo Fórum da Agenda 21 Local.....	97
Fig. 5.6 - Urbanização do litoral - Sto. Antônio de Lisboa.....	100
Fig. 6.1 - Metodologia de qualificação das áreas costeiras	108

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 - Legislação aplicável à Zona Costeira	12
Tabela 2.2 - Planos de Ordenamento da Orla Costeira existentes em Portugal	24
Tabela 2.3 - Proposta de Estratégia para a Gestão do Litoral (1993)	25
Tabela 3.1 - Legislação aplicável à área de Domínio Público Marítimo	41
Tabela 3.2 - Sistemas de Ordenamento do Território dos países estudados	66
Tabela 5.1 - Diplomas legais que dispõem sobre a gestão dos Terrenos de Marinha.....	84
Tabela 5.2 - Comparação entre os casos de estudo analisados	102

LISTA DE ACRÓNIMOS

ANAMMA – Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.
APP – Área de Preservação Permanente
CDPM – Comissão do Domínio Público Marítimo
CMI – Câmara Municipal de Ílhavo
CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
CZMA – Coastal Zone Management Act
DETR – Department of the Environment, Transport and the Regions
DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DPH – Domínio Público Hídrico
DPM – Domínio Público Marítimo
DRAOT – Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território
DRAOT-C – Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo - Ministério do Turismo
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente
GERCO – Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro
GI - GERCO – Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro
GIZC – Gestão Integrada de Zonas Costeiras
GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União
GRPU-SC – Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina
IA – Instituto do Ambiente
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICN – Instituto de Conservação da Natureza
INAG – Instituto da Água
IPU – Instituto de Planejamento Urbano
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
LMBMAVE – Linha Média de Baixa-mar de Águas Vivas Equinociais
LMPMAVE – Linha Média de Preia-mar de Águas Vivas Equinociais
MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAFF – Ministry of Agriculture, Fisheries and Food
MCOTA – Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MET – Ministério do Esporte e Turismo
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOPTH - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação
OEMA – Órgão Estadual de Meio Ambiente

ONG – Organização Não Governamental
PDM – Plano Director Municipal
PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território
PEGC – Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PGZC – Plano de Gestão da Zona Costeira
PIOT – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
PLAMEG – Plano de Metas do Governo
PMGC – Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POAAP – Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas
POAP – Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas
POE – Plano de Obras e Equipamentos
POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POS – Plans Locaux d'Occupation des Sols
PP – Plano de Pomenor
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PU – Plano de Urbanização
RAN – Reserva Agrícola Nacional
REN – Reserva Ecológica Nacional
RIP – Registo de Inscrição Patrimonial
RQA-ZC – Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira
SD – Schéma Directeur
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECIRM – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SIAPA – Sistema de Administração Patrimonial
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SIGERCO – Sistema de Informação de Gerenciamento Costeiro
SINIMA – Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente
SMA-ZC – Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira
SMVM – Schémas de Mise en Valeur de la Mer
SPU – Secretaria do Património da União
UA – Universidade de Aveiro
UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
ZEEC – Zoneamento Ecológico-Económico Costeiro

1. INTRODUÇÃO

As áreas costeiras caracterizam-se por uma variedade rica de recursos naturais, traduzindo-se este facto em fortes pressões de desenvolvimento e vários usos conflituosos.

Esta faixa, onde se dá mais intensamente a interacção entre a terra e o mar, é um sistema dinâmico, portanto em constante modificação (Gomes & Pinto, 1997).

Sendo uma área sobre a qual incide um grande leque de diplomas legais, bem como de instrumentos de planeamento e gestão e, estando sob a jurisdição de várias entidades torna-se, portanto, difícil a sua gestão (Martins, 1997).

A área correspondente ao Domínio Público Marítimo (DPM) foi definida com o intuito de reservar uma faixa, junto ao mar, para o uso comum de todos, facilitando o livre acesso da população à praia. Face aos eventos extremos que têm ocorrido, à evolução da linha de costa e à erosão costeira, torna-se importante a sua existência também com o intuito de protecção terrestre relativamente ao mar. No entanto, o facto de nela se encontrarem bastantes usos e ocupações, por vezes ilegais, incapacita-a das suas importantíssimas funções.

O Domínio Público Marítimo, como instrumento de gestão do território e de salvaguarda de valores ambientais, é uma figura legal com características especiais, dado o seu carácter dinâmico inerente ao avanço e recuo das águas do mar. Assim, a área adjacente encontra-se sujeita à invasão das águas, correndo o risco de passar a pertencer à faixa dos 50 metros abrangida pelo Domínio Público Marítimo (Rua *et al.*, 1996).

Daqui surge a problemática da eficácia da faixa de protecção terrestre em relação ao mar e, simultaneamente, ao facto das águas do mar avançarem, obrigando a que essa faixa também avance para terra, nalguns casos para áreas já edificadas, originando conflitos com os proprietários desses terrenos (que não aceitam a nova situação). Tudo isto se traduz na difícil gestão da área de Domínio Público Marítimo.

Ainda inseridos nesta problemática, os recentemente elaborados Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) traduzem-se num importante instrumento de ordenamento do território nesta área, contribuindo para a sua gestão integrada e sustentável, bem como para a sua requalificação ambiental (Alves, 1998). Os POOC reforçam, portanto, o processo de gestão dos usos e ocupação do Domínio Público Marítimo através da consideração de uma faixa de protecção de 500 metros e da sua forma de actuação, através dos programas de ordenamento dos usos nesta faixa, que assenta no princípio de desenvolvimento sustentável. Torna-se, então, indispensável perceber de que forma é que estes instrumentos intervêm ao nível do Domínio Público Marítimo e contribuem para a qualificação do seu âmbito territorial de intervenção, no sentido de se alcançar uma gestão eficaz e sustentável das áreas de Domínio Público Marítimo.

As áreas de Domínio Público Marítimo são, pois, áreas bastante sensíveis e com uma grande riqueza de valores naturais, as quais devem ser alvo de um tratamento específico, quer pela preservação dos valores naturais, quer pelo facto destas áreas serem de todos e para usufruto de todos os cidadãos.

Assim, esta investigação torna-se importante no âmbito do Mestrado Luso-Brasileiro em Gestão e Políticas Ambientais, cujo principal objectivo é a formação em áreas técnicas e científicas do Ambiente, articuladas com conhecimentos científicos em Relações Internacionais, Direito Internacional e Economia, pois as zonas costeiras são o epicentro de grandes problemas de gestão ambiental, uma vez que são áreas terminais, relativamente ao território continental, de muitos processos cuja gestão ambiental não é a mais adequada e, por vezes, nem existe. São, portanto, áreas muito problemáticas que devem ser preservadas e geridas da melhor forma possível, dadas as suas características específicas.

1.1 Objectivos

Esta dissertação tem como objectivo geral a análise da influência da recuperação do carácter público do Domínio Público Marítimo na qualificação das áreas costeiras.

Como objectivos específicos, no sentido de se atingir o que se propõe como objectivo geral, definiram-se os seguintes:

- ✍ conhecimento do enquadramento legal, institucional e dos instrumentos de planeamento e gestão costeira, de âmbito nacional;
- ✍ análise do modo como se concretiza a gestão das áreas de Domínio Público Marítimo, a nível nacional;
- ✍ conhecimento genérico do tratamento dado às áreas de Domínio Público Marítimo (ou equivalentes) noutros países;
- ✍ dedução de ilações retiradas de casos existentes de gestão das áreas de Domínio Público Marítimo.

Importa referir que a análise dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira é indispensável à concretização do grande objectivo desta dissertação, pois são instrumentos que visam a requalificação da orla costeira, nomeadamente através do ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira e da defesa e conservação da natureza, entre outros, e cujo âmbito territorial de intervenção inclui as áreas de Domínio Público Marítimo.

1.2 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está organizada em sete capítulos. No primeiro é feita uma introdução geral ao tema abordado, são apresentados os objectivos específicos, bem como a metodologia utilizada no desenrolar desta investigação.

O segundo capítulo refere-se ao enquadramento teórico da temática, no qual são desenvolvidos alguns conceitos utilizados, expostos os quadros legal e institucional aplicáveis à zona costeira, bem como os instrumentos de planeamento, ordenamento e gestão costeira, nível nacional. É feita, também, uma abordagem aos programas estratégicos de ordenamento do litoral, a nível nacional, e ainda a alguns documentos de nível internacional com importância para o assunto em estudo.

No terceiro capítulo é feita uma abordagem quer ao âmbito territorial, quer à figura do Domínio Público Marítimo de uma forma mais específica, nomeadamente através: da interpretação da legislação referente ao mesmo, publicada desde 1830; da explicitação dos aspectos específicos da figura legal, nomeadamente conceitos, determinação da área de Domínio Público Marítimo, servidões, concessões, taxas, extinção de usos e ocupações e desafectação destas áreas; bem como da interpretação do tratamento dado

pelos Planos de Ordenamento da Orla Costeira às áreas em questão. Ainda neste capítulo é apresentada uma breve referência à gestão das áreas de Domínio Público Marítimo no contexto internacional (Espanha, França, Itália e Reino Unido).

Os quarto e quinto capítulos são dedicados aos casos de estudo, sendo o primeiro relativo à Região Litoral Centro de Portugal e o outro à Região Litoral do Estado Federal de Santa Catarina no Brasil. Ambos os capítulos são tratados de forma diferente, uma vez que o contexto teórico do caso Português é desenvolvido em capítulos anteriores, tornando possível uma abordagem mais profunda ao caso particular da Praia da Barra. No caso Brasileiro o enquadramento teórico faz parte do mesmo capítulo, apresentando-se quer o enquadramento, quer o caso particular de Sto. Antônio de Lisboa de uma forma mais breve. Não obstante, o objectivo da realização destes dois capítulos é analisar a situação presente em que se encontra a gestão das áreas costeiras em ambos os países, e daí retirar ilações para a elaboração de uma metodologia de qualificação das áreas costeiras, a qual é exposta no capítulo seis.

A dissertação termina com a exposição das considerações finais e recomendações no capítulo sete.

1.3 Metodologia do Trabalho de Investigação

Esta investigação iniciou-se com a análise de todo o enquadramento legal, dos instrumentos de planeamento, ordenamento e gestão costeira e das entidades intervenientes na gestão das áreas costeiras, o que se concretizou com recurso à pesquisa bibliográfica sobre variados documentos.

Relativamente ao enquadramento legal, foram aprofundadas as questões inerentes à especificidade do conceito de Domínio Público Marítimo, nomeadamente o seu dinamismo intrínseco e a legitimidade legal e social associada a essa dinâmica, bem como à existência de diferentes 'regimes de propriedade', nomeadamente Domínio Público do Estado, Domínio Privado do Estado e propriedade privada, coexistindo em espaços territoriais contíguos.

No que se refere aos instrumentos de planeamento e gestão territorial, analisaram-se de forma breve todos os que, de alguma forma, intervêm nas áreas costeiras, destacando-se os POOC em geral e, pormenorizadamente, o POOC de Ovar - Marinha Grande,

nomeadamente no que respeita às estratégias de requalificação previstas neste plano para a área de Domínio Público Marítimo.

Foi feita, também, uma análise relativa às ocupações dessa área, quer em termos quantitativos, quer em termos da tipologia, e às dificuldades de gestão associadas, na área referente ao POOC de Ovar - Marinha Grande (caso de estudo).

Relativamente às entidades, foi feita uma abordagem às suas responsabilidades, relacionando essas responsabilidades com as emissões de licenças para ocupação do Domínio Público Marítimo e com os diferentes 'regimes de propriedade' já referidos.

Como complemento, e de uma forma genérica, analisou-se a existência noutros países da figura de Domínio Público Marítimo, ou outras semelhantes com actuação em áreas equivalentes, passando-se posteriormente à análise do conceito dessas figuras bem como à forma como são utilizadas. Com uma abordagem mais profunda analisou-se, também, esta temática no Brasil, dando ênfase ao seu enquadramento legal, bem como às estratégias de qualificação aplicadas.

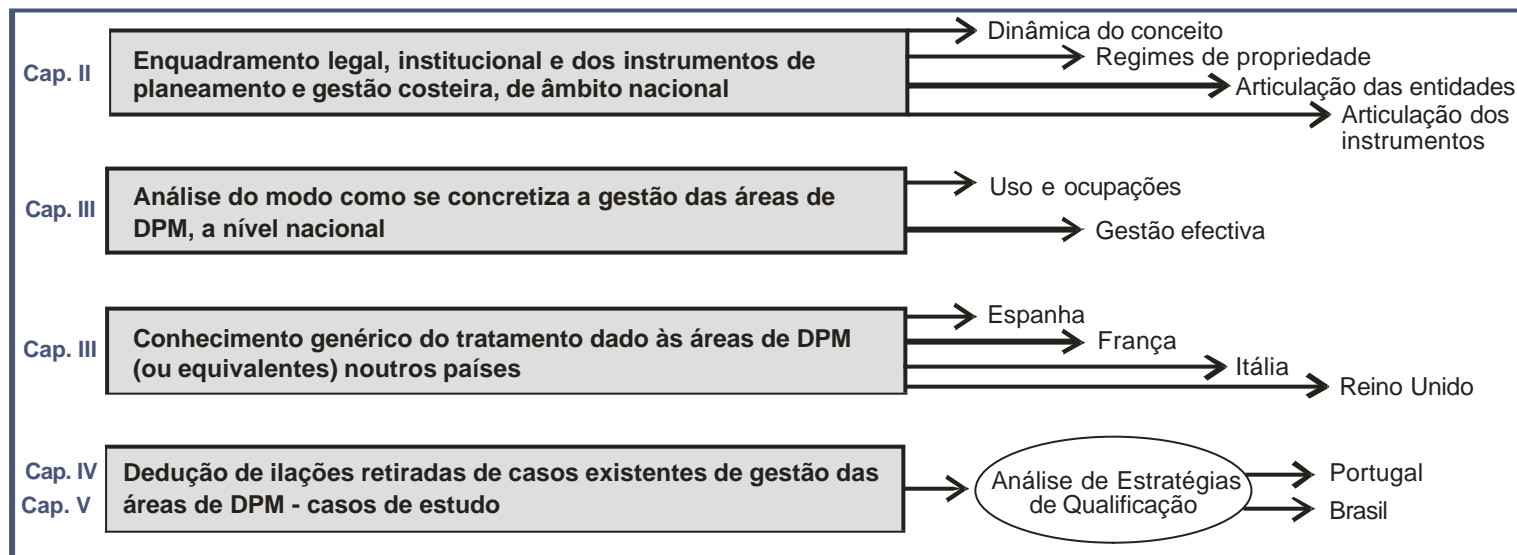
Toda a investigação realizada teve como finalidade a elaboração de uma metodologia de qualificação da zona costeira, com possível aplicação no âmbito territorial do Domínio Público Marítimo e inter-relacionada com a actuação dos POOC, tendo por base a área de estudo portuguesa seleccionada para esta investigação (Fig. 1.1).

Fig.1.1 - Metodologia de investigação associada à estrutura da dissertação

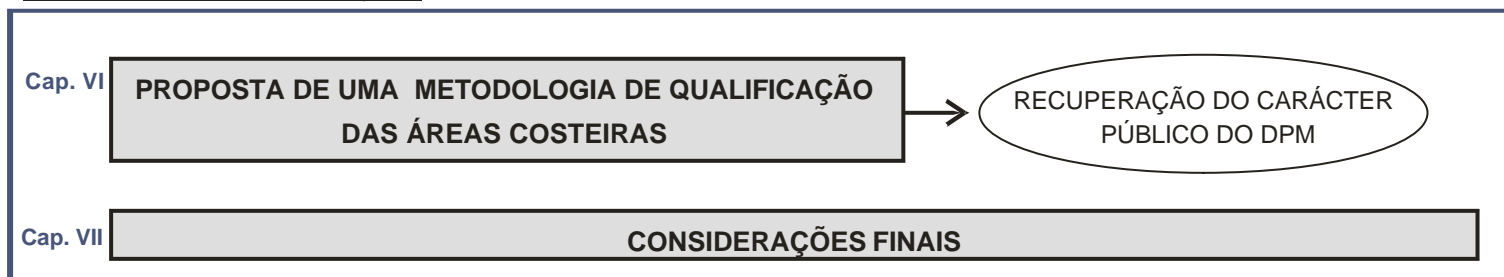
Objectivo Geral

QUALIFICAÇÃO DAS ÁREAS COSTEIRAS ATRAVÉS DA RECUPERAÇÃO DO CARÁCTER PÚBLICO DO DPM

Objectivos Específicos



Conclusões e Recomendações



2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Introdução

As áreas costeiras, interface entre o oceano e a terra, são zonas de transição, por isso muito ricas em elementos naturais, extremamente sensíveis e bastante vulneráveis, devido aos recursos naturais, humanos e paisagísticos que lhes estão associados.

São áreas privilegiadas pela sua proximidade ao mar, pelo facto de coexistirem inúmeros ecossistemas com características muito próprias, por possuir condições climáticas favoráveis ao turismo de praia, entre outras actividades, nomeadamente desportivas.

Face ao exposto, o litoral é um espaço polarizante de actividades económicas e de concentrações urbanas por vezes desajustadas às particularidades e sensibilidade da zona e onde, por isso, se verifica uma conflitualidade potencial de usos e interesses.

“Portugal tem cerca de 1450 Km de costa, sendo nos concelhos do litoral (...) que se concentra metade (53%) da população.” (DGA, 2000, p. 64). Existe, portanto, uma maior concentração de população no litoral, consequência da existência de mais recursos naturais, de um maior desenvolvimento económico (consequente) e de um clima mais ameno, característica esta acentuada na época balnear com a população flutuante que se desloca para estas áreas. Esta concentração da população não se verifica de uma forma contínua ao longo de toda a extensão da costa portuguesa, existem sim núcleos com bastante população instalada, contrapondo a extensões de costa despovoadas. Constata-se, assim, que a capacidade de carga de determinadas zonas litorais tem sido ultrapassada devido à excessiva ocupação, originando consequentemente a degradação do meio.

Ainda segundo o Relatório do Estado do Ambiente 1999, o ambiente costeiro tem vindo a sofrer impactos bastante negativos (Fig. 2.1), estimando-se que cerca de 70% das áreas costeiras estejam a ser afectadas, quer devido a vários factores naturais relacionados com a dinâmica costeira, particularmente acentuada com as intervenções humanas, quer



devido à degradação da qualidade das águas, sobre-exploração dos recursos vivos, destruição de habitats, poluição dos solos e das águas, entre muitos outros factores, por vezes consequência dos já referidos.

Fig. 2.1 - Furadouro
Fonte: DRAOT-C; 2001

As áreas costeiras, como faixa de transição entre a terra e o mar, são bastante castigadas, quer através dos malefícios que se têm verificado efectivamente no litoral, quer com as acções que se têm concretizado, tanto nos continentes como nos mares, que acabam por contribuir para a degradação desse meio. Todos nós partilhamos espaço, as nossas relações sociais estendem-se pelas regiões, países e mundo, e as consequências biosféricas das nossas acções podem afectar pessoas do outro lado do planeta (Healey, 1997). É indispensável um pensamento global aquando da programação e realização de actividades humanas, com respeito pelos limites subjacentes à preservação do nosso planeta.

2.2 Contexto Nacional

2.2.1 Introdução

Neste sub-capítulo são expostos alguns Conceitos e são abordados os Quadros Legal e Institucional Costeiros, os Instrumentos de Planeamento, Ordenamento e Gestão Costeira e os Programas Estratégicos de Ordenamento do Litoral, enquadramento indispensável para a compreensão da temática sobre a qual incide esta dissertação.

“...A noção jurídico-administrativa de ordenamento do território nasceu em França, com a comunicação oficial feita ao Conselho de Ministros, em 1950, pelo Ministro Claudius Petit, intitulada ‘Pour un plan national d'aménagement du territoire’.” (Amaral, 1994, p. 13).

Para o Ministro Francês, que lançou o conceito e a política, *“(...) o ordenamento do território é a procura, no quadro geográfico da França, de uma melhor repartição dos homens em função dos recursos naturais e das actividades económicas.”* (Amaral, 1994 citando Petit, 1950, p. 13).

“Para além desta finalidade genérica – a procura de uma melhor repartição geográfica, num dado país, da localização dos homens e das suas actividades -, logo foram atribuídos ao ordenamento do território determinados objectivos específicos, a saber:

- a) Estabelecimento de uma repartição geográfica mais racional das actividades económicas;*
- b) Restabelecimento dos equilíbrios desfeitos entre a capital e a província, entre o litoral e o interior, entre regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento;*
- c) Descentralização geográfica da localização dos serviços públicos e das indústrias;*
- d) Preservação das orlas marítimas, dos solos agrícolas e das zonas florestais;*
- e) Criação de novas cidades ou de pólos de crescimento industrial e urbano (metrópoles de equilíbrio);*
- f) Travagem da expansão desmesurada das grandes cidades, e resolução dos problemas de articulação entre estas e os respectivos núcleos suburbanos por elas satelitizados; (...)” (Amaral, 1994, pp. 13-14).*

Com base no que foi exposto, assim nasceu uma ‘política de ordenamento do território’ quer em França, quer mais tarde em quase todos os países mais desenvolvidos.

O *Ordenamento do Território* surgiu, então, como um conjunto de métodos e técnicas que procuram garantir que as escolhas feitas conciliem o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, com o respeito pelo Ambiente, de uma forma indissociável do conceito de Desenvolvimento Sustentável, dado que se pretende garantir que a satisfação das necessidades das gerações presentes não comprometam o futuro das gerações vindouras.



Em contrapartida, as pressões directas das grandes aglomerações humanas sobre os valores do Ambiente, que são ocupados, poluídos e destruídos, deixam às próximas gerações um país menos rico e menos aprazível (Fig. 2.2).

Fig. 2.2 - Esmoriz
Fonte: DRAOT-C; 2001

O Ordenamento do Território é, fundamentalmente, a gestão da interacção Homem/Espaço Natural. Num contexto de rápidas mudanças económicas, sociais e culturais, é

facilmente perceptível que o espaço tem que ser, cada vez mais, considerado como um recurso escasso, tendo vindo a perceber-se que esta escassez pode representar um problema para a subsistência das actividades humanas.

Neste contexto importa introduzir o conceito de *Gestão Integrada de Zonas Costeiras*, entendido como um processo dinâmico, no qual se desenvolve e implementa uma estratégia coordenada para gerir recursos ambientais, sócio-culturais e institucionais, com o fim de alcançar a conservação e o uso múltiplo sustentável da zona costeira.

Importa também referir que a noção de *faixa costeira* é entendida, segundo as definições encontradas em documentos legais, pela faixa dos 500 metros contados a partir da linha que limita a margem das águas do mar até à batimétrica de - 30 metros. No entanto, dado o carácter limitativo da sua aplicabilidade devido à sua rigidez métrica, a utilização destas designações só é feita quando relacionada com os documentos existentes na matéria. Defende-se, assim, a noção de *área costeira ou zona*, mais abrangente e flexível, com um carácter efectivo de integração e não sujeita a regras métricas.

Retomando, segundo CE (1996), a Gestão Integrada das Zonas Costeiras é um processo de administração contínuo cujo principal objectivo é materializar, na prática, o desenvolvimento sustentável e a conservação das zonas costeiras, bem como a manutenção da sua biodiversidade. Com vista a atingir este fim, a Gestão Integrada das Zonas Costeiras procura, através de uma gestão mais eficiente, estabelecer e manter o melhor uso destas zonas a níveis sustentáveis, de desenvolvimento e actividade, ao longo do tempo, promovendo as condições físicas do ambiente costeiro de acordo com normas aceites de forma comum.

Para Gomes & Pinto (1997, p 164), *“A Gestão Integrada das Zonas Costeiras visa promover modelos de desenvolvimento que privilegiem a protecção e valorização dos seus recursos socioculturais, dos ecossistemas e recursos naturais, dos ambientes litorais (naturais, urbanos, rurais, florestais, balneares) e da qualidade de vida das populações. É um processo dinâmico em que se desenvolvem e implementam estratégias coordenadas, multissetoriais e de longo termo, apoiadas em adequadas caracterizações fisiográficas e na compreensão dos processos naturais, na inventariação e na monitorização dos ecossistemas e dos recursos, na inventariação e zonamento de usos, em análises de sensibilidades e de riscos, na avaliação dos efeitos cumulativos, em análises da capacidade de cargas dos ecossistemas, em enquadramentos legais e institucionais apropriados, na avaliação dos impactes ambientais, económicos e sociais induzidos pelas intervenções.”*

Ainda segundo os mesmos autores (1997, p. 164), a gestão da zona costeira “(...) terá de envolver aspectos de natureza económica, sócio-cultural, técnica e política. Terá de ter em consideração a conflitualidade potencial de usos e de interesses de diversa natureza, típicos de um sistema heterogéneo, aberto, dinâmico, fortemente polarizador.”.

Uma área integrante da zona costeira é o *Domínio Público Marítimo* (Fig. 2.3), que é a parte do Domínio Público Hídrico que diz respeito ao leito e margens das águas do mar ou sujeitas à influência das marés, integrando o Domínio Público do Estado.

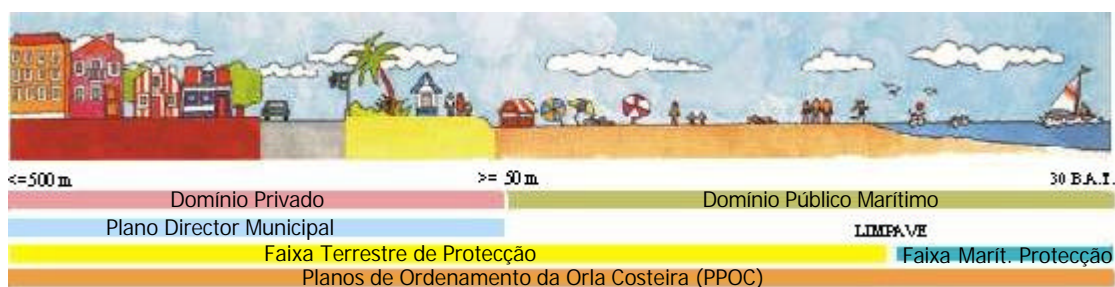


Fig. 2.3 - Perfil da Orla Costeira
Fonte: Adaptado de <http://www.inag.pt>

Para se definir o limite terrestre do Domínio Público Marítimo é necessário identificar a linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais (LMPMAVE), a qual “... é definida, para cada local, em função do espraimento das vagas em condições médias de agitação do mar...” (Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, Art. 2.º, pt. 2). A partir desta linha torna-se possível definir o limite da margem das águas do mar, cuja largura é de 50 metros, o qual coincide com o limite terrestre das áreas de Domínio Público Marítimo.

O Domínio Público é caracterizado pelo “(...) conjunto de bens afectos ao uso público geral, imediato e gratuito dos cidadãos e condensado o respectivo regime jurídico na expressão clássica de coisas inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis, de bens da Nação acima de qualquer comércio jurídico (...)” (Campos, 1989, p. 1).

A mesma designação - Domínio Público Marítimo - surge também aqui como instrumento de gestão do território, figura criada pelo Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, que visa a salvaguarda de recursos naturais de grande valor, bem como o desenvolvimento de actividades económicas dependentes da área em questão (Rua *et al*, 1996).

São diversos os tipos de ocupação do território pelo homem, os usos impostos ao solo e os aglomerados humanos resultantes. Neste sentido torna-se importante perceber que cada local tem a sua vivência própria, que o caracteriza e justifica, e que é necessário

analisar as dinâmicas inerentes. No entanto também é muito importante que as populações se envolvam no ordenamento territorial dos locais e regiões onde vivem, que compreendam o processo e que participem nele para que se torne possível a sua implementação.

2.2.2 Quadro Legal Costeiro

Existe bastante legislação aplicável à zona costeira, mas apenas foi analisada e é feita referência aos diplomas legais relacionados com o ordenamento e gestão do território que de alguma forma tenha âmbito de aplicação na zona costeira, o que se justifica com base no tema desta dissertação.

Os diplomas legais que se apresentam na tabela seguinte caracterizam-se por uma certa sectorialização e pouca articulação, sendo os mesmos produzidos em épocas diversas e de uma forma sectorial do ponto de vista das actividades de planeamento, de ordenamento, de gestão, de qualidade ambiental, de protecção dos recursos naturais, de licenciamento de actividades ou de fiscalização (Martins, 1997).

A legislação é apresentada por ordem cronológica, desde 1971 até aos nossos dias, com referência ao assunto de que trata, bem como ao seu âmbito de aplicação relativamente à faixa costeira (Tabela 2.1).

Tabela 2.1 - Legislação aplicável à Zona Costeira

FIGURA LEGAL	ASSUNTO	ÂMBITO DE APLICAÇÃO
Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro	Revê, actualiza e unifica o regime jurídico dos terrenos do Domínio Público Hídrico, no qual se incluem os leitos e as margens das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, de modo a facilitar o seu aproveitamento para os diversos usos de que são economicamente susceptíveis – revoga várias disposições legislativas.	Geral
Decreto-Lei n.º 292/80, de 16 de Agosto	Proíbe a extracção de areias na faixa costeira entre a linha de baixa-mar de águas vivas equinociais e o limite da margem das águas do mar.	Específico
Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho	Cria a Reserva Agrícola Nacional, a qual visa defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura, de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correcto ordenamento do território.	Geral

FIGURA LEGAL	ASSUNTO	ÂMBITO DE APLICAÇÃO
Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março	Cria a Reserva Ecológica Nacional, a qual visa a salvaguarda dos valores ecológicos e do homem, não só na sua integridade física, como no fecundo enquadramento da sua actividade económica, social e cultural.	Geral
Decreto-Lei 302/90, de 26 de Setembro	Define o regime de gestão urbanística do litoral.	Específico
Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro	Introduz e regulamenta a elaboração e a aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira.	Específico
Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro	Revê, actualiza e unificar o regime jurídico de utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água / Altera o Decreto-Lei n.º 468/71.	Geral
Decreto-Lei n.º 47/94, de 22 de Fevereiro	Estabelece o regime económico e financeiro de licenciamento da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água.	Geral
Decreto-Lei n.º 108/94, de 23 de Abril	Altera o Decreto-Lei n.º 468/71.	Geral
Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto	Altera o Decreto-Lei n.º 309/93.	Específico
Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho	Disciplina o regime jurídico dos planos especiais de ordenamento do território.	Geral
Decreto-Lei n.º 218/95, de 26 de Agosto	Disciplina a circulação de veículos motorizados nas praias, dunas, falésias e reservas integrais.	Específico
Lei n.º 5/96, de 29 de Fevereiro	Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 151/95.	Geral
Portaria n.º 767/96, de 30 de Dezembro	Aprova as normas técnicas de referência a observar na elaboração dos POOC.	Específico
Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto	Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.	Geral
Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro	Aprova o código das expropriações.	Geral
Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro	Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	Geral
Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro	Estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação	Geral
Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril	Altera o artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 380/99.	Geral
Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho	Altera o Decreto-Lei n.º 555/99	Geral

Como se pode verificar, existe mais legislação de âmbito geral com aplicação à zona costeira, do que legislação específica para esta área, toda ela produzida ao longo do tempo para responder a necessidades sentidas pontualmente, não sendo aqui perceptível um carácter preventivo da sua criação.

2.2.3 Quadro Institucional Costeiro

No que se refere ao quadro institucional, apenas é feita uma breve abordagem, pois face às constantes alterações governamentais que se verificam em Portugal, que implicam uma consequente desactualização do que é exposto, e visto que esta temática já foi objecto de reflexão por parte de Martins (1997, pp. 156-177), que, apesar da impossibilidade de se encontrar actualizada neste âmbito, retrata detalhadamente esta questão institucional. Importa mencionar que são apresentadas algumas referências actuais necessárias ao entendimento da temática.

Assim, resta breve abordagem são identificadas as entidades que de alguma forma intervêm no planeamento, ordenamento e gestão das áreas costeiras (Novembro/ 2002), é objecto de uma abordagem mais pormenorizada o Instituto da Água (INAG), por ser a entidade que mais responsabilidades tem nesse âmbito, e as Direcções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território (DRAOT) por possuírem também importantes competências no mesmo âmbito, nomeadamente na implementação dos POOC e na gestão das áreas de Domínio Público Marítimo.

São, então, várias as entidades com competências nas áreas costeiras, nomeadamente: a Assembleia da República, através das suas competências política e legislativa e de fiscalização dos actos do Governo e da Administração; o Governo, através das suas competências legislativa e administrativa; as Autarquias Locais no exercício das suas funções administrativas e regulamentares; os tribunais na aplicação da justiça relativamente a conflitos entre interesses públicos e privados, relacionados com a zona costeira.

O Governo Central e Regional e as Autarquias Locais são, de entre todos os organismos, os que mais directamente intervêm no planeamento, ordenamento e gestão das áreas costeiras.

Os ministérios que actualmente têm competências específicas nas zonas costeiras são, fundamentalmente, quatro: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e

Ambiente (MCOTA); Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (MOPTH); Ministério da Defesa Nacional (MDN); e Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP).

No âmbito do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, com competências na zona costeira encontram-se os seguintes organismos: INAG, Instituto de Conservação da Natureza (ICN), Instituto do Ambiente (IA), Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e DRAOT. Do conjunto de atribuições deste ministério, destacam-se: a promoção do desenvolvimento sustentável; assegurar a gestão; requalificação e ordenamento do litoral de forma integrada e sustentada; melhorar o ambiente urbano; conservar a natureza e proteger a paisagem.

No Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, têm competências nas zonas costeiras o Instituto Marítimo-Portuário e os Institutos Portuários do Norte, do Centro e do Sul. O primeiro, entre outras atribuições, tem a de propor os princípios gerais de articulação de planos de ordenamento portuário com outros instrumentos de ordenamento do território. Os outros organismos autónomos têm por missão administrar os portos na área das respectivas jurisdições, e as próprias Administrações Portuárias (empresas).

Relativamente ao Ministério da Defesa Nacional, são de referir os seguintes organismos: Direcção-Geral da Marinha e Capitanias; Comissão do Domínio Público Marítimo (CDPM), cuja criação se deu em 1922, já perante o uso e ocupação usurpados dos terrenos de Domínio Público Marítimo e perante a necessidade de garantir os interesses públicos presentes e futuros, com o objectivo de estudar e dar parecer sobre os assuntos respeitantes à utilização, defesa e manutenção dos terrenos de Domínio Público Marítimo; Sistema de Autoridade Marítima que tem por missão zelar pelo cumprimento de todas as leis e regulamentos marítimos, pela segurança da navegação, pela protecção do meio marinho e pela prospecção e exploração de recursos marinhos; Instituto Hidrográfico que tem um grande contributo na investigação ao nível das ciências do mar.

Dentro do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas importa referir a Direcção-Geral de Pescas e Aquicultura que apoia o Governo na definição da política nacional das pescas e é responsável pela sua concretização, e o Instituto Português de Investigação das Pescas e do Mar, cujos objectivos gerais são a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a experimentação e a divulgação nos domínios da pesca e aquicultura, destacando-se, como um dos objectivos específicos,

esta actuação quanto aos factores condicionantes dos ecossistemas marinhos, estuarinos e lagunares costeiros.

O Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente destaca-se pelas suas atribuições específicas sobre o Domínio Público Marítimo. *“A relevância deste ministério é fundamentalmente devida, por um lado, à extensão da sua área de jurisdição e, por outro lado, ao tipo de funções que lhe estão cometidas em termos de planeamento e ordenamento.”* (Martins, 1997, p. 176). No âmbito deste ministério a entidade que *“(...)maior responsabilidade detém sobre a zona costeira é sem dúvida o INAG. No entanto, as atribuições respeitantes ao DPM encontram-se integradas num conjunto diversificado de serviços cujo âmbito de intervenção são o domínio público hídrico e os recursos hídricos.”* (Martins, 1997, p. 176).

O INAG, entre outras responsabilidades, tem a de promover, em articulação com as entidades relevantes, o planeamento integrado do litoral. É através da Direcção de Serviços de Recursos Hídricos e da Direcção de Serviços de Utilizações do Domínio Hídrico que são desempenhadas as funções específicas referentes à orla costeira (Martins, 1997).

Relativamente à Direcção de Serviços de Recursos Hídricos, destacam-se das suas competências *“e) promover ou efectuar estudos de hidrodinâmica das zonas costeiras, incluindo as áreas estuarinas, integrando aspectos de quantidade, de qualidade e de transporte de sedimentos; f) estudar e caracterizar os problemas de erosão e de assoreamento, propondo medidas de correcção torrencial e de regularização fluvial e costeira; (...)”* (Decreto-Lei n.º 191/93, de 24 de Maio, Capítulo II, Secção III, Art. 7º, pt. 3).

A cargo da Divisão de Ordenamento e Protecção, sob alçada da Direcção de Serviços de Utilizações do Domínio Hídrico, encontram-se grande parte das competências sobre a zona costeira, nomeadamente: *“a) definir normas referentes ao inventário e cadastro das utilizações do domínio hídrico sob a sua jurisdição (...); b) desenvolver sistemas de informação, convencionais e geográficos, sobre as utilizações do domínio hídrico sob a sua jurisdição; c) efectuar estudos de geomorfologia e hidrografia fluvial e costeira e determinar características fisiológicas, morfológicas e relativas ao uso do solo; d) delimitar e classificar, em articulação com a DSRH, o domínio hídrico sob a sua jurisdição, incluindo zonas adjacentes (...); e) definir condicionantes e normas para a utilização do domínio hídrico sob a sua jurisdição, incluindo zonas adjacentes (...); f) elaborar, em articulação com as entidades interessadas, planos de ordenamento específicos para zonas do domínio hídrico sob a sua jurisdição, incluindo albufeiras,*

estuários e outras lagoas naturais interiores e costeiras, e propor metodologias para participar em planos de ordenamento espacial, na óptica da protecção e valorização dos recursos hídricos; g) coordenar, a nível nacional, a administração do domínio hídrico e apoiar as direcções regionais do ambiente e recursos naturais (DRARN) no processo de licenciamento e concessão das utilizações assegurando directamente o próprio licenciamento sempre que este não possa ser assegurado por aquelas entidades (...)" (Decreto-Lei n.º 191/93, de 24 de Maio, Capítulo II, Secção III, Art. 8º, pt. 4).

A importância de uma abordagem mais aprofundada às DRAOT deve-se ao facto destas entidades terem competências relevantes no que respeita ao planeamento, ordenamento e gestão do litoral. De uma forma geral, são atribuições das DRAOT:

- a) promover a execução a nível regional da política do ambiente e do ordenamento do território;
- b) assegurar, em estreita colaboração com os outros serviços da Administração, a articulação a nível regional entre as políticas de ambiente, do ordenamento do território e urbanismo e as políticas sectoriais;
- c) promover e acompanhar, aos diversos níveis, a elaboração e execução dos diferentes instrumentos de gestão territorial, em estreita articulação com as autarquias locais e com outros serviços do Estado;
- d) proceder à recolha, sistematização e disponibilização da informação necessária ao acompanhamento e avaliação da política do ambiente e do ordenamento do território;
- e) executar as medidas resultantes da política do ambiente e do ordenamento do território, no exercício dos poderes que lhes são conferidos por lei, nomeadamente no âmbito do licenciamento e da fiscalização;
- f) exercer funções de coordenação e execução no âmbito da avaliação de impacte ambiental, nos termos da lei;
- g) cooperar com outros serviços, organismos e entidades a nível regional tendo em vista a articulação de intervenções e a realização de acções conjuntas em matéria de educação e formação profissional, no domínio do ambiente e do ordenamento do território;
- h) colaborar na preparação de programas integrados de desenvolvimento regional;
- i) acompanhar e coordenar os investimentos em infra-estruturas, equipamentos e acções de qualificação, promovendo a sua racionalização e avaliando a sua coerência com a política do ambiente e ordenamento do território (Decreto-Lei n.º 127/2001, de 17 de Abril).

Destaca-se, no âmbito da Direcção de Serviços do Litoral, da Conservação da Natureza e de Infra-Estruturas, a qual assegura as competências relativas à defesa e qualificação do litoral, nomeadamente através do licenciamento, promoção, realização ou acompanhamento de projectos, obras e instrumentos de gestão territorial, bem como as relativas à conservação da natureza, a Divisão do Litoral e da Conservação da Natureza à qual compete acompanhar a elaboração, alteração, revisão e implementação dos POOC, colaborar na delimitação do Domínio Público Marítimo e emitir licenças de utilização do domínio hídrico, entre outras (Decreto-Lei n.º 127/2001, de 17 de Abril).

Face ao quadro institucional exposto, pode constatar-se que a administração eficaz da zona costeira se torna difícil dada a diversidade de entidades que intervêm com diversas funções, nomeadamente no que respeita ao Domínio Público Marítimo, onde a polarização e especificidade de competências é manifestamente diversificada.

Para finalizar, importa referir que tem vindo a público a eventualidade de todas as pastas referentes à gestão das áreas costeiras da competência do INAG passarem, num futuro próximo, a fazer parte integrante das competências do ICN, se bem que até ao momento actual (Novembro/ 2002) a situação se mantém, tal como foi herdada da orgânica governativa anterior, e não existe nenhum documento oficial do conhecimento público que confirme os rumores.

2.2.4 Instrumentos de Planeamento, Ordenamento e Gestão Costeira

A área de Domínio Público Marítimo encontra-se sujeita, além do instrumento legal de definição do Domínio Público Marítimo - Decreto Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro - a outros instrumentos, quer de planeamento, que de ordenamento, tornando-se indispensável a sua apresentação de forma a tornar perceptível como é que se relacionam e o modo como actuam. Assim, é feita uma referência aos seguintes instrumentos: Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN), Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) e as Linhas de Orientação do Governo para a gestão do litoral (Anexo 1). Esta exposição é mais pormenorizada para as figuras consideradas mais relevantes nesta investigação.

Importa começar por referir, com âmbito territorial nacional, a REN e a RAN, dada a especificidade dos seus objectivos que se prendem, essencialmente, com a protecção de valores naturais.

A Reserva Ecológica Nacional visa a salvaguarda dos valores ecológicos e do Homem, não só na sua integridade física, como no enquadramento da sua actividade económica, social e cultural. Pretende a exploração dos recursos e a utilização do território garantindo a salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões, bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais.

Segundo o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, a REN abrange zonas costeiras e ribeirinhas, águas interiores, áreas de infiltração máxima e zonas declivosas. Relativamente às zonas costeiras, caracterizadas por uma grande biodiversidade e, simultaneamente, fragilidade em relação à manutenção do seu equilíbrio, consideram-se integrantes da REN:

- a) praias;
- b) dunas litorais, primárias e secundárias, ou, na presença de sistemas dunares que não possam ser classificados daquela forma, toda a área que apresente riscos de ruptura do seu equilíbrio biofísico por intervenção humana desadequada ou, no caso das dunas fósseis, por constituírem marcos de elevado valor científico;
- c) arribas ou falésias, incluindo faixas de protecção medidas a partir do rebordo superior e da base cuja largura seja determinada em função da altura do desnível, da geodinâmica e do interesse cénico e geológico do local;
- d) quando não existirem dunas nem arribas, uma faixa que assegure uma protecção eficaz da zona litoral de acordo com os valores referidos no preâmbulo;
- e) faixa ao longo de toda a costa marítima cuja largura é limitada pela linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais e a batimétrica dos - 30 metros;
- f) estuários, lagoas costeiras e zonas húmidas adjacentes englobando uma faixa de protecção delimitada para além da linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais;
- g) ilhas, ilhéus e rochedos emersos do mar;
- h) sapais;
- i) restingas;
- j) tómbolos.

“A delimitação da REN foi efectuada no âmbito dos PDM tendo funcionado fundamentalmente como condicionante ao uso do solo numa perspectiva municipal de planeamento urbanístico.”(Alves, 1998, p. 84).

A alínea e) e também as alíneas a), b) e c) referem-se, sem dúvida, a parte da faixa correspondente ao âmbito territorial do Domínio Público Marítimo que, portanto, é considerada como parte integrante da REN. Posto isto, e face à citação anteriormente exposta, pode concluir-se que, mesmo que o Domínio Público Marítimo não esteja delimitado oficialmente e consequentemente a sua gestão não se concretize de acordo com a figura legal criada para tal, pelo menos grande parte do seu âmbito territorial é delimitado como REN nos Planos Directores Municipais (PDM) e, mesmo não havendo gestão destas áreas, o seu uso e ocupação estão condicionados. Refira-se que nas áreas incluídas na REN são proibidas operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal, salvo algumas excepções (Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março).

Relativamente à Reserva Agrícola Nacional, esta figura visa defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura, de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura e para o correcto ordenamento do território. Este instrumento torna-se bastante útil para a gestão das áreas costeiras, uma vez que muitos dos solos agrícolas se encontram em áreas aluvionares e, além disso, na RAN são proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, contribuindo também para a preservação dos valores naturais nas áreas costeiras.

Estas figuras são bastante importantes, pois são instrumentos fundamentais no planeamento e gestão do uso do solo, uma vez que salvaguardam os recursos naturais e, simultaneamente, condicionam os usos do solo, podendo, por si só, serem utilizados com bastante sucesso na preservação dos recursos que lhe estão afectos. Além disso, condicionam todos os outros instrumentos de planeamento, ordenamento e gestão do território, em geral, e da orla costeira, em particular, com as restrições que impõem ao nível do uso do solo. Estes instrumentos reforçam, assim, a figura legal do Domínio Público Marítimo, na medida em que visam proteger as áreas de Domínio Público Marítimo (entre outras) ao nível dos recursos ambientais, facilitando a gestão das mesmas como domínio público que é.

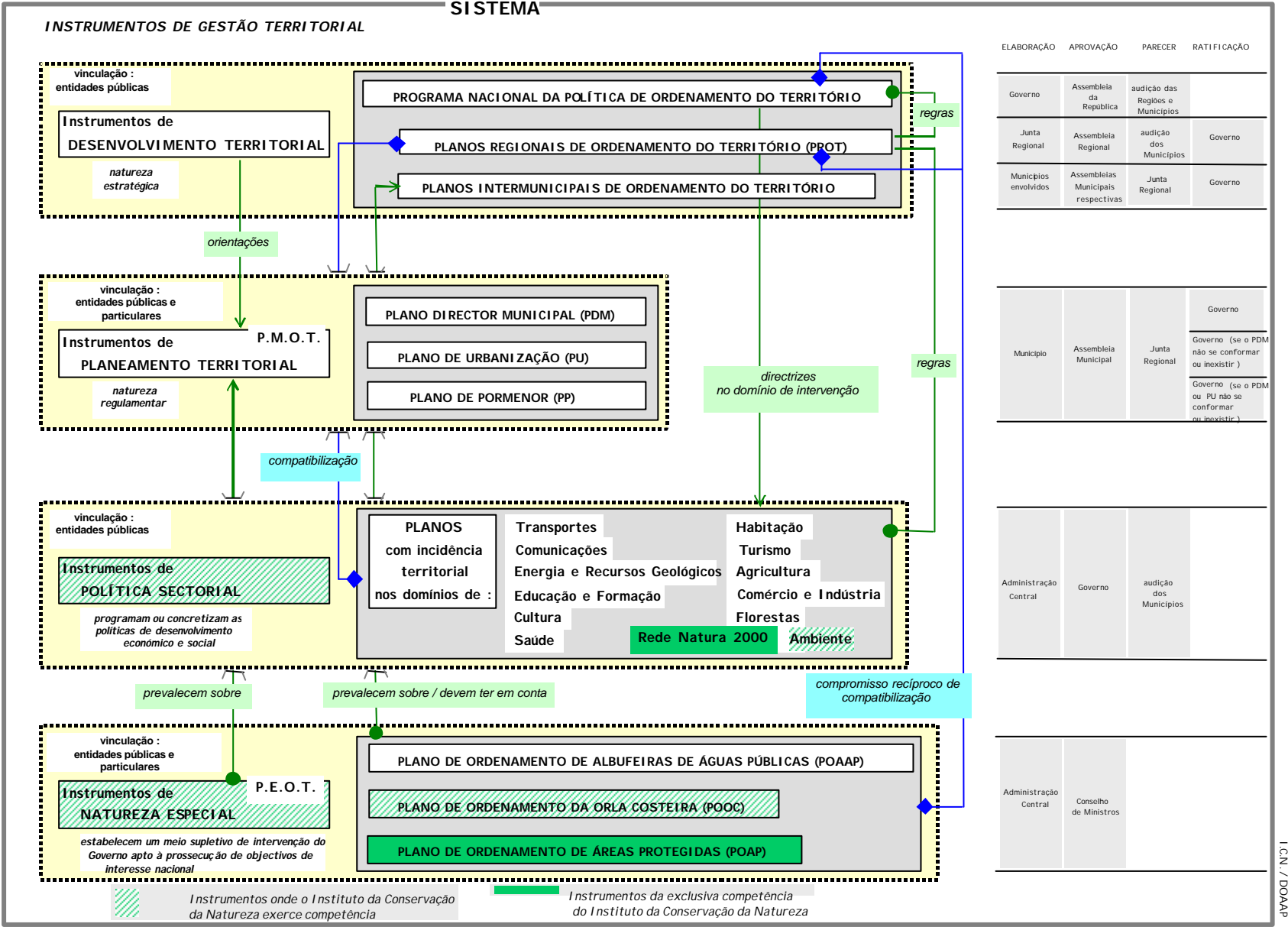
Com a criação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, com regime jurídico no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro) o sistema de gestão territorial (Fig. 2.4) ficou estruturado em três âmbitos: nacional, regional e municipal.

Os instrumentos de âmbito nacional do sistema de gestão territorial são: o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os Planos Sectoriais com incidência territorial e os Planos Especiais de Ordenamento do Território, que compreendem os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP), os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) e os Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

Relativamente ao âmbito regional, deste fazem parte os PROT, os quais são considerados instrumentos de carácter programático e normativo visando o correcto ordenamento e desenvolvimento territorial, a nível regional, e integrando as regras definidas no PNPOT, devendo constituir o quadro de referência para a elaboração dos PMOT.

Os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) e os PMOT constituem o âmbito municipal. Os PIOT são instrumentos de desenvolvimento territorial que podem abranger a totalidade ou apenas parte da área territorial de dois ou mais municípios, que asseguram a articulação entre o PROT e os PMOT. Estes últimos compreendem os PDM, os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP). Os PDM são planos nos quais, abrangendo todo o território municipal, é definido um modelo de organização para essa área. Num PU é definida a organização espacial de uma determinada parte do território municipal que exija uma intervenção integrada e com os PP desenvolvem-se e concretizam-se propostas de organização do território municipal com maior detalhe.

Fig. 2.4 - Instrumentos de Gestão Territorial
Fonte: <http://www.icn.pt>



Retomando os PEOT, estes instrumentos têm natureza regulamentar e prevalecem sobre os PMOT e os PIOT. *“Os planos especiais de ordenamento do território visam a salvaguarda de objectivos de interesse nacional com incidência territorial delimitada bem como a tutela de princípios fundamentais consagrados no programa nacional da política de ordenamento do território não asseguradas por plano municipal de ordenamento do território eficaz.”* (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, Art. 44º).

Os POOC têm como princípios gerais: garantir a execução de uma política integrada de ordenamento do território, assegurando um desenvolvimento económico e social sustentável e permitir a articulação com planos, programas e projectos de âmbito nacional, municipal e supra-municipal. Neste tipo de instrumentos, e para o caso de estudo, os POOC são os que irão merecer maior destaque.

Os POOC definem os condicionamentos, vocação e usos dominantes, a localização de infra-estruturas de apoio a esses usos e a orientação do desenvolvimento de actividades da orla costeira (Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro).

Estes planos são de iniciativa da Administração Central, cabendo ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (designação actual), através do INAG e do ICN, a sua promoção, tendo como objectivos gerais:

- ? o ordenamento dos diferentes usos e actividades específicos da orla costeira;
- ? a classificação das praias e a regulamentação do uso balnear;
- ? a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos;
- ? o desenvolvimento das actividades específicas da orla costeira;
- ? a defesa e conservação da natureza.

Os POOC podem condicionar ou interditar actividades e usos em toda a sua área de jurisdição e, com a definição das Unidades Operativas de Gestão (UOPG), que se podem concretizar através de Planos de Intervenção de iniciativa do INAG, ou através de Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor a elaborar pelas câmaras municipais, com o acompanhamento das DRAOT, podem também ordenar, de uma forma mais rigorosa, determinadas áreas de Domínio Público Marítimo.

Existem vários POOC, correspondentes a troços da costa portuguesa, podendo visualizar-se na Tabela 2.2 que a situação destes planos se encontra mais avançada no continente, já com 7 publicados em Diário da República e 2 em processo de consulta pública, do que nas ilhas da Madeira e dos Açores, onde não existe nenhum aprovado.

Tabela 2.2 - Planos de Ordenamento da Orla Costeira existentes em Portugal

TERRITÓRIO	TROÇO	ESTADO DE EXECUÇÃO (Março/ 2003)
Continente	Caminha – Espinho	Aprovado e publicado (1999)
	Ovar – Marinha Grande	Aprovado e publicado (2000)
	Alcobaça – Mafra	Aprovado e publicado (2002)
	Cidadela de Cascais – S. Julião da Barra	Aprovado e publicado (1998)
	Sintra – Sado	Consulta Pública
	Sado – Sines	Aprovado e publicado (1999)
	Sines – Burgau	Aprovado e publicado (1998)
	Burgau – Vilamoura	Aprovado e publicado (1999)
	Vilamoura – Vila Real de Sto. António	Consulta Pública
Açores	Feteiras – Fenais da Luz – Lomba de S. Pedro	Em elaboração
	Ilha Terceira	Em elaboração
	Ilha de S. Jorge	Em elaboração
Madeira	Funchal – Ponta de São Lourenço	Consulta Pública *
	Câmara de Lobos – Ponta do Pargo	Consulta Pública *
	Costa Norte	Consulta Pública *
	Porto Santo	Consulta Pública *

* Actualmente encontram-se em fase de reajustes, estimando-se que se retome o processo de Consulta Pública em Julho de 2003 (informação cedida pela Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais da Madeira).

Em jeito de conclusão, pode constatar-se que o ordenamento do território tem que obedecer às políticas definidas no PNPOT e nos PROT. Através dos PIOT é mais facilmente atingida a articulação entre os PROT e os PMOT. Com especial incidência nas áreas costeiras existem os POOC, os quais prevalecem sobre os PMOT. Não obstante, o PDM é fundamental e indispensável no ordenamento e gestão do território e a sua eficácia pode sobrevalorizar-se com a elaboração de Planos de Pormenor. Estes podem ser aplicados à área de Domínio Público Marítimo, desde que contemplados no respectivo POOC, valorizando a área de abrangência de forma pormenorizada, através especialmente da sua requalificação ambiental, da localização de equipamentos e infra-estruturas de utilização colectiva de lazer e apoio às actividades específicas da orla costeira, do ordenamento de acessos e da imposição de restrições quanto a usos e

ocupações. A actuação através deste tipo de planos verifica-se de extrema importância para áreas como o Domínio Público Marítimo, as quais, ao contrário do que era esperado, se encontram bastante urbanizadas, por incumprimento legal, e de uma forma desmedida.

2.2.5 Programas Estratégicos de Ordenamento do Litoral

Face aos problemas que se têm verificado na faixa costeira, o Governo Português tem elaborado alguns documentos com linhas de orientação para a gestão do litoral, os quais se apresentam de seguida.

Em 1993, pela primeira vez, foi elaborada pela Divisão de Ordenamento e Protecção da Direcção de Serviços de Utilizações do Domínio Hídrico uma '*Proposta de Estratégia para a Gestão do Litoral*' (MARN, 1993), na qual foi apresentado um conjunto de objectivos subjacentes ao sucesso da mesma (Tabela 2.3).

Tabela 2.3 - Proposta de Estratégia para a Gestão do Litoral (1993)

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
Clarificar a estrutura Administrativa e Jurídica do Litoral	<ul style="list-style-type: none"> - Organização interna do INAG - Coordenação funcional entre organismos do MARN e outros - Promover a elaboração de uma Lei do DPM ou do Litoral
Identificar e gerir as utilizações do Litoral	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar medidas preventivas - Delimitar o DPM/corrigir situações - Definir critérios e normas para utilização do Litoral
Estudar e programar as intervenções no Litoral	<ul style="list-style-type: none"> - Promover estudos de base técnico-científicos - Identificar áreas de risco - Intervir no Litoral
Melhorar a qualidade ambiental do Litoral	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a qualidade das águas - Requalificação de espaços degradados - Recuperar e preservar os ecossistemas naturais

Fonte: MARN, 1993.

Em 1992, a passagem da jurisdição da REN (das Comissões de Coordenação Regional) e da jurisdição dos terrenos do Domínio Público Marítimo (da Direcção-Geral de Portos) para a responsabilidade do MARN, respectivamente para o ICN e para o INAG, levou a um quadro confuso e indefinido nesta entidade, verificando-se que era prioritário a organização interna do INAG e a coordenação funcional entre os organismos do MARN e outros, como se pode verificar na tabela anterior (Cabral, 1995).

Refira-se que relativamente às áreas de Domínio Público Marítimo, enquadradas no objectivo específico 'Delimitar o DPM/ corrigir situações' nesta proposta foram definidas como acções e medidas:

- ? introduzir em SIG as delimitações do Domínio Público Marítimo e de todas as ocupações nele existentes;
- ? inventariar e demarcar rigorosamente, no terreno, as áreas delimitadas;
- ? divulgar o princípio de não utilização ou ocupação privada do litoral, com carácter definitivo;
- ? aferir demarcações com as entidades portuárias;
- ? promover reuniões com entidades ligadas ao planeamento de forma a salvaguardar o uso público do Domínio Público Marítimo;
- ? negociar com autarquias e privados no sentido do eventual recuo de certas ocupações com o estudo de alternativas viáveis;
- ? prever protocolos de cedências com as Autarquias em áreas nitidamente urbanas (MARN, 1993).

Denota-se, aqui uma grande preocupação com a gestão das áreas de Domínio Público Marítimo, propondo-se medidas muito concretas e realmente necessárias, medidas essas que ainda não se concretizaram e que deveriam continuar a fazer parte dos objectivos das entidades responsáveis.

Ainda antes da publicação do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, já tinham sido elaborados, pela Direcção Geral de Portos, os POOC para os troços Sines - Sagres e Sagres - Vilamoura, cuja principal área de intervenção eram os terrenos de Domínio Público Marítimo.

A elaboração dos POOC seguiu-se a um período de intervenção da Direcção Geral de Portos na administração do Domínio Público Marítimo, a qual se deparou com algumas dificuldades em definir e concretizar uma política geral de intervenção na costa, apesar dos inúmeros estudos elaborados no sentido de um melhor conhecimento da hidrodinâmica e fisiografia costeiras (Cabral, 1995).

Constata-se que os POOC foram elaborados com o intuito principalmente de responder às situações com que a entidade responsável se deparava, nomeadamente erosão costeira, delimitação de parcelas de Domínio Público Marítimo e legalização e construção de usos e actividades na orla marítima. Surgiu, então, outro grande objectivo desta proposta - a elaboração de POOC para os restantes troços da costa (Cabral, 1995).

Em 1997, a Divisão de Ordenamento e Protecção da Direcção de Serviços de Utilizações do Domínio Hídrico elaborou um novo documento designado '*Plano Estratégico de Gestão do Litoral*' (INAG, 1997), para o período de 1997 ao ano 2000.

Neste documento o instrumento POOC é definido e caracterizado de uma forma bastante exhaustiva. Aquando da sua elaboração, dos nove POOC propostos para a costa portuguesa, cinco já se encontravam em fase final (consulta pública), três estavam em elaboração e um em adjudicação. Neste Plano de Gestão do Litoral concluiu-se que para cada POOC deverão ser definidos objectivos e estratégias diferentes, visto que cada troço tem características próprias. Assim, foram descritos, de forma muito sucinta, quatro dos POOC elaborados sob a tutela do INAG: Caminha – Espinho, Cidadela – S. Julião da Barra, Sado – Sines, Burgau – Vilamoura.

Em 1998 o Ministério do Ambiente elaborou outro programa, designado por '*Litoral 98 – Uma Estratégia – Um Programa de Acção*', com o objectivo de defesa, requalificação e aproveitamento sustentável dos recursos naturais da orla costeira, e caracterizado pelas seguintes linhas de orientação:

- ? promoção da localização de actividades compatíveis com a utilização sustentável de recursos neste espaço;
- ? definição clara das regras e princípios para as diferentes utilizações;
- ? salvaguarda eficaz de pessoas e bens;
- ? gestão integrada e coordenada da orla costeira;
- ? protecção dos valores naturais e patrimoniais;
- ? combate aos factores antropogénicos que alteram a configuração da linha de costa;
- ? aprofundamento e divulgação do conhecimento de base técnico-científico; e
- ? clarificação da estrutura jurídico-administrativa.

Uma das prioridades identificadas neste programa é a 'Observação contínua dos fenómenos de evolução da orla costeira e consequente delimitação do Domínio Público Hídrico e das zonas de risco'. Pretende-se aqui que estas prioridades se concretizem através da promoção de estudos da dinâmica costeira e de uma rede de monitorização, da criação de uma base de dados geo-referenciada, da inventariação e demarcação das

áreas de Domínio Público Hídrico e de risco e da aplicação da figura de 'zona adjacente', tendo por base as áreas com risco de inundação.

No último programa elaborado pelo Ministério do Ambiente, designado por '*PROGRAMA LITORAL 1999*', são apresentados o esforço de requalificação do litoral na sequência do programa anterior e também as novas propostas de actuação que, de uma forma geral, são um reforço das intervenções ao nível da preservação e defesa dos valores ambientais, e da requalificação de espaços sujeitos à degradação das suas características ecológicas e naturais.

Destacam-se neste programa, como medidas de actuação continuadas, a remodelação das estruturas de apoio localizadas em áreas de Domínio Público Marítimo e a continuação da organização da informação relativa aos autos de delimitação com incidência no Domínio Público Marítimo e à definição da linha de costa e do Domínio Público Marítimo.

Apesar dos programas elaborados, com a definição de linhas orientadoras, verificam-se fragilidades na gestão das áreas costeiras a nível nacional, o que se reflecte na forma como os POOC foram elaborados e do sucesso que estão a ter. Nem todos os princípios subjacentes a uma gestão integrada das áreas costeiras foram tidos em conta na elaboração destes planos e, além disso, verifica-se que algumas das acções propostas não estão a ser concretizadas, nomeadamente a elaboração dos planos de pormenor e de urbanização para as unidades operativas definidas.

Assim, para o desenvolvimento sustentável de Portugal, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)¹ concluiu, na sua reflexão sobre a zona costeira, em Maio de 2001, que é determinante a concretização do princípio constitucional de que o espaço territorial engloba não só o meio terrestre como o meio marinho, implicando a necessidade das seguintes medidas para a gestão integrada da zona costeira:

- ? Elaborar uma Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira com as grandes linhas de actuação para o desenvolvimento sustentável desta área, apoiando-se numa ampla e diversificada participação pública.
- ? Criar um Conselho Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira de forma a simplificar a actuação do quadro institucional com intervenção na área em questão.

¹ O CNADS é um órgão independente que funciona junto ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, surgindo da postura de Portugal relativamente à 'Agenda 21', ao qual compete emitir pareceres e recomendações sobre todas as questões relativas à política de ambiente e de desenvolvimento sustentável.

- ? A articulação e simplificação do quadro legal aplicável à faixa costeira, compatível com a nova Directiva-Quadro da Água², de forma a potenciar o Domínio Público Marítimo e a articular e agilizar as figuras de planeamento e ordenamento, eliminando áreas de sobreposição ou de indefinição.
- ? A adopção de medidas administrativas que permitam prevenir, em toda a zona costeira nacional, os riscos para as pessoas e bens decorrentes de diversos factores, quer naturais, quer antropogénicos, nomeadamente a subida do nível médio das águas do mar e a ocupação desordenada da faixa litoral, entre outros.

Constata-se, portanto, que no nosso país não existe, ainda, uma gestão integrada das áreas costeiras.

2.3 Contexto Internacional

A preocupação com as áreas costeiras, devido à sua importância, bem como aos problemas que tem vindo a sofrer, levou a um movimento de nível internacional por várias instituições, daqui surgindo a elaboração de diversos documentos. Como documentos específicos para estas áreas importa destacar o 'Coastal Zone Management Act', a 'Carta Europeia do Litoral', a 'Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar' e a 'Estratégia Europeia de Gestão Integrada da Zona Costeira'. Destaca-se, também, a 'Agenda 21' pela sua importância como documento orientador para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Foi nos anos 60 e 70 que se iniciou o desenvolvimento de instrumentos de planeamento e gestão costeira. Os Estados Unidos da América foram os pioneiros nesta temática, tendo sido aprovado, em 1972, o 'Coastal Zone Management Act' (CZMA), que criou um

² Refira-se que o objectivo da Directiva-Quadro da Água é "(...) estabelecer um enquadramento para a protecção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas (...)" (Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000), a qual pretende superar a visão inibidora que está associada ao Domínio Público Marítimo, potenciando-o como factor impulsionador de desenvolvimento sustentável, no âmbito das suas funções de preservação de recursos naturais específicos da sua área de abrangência e não só nas funções de protecção e salvaguarda do recurso água.

quadro legal para cooperação voluntária entre o governo federal e os estados litorais. Neste documento foram identificados dez objectivos para a gestão do litoral desse país:

- 1) protecção de recursos naturais;
- 2) gestão do desenvolvimento litoral;
- 3) consideração de prioridades para usos dependentes do litoral;
- 4) acesso público às costas para fins recreativos;
- 5) ajuda no desenvolvimento de áreas urbanas e portos;
- 6) coordenação e simplificação de procedimentos;
- 7) consulta e coordenação com organismos federais;
- 8) participação pública e governamental local na elaboração e tomada de decisões;
- 9) apoio a um planeamento integrado, à conservação e à gestão dos recursos marinhos;
- 10) estudos e desenvolvimento de planos com o intuito de minimizar os efeitos adversos do assoreamento e da subida do nível do mar.

Inicialmente, os programas de planeamento e gestão costeira eram elaborados de uma forma reactiva, em resposta a problemas urgentes na costa. À medida que os programas litorais reactivos se tornaram mais estabelecidos foram evoluindo gradualmente numa combinação de programas reactivos e pro-activos durante os anos oitenta. Considera-se que esta evolução pode ser fruto de dois factores: pode reflectir a influência exaltada de planeamento no processo administrativo; ou pode reflectir a necessidade de gerir problemas existentes evitando possíveis pressões de futuro (CE, 1999).

Da experiência mais avançada deste país, foi possível perceber-se a necessidade de combinar perspectivas presentes e futuras, isto é, de tentar resolver problemas actuais prevenindo, simultaneamente, novos problemas. Além disso, essa experiência mostra também a necessidade da interligação entre o planeamento e a gestão (para criar um único programa para o litoral) no sentido de ultrapassar limites institucionais ou possíveis rivalidades profissionais entre planeadores e gestores.

Em 1980 foi adoptada a Carta Europeia do Litoral pelo Comité Permanente das Regiões Periféricas Marítimas, com o objectivo de coordenar esforços nacionais, regionais e locais no sentido de proteger e valorizar o litoral europeu, conciliando desenvolvimento e protecção. Passada uma década, e dado o agravamento da situação do litoral verificado nesse período, este documento foi integrado no âmbito da União Europeia com alguns ajustamentos, nomeadamente a exclusão da secção correspondente às acções propostas, que no momento já se encontravam naturalmente desajustadas.

Assim, os grandes objectivos desta carta são os seguintes:

- ? desenvolver uma economia litoral competitiva e selectiva;
- ? proteger e valorizar a originalidade de cada zona litoral;
- ? organizar o espaço litoral;
- ? gerir o espaço litoral;
- ? prevenir os riscos;
- ? controlar o turismo;
- ? informar;
- ? desenvolver a investigação científica;
- ? harmonizar o Direito Europeu;
- ? desenvolver a cooperação transfronteiriça.

No âmbito desta investigação, importa destacar quatro destes objectivos: a protecção e valorização, a organização e a gestão do espaço litoral e, ainda, a prevenção dos riscos.

No que respeita à '*protecção e valorização da originalidade de cada zona litoral*', são objectivos específicos a preservação dos recursos naturais, ecossistemas e valores culturais, não só apenas de uma forma directa, por questões de protecção ambiental, mas também indirectamente como um factor de qualidade de vida e, consequentemente, a valorização destes espaços.

Relativamente à '*organização do espaço litoral*', são objectivos específicos elaborar planos de ordenamento, tendo em conta as características da área e as particularidades da população, assim como garantir e organizar o livre acesso do público à costa, evitando a sua privatização. Este livre acesso do público à costa, que se dá obrigatoriamente pelo atravessamento da faixa de Domínio Público Marítimo, será evidentemente mais fácil de garantir em áreas legalmente delimitadas, salientando-se aqui a relevância desta figura na concretização dos objectivos subjacentes à gestão das áreas costeiras.

Neste sentido, e no âmbito do objectivo designado por '*gestão do espaço litoral*' é fundamental uma política fundiária global que permita o controlo público dos solos (num plano de gestão deve prever-se, entre outras, as políticas a adoptar no que se refere a domínio fundiário, terrestre e marítimo), assim como averiguar quais os meios financeiros necessários para ajudar na gestão destas áreas e, se possível, na aquisição dos terrenos a reservar e dos locais a proteger.

Quanto à '*prevenção dos riscos*' e relativamente às zonas litorais nas quais se verifique o recuo da linha de costa, deve haver uma regulamentação própria para as construções

particulares. Não obstante, de uma forma geral todas as construções na zona litoral devem ser submetidas a uma autorização prévia especial e obedecer a regulamentação própria.

Face ao que já foi exposto e com o intuito de alcançar uma gestão eficaz do litoral, é desejável evitar ocupar estas áreas, o que será mais facilmente conseguido se os terrenos pertencerem ao Estado. Portanto, a existência da figura legal de Domínio Público Marítimo e, conseqüentemente, a delimitação de todas as áreas da sua abrangência, traduz-se num importantíssimo alicerce para o sucesso de todo o processo.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, é um documento que entrou em vigor em Portugal no final do ano de 1997 com o objectivo de solucionar as questões relativas ao direito do mar, promovendo o uso pacífico dos mares e oceanos, bem como a utilização equitativa, conservação e protecção dos seus recursos, visando também o fortalecimento da paz, da segurança, da cooperação e das relações de amizade entre todas as nações.

Esta Convenção não se refere de forma específica ao Domínio Público Marítimo, nem tão pouco à zona costeira, constatando-se que é dado bastante mais ênfase ao uso do espaço oceânico do que ao espaço terrestre contíguo. No entanto, tem interesse a sua referência pela estreita relação que existe entre ambos os espaços referidos, nos quais qualquer acção ocorrida num deles influencia certamente o estado do outro.

Outro documento bastante importante é a Estratégia Europeia de Gestão Integrada da Zona Costeira que *"...visa promover uma abordagem colaborativa relativamente ao ordenamento e à gestão da zona costeira, numa filosofia de governação em parceria com a sociedade civil."* (EC, 2000, p. 2).

Anteriormente a esta estratégia, foi elaborado um outro documento (Demonstração 96-3 de CZ, Novembro/96) com o objectivo de dar um contributo para a compreensão dos conceitos de gestão integrada de áreas costeiras. No âmbito deste documento foram definidos os seguintes Princípios de Gestão Integrada da Zona Costeira:

- ? perspectiva 'holística' alargada (temática e geográfica);
- ? perspectiva a longo prazo;
- ? gestão adaptativa durante um processo gradual;
- ? reflexo da especificidade local;
- ? trabalho com processos naturais;

- ? planeamento participativo;
- ? apoio e envolvimento de todas as entidades administrativas competentes;
- ? utilização de uma combinação de instrumentos;

Retomando a Estratégia Europeia de Gestão Integrada da Zona Costeira, foi definido no seu âmbito um conjunto de acções que se enumeram de seguida:

- ? promover a Gestão Integrada das Zonas Costeiras nos Estados-Membros e ao nível do 'Mares Regionais';
- ? compatibilizar as Políticas Comunitárias com a Gestão Integrada das Zonas Costeiras;
- ? promover o diálogo entre as partes interessadas das Zonas Costeiras Europeias;
- ? criar as melhores práticas em Gestão Integrada das Zonas Costeiras;
- ? criar informação e conhecimentos acerca da Zona Costeira;
- ? difundir e informação e sensibilizar o público; e
- ? executar a estratégia.

Estas são as acções que a União Europeia considera que os Estados-Membros devem adoptar com o intuito de garantir uma gestão integrada das áreas costeiras.

A Agenda 21 é um documento que surgiu da Conferência do Rio (1992), organizada pelas Nações Unidas, assinado por 170 países. A Agenda 21 foi elaborada para orientar os diversos países no sentido de alcançar o desenvolvimento sustentável, através da concretização dos seguintes objectivos gerais: revitalização do crescimento com critérios sustentáveis; vida sustentável para todos; desenvolvimento dos núcleos de população; utilização eficiente dos recursos; gestão e uso responsável dos recursos regionais e globais; gestão de produtos químicos e de resíduos.

“Em termos genéricos, poder-se-ia dizer que todas as actividades humanas sobre o ambiente são contempladas neste documento. As suas implicações (directas ou indirectas) sobre o planeamento territorial, por exemplo, são diversas, destacando-se a referência à necessidade de estratégias e de planos para os diferentes níveis e sectores de intervenção, em detrimento do livre funcionamento das «forças de mercado», da necessidade de promover sistemas de planeamento e gestão do território que previnam as crescentes pressões de uso do solo e consequente degradação, que assegurem que o desenvolvimento seja feito sob formas ambiental e socialmente aceitáveis e que

garantam o acesso à terra dos grupos mais desfavorecidos (WCED, 1987)." (Fidélis, 2001, p. 41-42).

O Capítulo 17 da Agenda 21 refere-se à protecção dos oceanos, de todos os mares, incluindo os mares fechados e semi-fechados, e das zonas costeiras, e protecção dos respectivos recursos vivos. Para alcançar a protecção e o desenvolvimento sustentável destas zonas exige-se, neste documento, que os Estados cumpram os seus direitos e obrigações no âmbito das seguintes áreas programáticas:

- ? gestão integrada e desenvolvimento sustentável de zonas costeiras, incluindo as zonas económicas exclusivas;
- ? protecção do ambiente marinho;
- ? utilização e conservação sustentáveis de recursos marinhos vivos sob jurisdição nacional;
- ? análise das incertezas críticas para a gestão do ambiente marinho e das alterações climáticas;
- ? intensificação da cooperação e coordenação internacional e regional; e
- ? desenvolvimento sustentável de pequenas ilhas.

Apesar da inter-relação entre todas estas áreas, importa destacar, no âmbito desta dissertação, a que se refere mais especificamente à gestão integrada e desenvolvimento sustentável de áreas costeiras e, consequentemente, de Domínio Público Marítimo. Assim, nesta área programática propõe-se que os Estados-Membros reforcem os mecanismos de coordenação para atingirem um conjunto de objectivos, dos quais se apresentam os mais direccionados à gestão das referidas áreas:

- ? preparação e aplicação de políticas de ordenamento territorial e marítimo e de fixação;
- ? aplicação da gestão integrada dos recursos costeiros e marinhos e de planos e programas de desenvolvimento sustentável, aos níveis apropriados;
- ? preparação de perfis das zonas costeiras identificando as zonas críticas, incluindo zonas sujeitas a erosão, processos físicos, modelos de desenvolvimento, incompatibilidades dos utilizadores e prioridades específicas de gestão;
- ? elaboração de planos de emergência para catástrofes naturais provocadas pelo Homem, incluindo os possíveis efeitos das alterações climáticas e da subida do nível do mar, bem como planos de emergência para a degradação e poluição de origem antropogénica, incluindo derrames de petróleo e de outros materiais;
- ? conservação e recuperação dos habitats críticos alterados; e

? elaboração de programas de educação pública, sensibilização e informação.

Os aspectos referidos são de bastante importância, devendo ser tidos em conta na qualificação das áreas costeiras, nomeadamente na faixa correspondente ao Domínio Público Marítimo. Todos de uma forma muito concreta e directa, à excepção do último, que de uma forma indirecta pode ser determinante para uma gestão eficaz destas áreas, uma vez que a concretização das políticas mais adequadas não será possível sem o apoio das populações envolvidas. Apesar de todos terem uma grande importância, os dois primeiros aspectos, numa fase inicial, em conjunto com a sensibilização e informação da população consideram-se os mais relevantes para iniciar um processo de gestão com sucesso.

Estes são alguns dos documentos que servem de base aos diversos Estados-Membros Europeus para a elaboração da sua própria política de gestão das zonas costeiras e, consequentemente, do conjunto de princípios a aplicar na gestão das áreas de Domínio Público Marítimo ou áreas equivalentes (no caso dos países onde esta figura legal não existe). Constata-se, no entanto, que são poucas as indicações de aplicação específica a estas áreas, predominando largamente orientações de aplicação geral a toda a faixa costeira, denotando-se, assim, a carência de meios de reforço para a qualificação das áreas costeiras, através da recuperação do carácter público do Domínio Público Marítimo.

3. DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO

3.1 Contexto Nacional

Neste sub-capítulo é explicado, de uma forma mais exaustiva, o conceito de Domínio Público Marítimo, é apresentada uma breve interpretação da legislação aplicável a esta área, desde 1830 até à actualidade, e são expostos os aspectos específicos da figura legal e da forma como os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, em geral, abordam e tratam as áreas de Domínio Público Marítimo.

3.1.1 Introdução

O Domínio Público é constituído pelos bens que, e devido principalmente ao grau de utilidade pública que possuem (aptidão para satisfazer necessidades colectivas), são submetidos por lei a um regime especial de propriedade pública: não estão sujeitos a alienação; não podem ser objecto de qualquer ónus; não podem ser objecto de usucapião.

Segundo o Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro,

“1 - Consideram-se do domínio público do Estado os leitos e margens das águas do mar e de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis, sempre que tais leitos e margens lhe pertençam, e bem assim os leitos e margens das águas não navegáveis nem flutuáveis que atravessem terrenos públicos do Estado.

2 – Consideram-se objecto de propriedade privada, sujeitos a servidões administrativas, os leitos e margens das águas não navegáveis nem flutuáveis que atravessem terrenos particulares, bem como as parcelas dos leitos e margens das águas do mar e de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis que forem objecto de desafecção ou reconhecidas como privadas nos termos deste diploma.

3 – Consideram-se objecto de propriedade privada, sujeitas a restrições de utilidade pública, as zonas adjacentes.

4 – Consideram-se objecto de propriedade privada, nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, os terrenos tradicionalmente ocupados junto à crista das arribas alcantiladas das respectivas ilhas.”

O Domínio Público Marítimo é a parte do Domínio Público Hídrico que diz respeito ao leito e margem das águas do mar ou sujeitas à influência das marés (Fig. 3.1). Os terrenos que se encontram em Domínio Público Marítimo distinguem-se do restante Domínio Público Hídrico por serem do domínio público do Estado, enquanto que estes outros podem ser de propriedade privada: “Consideram-se do domínio público do Estado os leitos e margens das águas do mar e de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis (...)” (Art. 5.º, n.º 1); “Consideram-se objecto de propriedade privada, sujeitos a servidões administrativas, os leitos e margens das águas não navegáveis nem flutuáveis que atravessassem terrenos particulares (...)” (Art. 5.º, n.º 2).

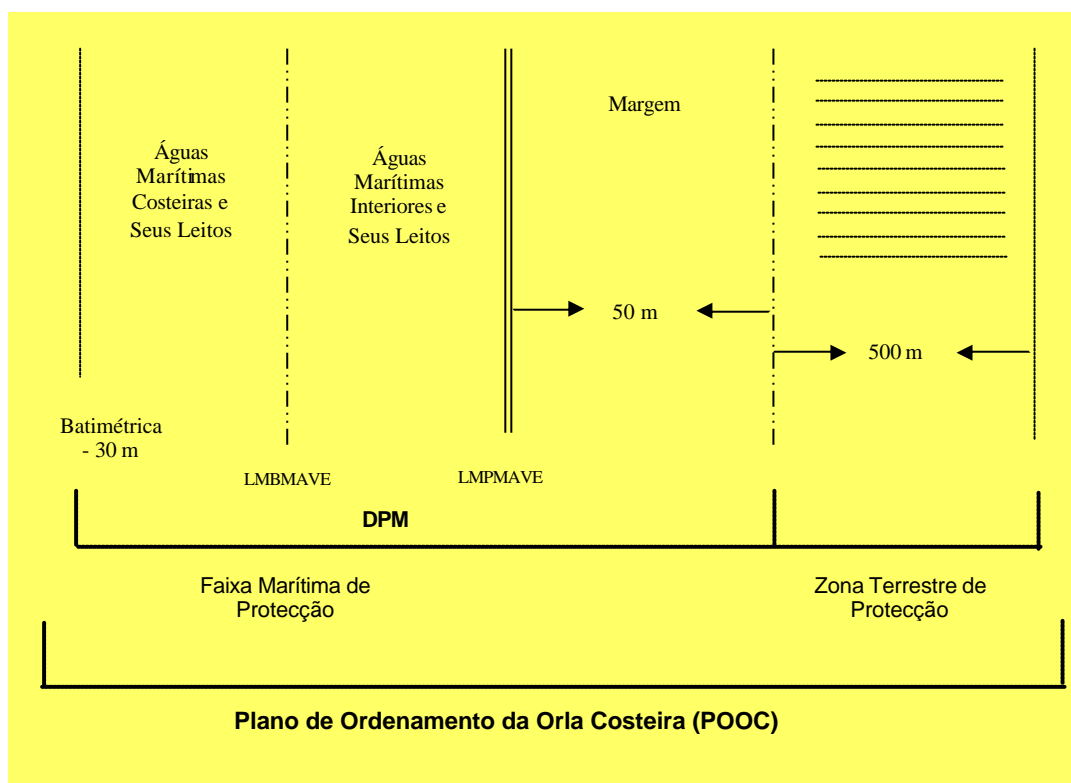


Fig. 3.1 - Definição da área de DPM
Fonte: MARN/INAG, 1996

Dado o possível avanço e recuo das águas do mar, os limites do Domínio Público Marítimo ficam sujeitos a alterações e a área que lhe corresponde pode aumentar ou diminuir, daqui o seu carácter dinâmico. No caso de diminuir, os terrenos sobrantes passam a pertencer ao Domínio Privado do Estado, não havendo a possibilidade de passarem para a posse de particulares. Existe, portanto, aqui uma inter-relação entre ambos, os terrenos que deixem de pertencer ao Domínio Público Marítimo passam a Domínio Privado do Estado.

Segundo Rua *et al.* (1996), o Domínio Público Marítimo como instrumento de gestão do território é bastante importante na medida em que salvaguarda recursos naturais de grande valor, nomeadamente locais e paisagens de grande interesse, espaços necessários à manutenção do equilíbrio ecológico (praias, rochedos e dunas), zonas húmidas e estuários, áreas agrícolas e florestais, entre outros. Pode, também, assegurar o desenvolvimento de actividades económicas dependentes da área em questão, nomeadamente actividades piscatórias, actividades agrícolas (que possam ser valorizadoras da paisagem), actividades de turismo (enquadradas nos valores naturais existentes), entre outras, pois os terrenos compreendidos em Domínio Público Marítimo têm extremo valor enquanto suporte dessas actividades (Rua *et al.*, 1996).

Ainda segundo o mesmo autor (1996), o ordenamento do território pode tornar-se muito mais fácil e eficiente nesta área, uma vez que os terrenos do Domínio Público Marítimo são do domínio público do Estado e, aquando da implantação de medidas ou mesmo de planos de ordenamento do território, não surgem os conflitos com os proprietários particulares como na restante área do território, eliminando-se, por exemplo, situações de encargos relativos à compra de terrenos ou a expropriações. Aliás, pode verificar-se que grande parte das intervenções dos POOC se dão em áreas de Domínio Público Marítimo, exactamente porque são áreas onde é mais fácil intervir devido ao facto de não existir direito de propriedade por parte de particulares sobre as mesmas. Posto isto, seria desejável delimitar a área de Domínio Público Marítimo em toda a extensão da zona costeira, particularmente em zonas de risco, facilitando assim a intervenção das entidades competentes.

Outro factor bastante importante que facilita a gestão da área de Domínio Público Marítimo é o facto das licenças para construção e uso privativo não terem carácter definitivo (Rua *et al.*, 1996). Estas licenças são emitidas apenas para um determinado prazo, podendo ser ou não prorrogadas terminado esse prazo, verificando-se a primeira situação só em casos especiais devidamente justificados (Rua *et al.*, 1996). Em caso de

não serem prorrogadas, as construções devem ser removidas e o terreno deverá ser deixado com as características iniciais (Rua *et al.*, 1996).

Para o mesmo autor (1996), com a aplicação de taxas a gestão do Domínio Público Marítimo pode auto-financiar-se, aplicando os valores auferidos na manutenção da área. Também o ordenamento e desenvolvimento poderiam ser promovidos aplicando taxas diferenciadas, incentivando, assim, a ocupação de determinadas áreas em detrimento de outras (Rua *et al.*, 1996). É evidente que, perante este tipo de situação, podem surgir problemas do foro social, por falta de equidade e justiça.

Actualmente, também se verifica a ausência de equidade social entre os diversos utilizadores destes terrenos, uma vez que aqueles que se encontram em situação legal estão já a ser penalizados relativamente aos outros. No entanto, apesar da possível consequência negativa, a situação que daí decorrerá é certamente melhor que a situação que se verifica actualmente, visto que torna possível uma melhor protecção do bem comum.

Para melhor se entender como é que se chegou à situação actual, de seguida apresenta-se a evolução que a legislação foi sofrendo até aos nossos dias.

3.1.2 Interpretação da Legislação e decorrente Actuação das Entidades, desde 1830 até à Actualidade

Desde 1830, com o surgir do constitucionalismo, começaram a ser publicados documentos legais com âmbito de aplicação na área do Domínio Público Marítimo (Tabela 3.1).

Tabela 3.1 - Legislação aplicável à área de Domínio Público Marítimo

FIGURA LEGAL	ASSUNTO
Decreto de 6 de Novembro de 1830	Refere que as águas dos rios até onde cheguem as marés, pertencem ao Estado.
Decreto de 13 de Agosto de 1832	Refere que portos, canais, rios navegáveis e fluviáveis, estradas e caminhos públicos, etc., pertencem à Nação.
Lei de 22 de Junho de 1846	Confirmação de que os portos, os canais, as pontes, os cais e os rios navegáveis e fluviáveis fazem parte dos bens da Nação, sendo do uso geral e comum das pessoas.
Lei de 25 de Junho de 1864	Autoriza o governo a decretar disposições que dependessem da medida legislativa, acerca do serviço de polícia, exploração e conservação dos caminhos-de-ferro, telégrafos, estradas, rios, canais, valas e portos de mar.
Decreto de 31 de Dezembro de 1864, Art. 2.º	Refere que os leitos e as margens das águas, em geral, passam a pertencer ao Domínio Público do Estado (aparece pela primeira vez, que as praias são do domínio público).
Decreto de 19 de Outubro de 1865	Aplicação do regime do decreto de 1864 aos terrenos marginais de todos os rios navegáveis.
Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, Art. 380.º, n.º 2 e & 4.º	Código Civil (as arribas alcantiladas passam a pertencer ao domínio público).
Decreto n.º 8, de 1 de Dezembro de 1892	Regulamento dos serviços hidráulicos.
Decreto de 18 de Abril de 1895, Art. 2.º	Fixa as zonas de jurisdição marítima e de jurisdição das circunscrições hidráulicas.
Portaria de 16 de Maio de 1898	Recomenda que sejam considerados e respeitados os direitos dos proprietários sobre terrenos marginais.
Decreto-Lei n.º 952, de 15 de Outubro de 1914, Art. 5.º, & 1.º	Fixa, rigidamente, pela primeira vez, a largura da faixa do Domínio Público Marítimo em 50 metros.
Decreto-Lei n.º 3.649, de 30 de Novembro de 1917, Art. 3.º, & 3.º	Substitui o Decreto-Lei n.º 952.
Decreto-Lei n.º 3.716, de 28 de Dezembro de 1917	Substitui o Decreto-Lei n.º 3.649, de 30 de Novembro de 1917.
Decreto-Lei n.º 5.703, de 10 de Maio de 1919, Art. 3.º, & 3.º	Revoga o Decreto-Lei n.º 952, de 15 de Outubro de 1914.
Decreto-Lei n.º 5.787 III, de 10 de Maio de 1919, Art. 1.º, Art. 3.º, & 1.º, Art. 14.º, n.º 2.º	Lei das Águas – definição da largura das margens de águas navegáveis ou fluviáveis.
Decreto-Lei n.º 12445, de 29 de Setembro de 1926, Art. 14.º	Actualiza as taxas de licenças e multas da água.
Constituição Política da República de 1943, Art. 49.º, n.ºs 2 e 3	Considera que as águas marítimas e os seus leitos constituem bens dominiais da Nação; ressalva para os particulares os seus direitos adquiridos, os quais podem ser objecto de expropriação, sempre que o interesse público o determine.

FIGURA LEGAL	ASSUNTO
Decreto-Lei n.º 40172, de 26 de Maio de 1955	Refere-se às áreas de jurisdição das autoridades marítimas.
Decreto-Lei n.º 48784, de 21 de Dezembro de 1968	Simplifica o processo de desafecção dos terrenos do Domínio Público Marítimo.
Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro	Regime jurídico dos terrenos incluídos no Domínio Público Hídrico.
Decreto-Lei n.º 53/74, de 15 de Fevereiro	Altera a redacção do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro.
Decreto-Lei n.º 89/87, de 26 de Fevereiro	Estabelece medidas de protecção às zonas ameaçadas pelas cheias, introduzindo alterações ao Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro.
Decreto-Lei n.º 70/90, de 2 de Março	Define o regime de bens do Domínio Público Hídrico do Estado, incluindo a respectiva administração e utilização.
Decreto-Lei n.º 201/92, de 29 de Setembro	Define as competências na faixa costeira, entre a Direcção Geral de Portos, as administrações portuárias e as juntas autónomas em relação à Direcção Geral dos Recursos Naturais.
Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro	Estabelece o regime de licenciamento de utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água.
Decreto-Lei n.º 47/94, de 22 de Fevereiro	Estabelece o regime económico e financiamento da utilização do Domínio Público Hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água.
Declaração de Rectificação n.º 63/94, de 31 de Maio	Rectifica o Decreto-Lei n.º 46/94 de 22 de Fevereiro no que se refere a algumas inexactidões irrelevantes.
Portaria n.º 940/95, de 26 de Julho	Aprova as declarações oficiais a apresentar pelos utilizadores do domínio público hídrico
Decreto-Lei n.º 234/98, de 22 de Julho	Rectifica o Decreto-Lei n.º 46/94 de 22 de Fevereiro no que se refere aos artigos 45, 46, 47 e 48 relativamente a limpeza e desobstrução de linhas de água.

Deste conjunto de diplomas legais destacam-se como mais importantes, no âmbito do Domínio Público Marítimo, os que se referem na exposição que se segue.

A revolução de 1820 e a vitória do liberalismo em 1834 puseram termo ao absolutismo em Portugal, trazendo grandes alterações a vários níveis, nomeadamente, a legalização do direito de propriedade privada e, simultaneamente, a definição dos bens do Estado. No Decreto de 6 de Novembro de 1830 era referido que as águas dos rios, até onde chegassem as marés, pertenciam à Nação e, logo de seguida, no Decreto de 13 de Agosto de 1832 era também referido que os portos, os canais, os rios navegáveis e

flutuáveis, as estradas e caminhos públicos, etc. pertenciam à Nação, perdendo os particulares a posse das coisas.

Com base na Lei de 25 de Junho de 1864, foi publicado o Decreto-Lei de 31 de Dezembro de 1864 onde é referido pela primeira vez que as praias são do domínio público: *“os portos de mar e praias, os rios navegáveis e flutuáveis, com as suas margens, os canais e valas, portos artificiais e docas existentes ou que de futuro se construam. (...) Certamente que o legislador terá sido levado a incorporar as praias no domínio público pelo facto de esses terrenos serem actual ou virtualmente objecto de utilizações ordinárias do público, quer gerais, quer especiais, convindo por isso subtraí-los à possibilidade de apropriação privada, que, segundo o direito positivo imediatamente anterior, sempre poderia operar-se em relação a eles.”* (Ministério da Marinha, 1963, p. 146). As praias deixaram, então, de pertencer ao património do Estado, ou de privados, e passaram a ser do domínio público.

Foi no Código Civil de 1867 que apareceu a definição do regime jurídico das correntes de água, bem como de coisas públicas, comuns e particulares (Ministério da Marinha, 1963).

Em 1892 foi publicado o Decreto n.º 8 de 1 de Dezembro, o qual estabeleceu que são do domínio público as águas salgadas das costas, enseadas, baías, portos artificiais, docas, fozes, rios, esteiros e seus respectivos leitos, cais e praias até onde alcançar o colo da máxima preia-mar de águas vivas (apenas terreno molhado) e também os lagos, lagoas, canais, valas e correntes de água navegáveis ou flutuáveis, com os seus respectivos leitos e margens (Ministério da Marinha, 1947).

Este Decreto define como margem dos lagos, lagoas e mais correntes de água a faixa de terreno enxuto que ladeia a linha da máxima preia-mar de águas vivas e estabelece, também, que as margens dos rios navegáveis ou flutuáveis têm 3 a 30 metros de largura, excepcionalmente 50 metros, sendo esta a primeira fixação de limites que aparece (Ministério da Marinha, 1947).

O Decreto de 18 de Abril de 1895 fixou com mais rigor as zonas de jurisdição marítima e de jurisdição das circunscrições hidráulicas no que respeita às questões da pesca, e no seu Art. 2.º pode constatar-se que há terrenos públicos nas margens adjacentes às águas jurisdicionais marítimas, sendo esses terrenos públicos as praias (Ministério da Marinha, 1947).

O Decreto-Lei n.º 952, de 15 de Outubro de 1914, estabeleceu que a jurisdição marítima se estende em terrenos do Domínio Público Marítimo, numa faixa de 50 metros de

largura, a contar da linha da máxima preia-mar de águas vivas, excluindo, assim, o carácter aleatório entre os 3 e os 50 metros dos diplomas anteriores (Ministério da Marinha, 1947).

É o Decreto-Lei n.º 5.703, de 10 de Maio de 1919 que obriga à aplicação da doutrina do Decreto n.º 8, de 1 de Dezembro de 1892 e que prevê uma faixa mínima de 50 metros para efeitos de jurisdição marítima (Ministério da Marinha, 1947).

O Decreto-Lei n.º 5.787 IIII, de 10 de Maio de 1919, mais conhecido pela Lei das Águas, *“(...) fixa a largura das margens, nas correntes de água navegáveis ou flutuáveis, em 30 metros, e continua a impor a servidão de passagem e de fiscalização naqueles terrenos que estiverem no domínio privado, desde que essa propriedade privada tenha sido constituída por forma legal.”* (Ministério da Marinha, 1947, p. 41). A Lei das Águas não teve em consideração, como terrenos do domínio público, os terrenos enxutos adjacentes à linha da máxima preia-mar (Ministério da Marinha, 1947).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 12445, de 29 de Setembro de 1926 foram fixadas as seguintes larguras para a faixa do domínio público: *“(...) nas correntes de água não navegáveis nem flutuáveis, 5 metros a contar da linha que limita o leito ou álveo; nas correntes de água navegáveis ou flutuáveis, o mínimo de 30 metros, ou até à linha limite das cheias ordinárias se estas excederem 30 metros; nas águas marítimas, o mínimo de 50 metros, contados a partir da linha do máximo de águas vivas.”* (Ministério da Marinha; 1947, p. 41). Como se verá adiante, estas larguras poucas alterações sofreram até à actualidade.

O Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, revê, actualiza e unifica o regime jurídico dos terrenos incluídos no Domínio Público Hídrico. Este diploma não visa regular o regime das águas públicas que compõem o Domínio Público Hídrico, mas os leitos, as margens e as zonas adjacentes. Logo no seu Art. 1.º refere que se aplica aos *“(...) leitos das águas do mar, lagos e lagoas, bem como as respectivas margens e zonas adjacentes (...)”*.

O Decreto-Lei n.º 53/74, de 15 de Fevereiro, veio fazer uma alteração ao diploma anterior no que se refere aos prazos relativos às concessões de usos privativos de terrenos de Domínio Público Hídrico. No Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, no seu Art. 20.º vem expresso o seguinte: *“As licenças e concessões podem ser outorgadas pelos prazos máximos de, respectivamente, cinco e trinta anos.”* No entanto, com o surgir de casos concretos verificou-se que, por vezes, esse prazo não permite a amortização dos capitais investidos em empreendimentos de reconhecida utilidade pública. Daqui a necessidade

da publicação do Decreto-Lei n.º 53/74, de 15 de Fevereiro, que acrescenta um ponto ao Art. 20.º dessa figura legal referindo que *“Em casos especiais, devidamente justificados, o Conselho de Ministros pode autorizar a outorga de concessões por prazo superior a trinta anos ou por tempo indeterminado.”*

O Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, veio rever, actualizar e unificar o regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do INAG. Definiu exactamente as utilizações sujeitas a licença ou contrato de concessão, bem como todos os elementos e trâmites necessários para a sua emissão. Estabeleceu que as licenças podem ser outorgadas por um prazo máximo de 10 ou 35 anos, consoante os usos licenciados, e ainda o prazo máximo de 75 anos para o caso de concessões.

O Decreto-Lei n.º 47/94, de 22 de Fevereiro, estabelece o regime económico e financeiro da utilização do Domínio Público Hídrico, sob jurisdição do INAG, referindo que a utilização do Domínio Público Hídrico está sujeita ao licenciamento e pagamento de uma taxa e que há quatro tipos diferentes de taxas de utilização: captação de água, extracção de materiais inertes, ocupação de terrenos ou planos de água e rejeição de águas residuais.

Após esta exposição da evolução da legislação relativamente ao Domínio Público Marítimo, caracterizada por alguns avanços e recuos, bem como por alguma indefinição e incerteza relativamente aos conceitos, torna-se premente destacar alguns aspectos particulares da figura legal agora em vigor.

3.1.3 Aspectos Específicos da Figura Legal

No Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, são definidas as várias noções e condições jurídicas de leito, margem e zonas adjacentes, mediante o tipo de águas que se trata, e fixada a largura das margens das águas sobre a qual se deve exercer a jurisdição das autoridades marítimas. No Art. 2.º é definido leito como o terreno coberto pelas águas, quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades e que o leito das águas do mar é delimitado pela LMPMAVE. No Art. 3.º é definido o conceito de margem como uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas e que a margem das águas do mar tem a largura de 50 metros. Se a linha atingir arribas alcantiladas, então a largura da margem será contada a partir da crista do alcantil.

Os artigos 6.º e 7.º referem-se, respectivamente, ao recuo e avanço das águas. Relativamente ao recuo das águas, sempre que isto aconteça, os terrenos abandonados não acrescem ao domínio privado, permanecendo em domínio público caso não excedam as larguras referidas anteriormente. Se forem excedidas, então passarão a fazer parte integrante do domínio privado do Estado. Quando se verifica o avanço das águas para terrenos contíguos a terrenos dominiais, ficando corroídos, então esses passam a pertencer, também, ao domínio público sem direito a indemnizações por parte dos particulares. Caso não haja corrosão dos terrenos, os proprietários continuam a ter o seu direito de propriedade, mas encontram-se sujeitos à possibilidade de expropriação.

Quanto ao reconhecimento da propriedade privada no Domínio Público Marítimo e à delimitação desta linha, o Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, refere que *“As pessoas que pretendam obter o reconhecimento da sua propriedade privada sobre parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis devem provar documentalmente que tais terrenos eram, por título legítimo, objecto de propriedade particular ou comum antes de 31 de Dezembro de 1864 ou, se se tratar de arribas alcantiladas, antes de 22 de Março de 1868.”* (Art. 8.º, pt.1).

Mas se a lei declarou dominiais os leitos e margens das águas, em 31 de Dezembro de 1864 ou, no caso das arribas alcantiladas, em 22 de Março de 1868, então é necessário conhecer o limite do domínio público nessas datas. Além disto é sempre necessário definir a LMPMAVE actual.

No entanto, por falta de dados, e uma vez que a LMPMAVE não é fixa, já que pode avançar ou recuar com o decorrer dos anos, por vezes é impossível estabelecê-la. De qualquer forma, e segundo a Comissão do Domínio Público Marítimo (1977), deve ser analisada, com o maior rigor possível, a evolução morfológica das praias, recorrendo à prova testemunhal e tendo em atenção as cartas topográficas antigas da região a delimitar que se consigam obter, e só em último caso se adopta a LMPMAVE da data de publicação.

Quando mesmo após todos estes passos não é possível determinar a referida linha, então parte-se do pressuposto que a linha não sofreu alterações e que a LMPMAVE de 31 de Dezembro de 1864 ou de 22 de Março de 1868 é igual à LMPMAVE actual. Mas esta adopção só deve ser efectuada em último caso.

Caso o proprietário do terreno em questão consiga, de alguma forma, demonstrar que este não se encontrava, naquelas datas, em áreas de Domínio Público Marítimo, então bastar-lhe-á prová-lo nos termos gerais do direito civil.

No Art. 9.º é explícito que, sempre que seja necessário, o Estado pode expropriar, por utilidade pública, terrenos privados de leitos ou margens públicas para submeter ao regime da dominialidade pública todas as parcelas privadas localizadas em determinada área.

No que respeita às servidões administrativas, o diploma legal expressa no seu Art. 12.º que a estas estão sujeitas as parcelas privadas de leitos ou margens públicas. Este diploma sistematiza os traços gerais do regime jurídico dos usos privativos do domínio público, nomeadamente no que se refere a licenças e concessões. A estas estão sujeitos os usos privativos numa parcela de terreno público. Estão sujeitos às concessões “(...) os usos privativos que exijam a realização de investimentos em instalações fixas e indismontáveis e sejam consideradas de utilidade pública (...)” (Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, Art. 18.º, pt. 2); às licenças estão sujeitos os restantes usos privativos. No Art. 19.º são enumerados os possíveis usos privativos de utilidade pública. No Art. 20.º são definidos os prazos máximos para a outorga das licenças e concessões de, respectivamente, cinco e trinta anos. No entanto, segundo o Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, a licença pode ser concedida pelos prazos máximos de 10 ou 35 anos, consoante os usos, estando sujeita a inquérito público a licença atribuída por prazo superior a 10 anos, e as concessões podem ser atribuídas pelo prazo máximo de 75 anos.

É feita, ainda, referência a taxas no Art. 24.º; a taxa deve ser paga anualmente pelo uso privativo de terrenos dominiais, salvo algumas excepções.

O Art. 25.º refere em que condições pode ser feita a transmissão de licenças e concessões e que os terrenos dominiais não podem ser hipotecados sem autorização da entidade competente.

O uso privativo pode ser extinto pela entidade competente sempre que os terrenos sejam necessários à utilização pública sob a forma de uso comum. Poderá o interessado ser indemnizado, mas só no caso de se tratar de concessões.

Quanto às desafectações dos bens dominiais, a Comissão do Domínio Público Marítimo pretende que estas não sejam facilitadas, dada a importância destes para a utilidade colectiva. Com a desafecção destes bens diminui o Domínio Público do Estado e, tornando-se um acto generalizado, pode pô-lo em questão. No entanto, por vezes, pode até ser benéfica a passagem de determinados bens à utilização por particulares, desde que se salguarde o facto da Administração poder fazer cessar essa utilização sempre

que julgue necessário. Assim, a referida desafecção só deverá ocorrer em casos excepcionais e com as garantias necessárias.

Antes de terminar entende-se conveniente referir os trâmites a que deve obedecer o processo de licenciamento das construções em domínio hídrico, segundo o Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, o qual considera como construção “(...) *todo o tipo de obras, qualquer que seja a sua natureza, designadamente edificações, muros e vedação e aterros ou escavações, bem como as respectivas alterações e demolições.*”, excepto infra-estruturas hidráulicas (Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, Art. 55.º).

Assim, o pedido de licenciamento deve ser apresentado à DRAOT respectiva e instruído com os seguintes elementos:

- “a) Identificação do requerente;*
- b) Finalidade da pretensão;*
- c) Planta de localização na escala 1: 25 000;*
- d) Plantas e cortes em escala adequada, com a localização do pedido relativamente a linhas de água, albufeiras ou praias.”*(Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, Artigo 16.º); e
- “a) Memória descritiva com as áreas de construção e com a apresentação das características gerais da área, nomeadamente vegetação e configuração topográfica;*
- b) Projecto da obra e da rede exterior de águas e esgotos, quando aplicável;*
- c) Cota da máxima cheia conhecida para um período de retorno de 100 anos ou linha máxima de preia-mar de águas vivas equinociais;*
- d) Distância ao nível de pleno armazenamento, quando em terrenos marginais e albufeiras.”*(Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, Art. 57.º).

As declarações a apresentar pelos utilizadores do Domínio Público Hídrico têm que obedecer aos modelos apresentados na Portaria n.º 940/95, de 26 de Julho.

No caso da utilização privativa do Domínio Hídrico ser titulada por licença, a mesma será atribuída pela DRAOT respectiva (Anexo 2), no caso de ser titulada por contrato de concessão, então a autorização é da competência do Ministro da Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, podendo ser delegada no presidente do INAG. A atribuição de licenças ou concessões é precedida da emissão de parecer das entidades competentes, cabendo à DRAOT o envio da documentação necessária para o efeito (Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, Art. 55.º).

Refira-se a desadequação da figura legal de Domínio Público Marítimo, quer no que respeita aos princípios sobre os quais assenta, quer à extensão do seu âmbito territorial, que deveria ser mais flexível devido aos importantes valores naturais que se encontram

nas áreas costeiras, cuja localização não se resume a 50 metros e, mesmo que isso se verificasse, seria ainda necessária uma faixa adjacente de protecção. *“A gestão da zona costeira tem-se desenvolvido na dependência da figura de Domínio Público Marítimo, ou seja, o valor reconhecido pelo Estado português ao recurso água fundamentou a constituição do Domínio Público Marítimo e a consequente formulação jurídica que permitisse o seu controlo e gestão, enquanto bem público. Assim, todo o valor atribuído à margem terrestre é-lhe reconhecido enquanto necessário para a salvaguarda e protecção do recurso água, destituindo-a de qualquer valor intrínseco, ou do reconhecimento da existência de recursos específicos nessa margem.”* (Martins, 1997, pp. 237-238). Nota-se, portanto, a necessidade de adaptar esta figura às actuais indicações propostas para uma Gestão Integrada da Zona Costeira, assentes no princípio do desenvolvimento sustentável, e de forma articulada com os princípios de conservação adoptados em áreas de REN.

“(…) o reconhecimento desta desadequação levou a que, para efeitos de elaboração dos POOC's, fosse agregada uma zona terrestre de protecção de 500 metros.” (Martins, 1997, p. 238). Assim como o instrumento de gestão do Domínio Público Marítimo, também este instrumento adoptou uma regra métrica para a definição da área de actuação. Se em muitos casos esta faixa de protecção é suficiente para a protecção dos recursos naturais específicos da orla costeira, muitos outros há em que o âmbito territorial do POOC não alberga, na sua totalidade, os ecossistemas existentes, assim como já acontecia com o Domínio Público Marítimo. Constata-se que, apesar do contributo da agregação desta faixa para a protecção das áreas costeiras, por vezes a sua extensão torna-se insuficiente. Reconhece-se, portanto, a necessidade de definir delimitações flexíveis e adaptadas às características locais das áreas costeiras.

3.1.4 A Abordagem do DPM no âmbito dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira

Os POOC não têm uma forma específica de tratar a área de Domínio Público Marítimo, no entanto todos englobam o seu tratamento de alguma forma, ou pelo menos o tratamento de algumas áreas de Domínio Público Marítimo.

Os POOC referentes aos troços Caminha - Espinho, Ovar - Marinha Grande e Alcobaça - Mafra, de uma forma geral, apontam várias restrições às áreas de Domínio Público Marítimo. Por exemplo, não permitem obras de construção, reconstrução ou ampliação,

permitindo apenas obras de beneficiação. No entanto, apesar das restrições, os referidos instrumentos não tratam estas áreas de alguma forma específica, remetendo sempre o assunto para o Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro.

Refira-se, antes de mais, que os POOC nem sequer identificam as áreas de Domínio Público Marítimo e, consequentemente, as áreas clandestinamente urbanizadas, nem tão pouco incluem nos seus projectos e acções a delimitação destas áreas em todo o seu território de abrangência.

O único tratamento específico, no que se refere ao Domínio Público Marítimo, é feito através da concretização dos planos de praia, os quais, como o próprio nome indica, têm como área de intervenção a praia propriamente dita e são elaborados tendo em conta as características da praia a que se referem. Nestas áreas, pouco ocupadas certamente devido à influência das marés, é permitida a localização de apoios de praia e, por vezes, de outras ocupações que o justifiquem. São, portanto, ocupações legítimas, sendo aqui a tarefa de intervir muito menos complexa, o que dá origem a um maior número de intervenções a este nível territorial.

Nos 50 metros contados a partir da LMPMAVE verifica-se uma intensa ocupação do território, na maioria dos casos em situação ilegal (UA/ DRAOT-C, 2002). A gestão destas áreas, por serem de Domínio Público, por questões de preservação dos recursos naturais e por questões de segurança da população, é bastante importante, no entanto é sobre as actividades interditas/ não legítimas que se verifica o menor número de intervenções propostas no âmbito dos POOC.

Esta faixa dos 50 metros, pertencente ao Domínio Público Marítimo, tem características e problemas únicos que merecem um tratamento particular, mas nos POOC não estão contempladas acções nesse sentido, nem tão pouco são utilizados ou criados instrumentos de planeamento e gestão específicos para o seu tratamento.

No entanto, através das UOPG, as áreas de Domínio Público Marítimo podem ser abrangidas e aí sim, serem tratadas de uma forma particular. De qualquer forma, só foram criadas UOPG para algumas áreas, não se resolvendo com isto a gestão da área de Domínio Público Marítimo.

A título de exemplo, as UOPG do POOC de Alcobaça - Mafra têm como objectivos gerais:

- ? a reabilitação e a requalificação de áreas degradadas, que abrangem áreas da paisagem litoral e núcleos urbanos;

- ? a realização de projectos com vista à reestruturação de áreas críticas nas arribas alcantiladas;
- ? a recuperação de sistemas dunares e arribas costeiras;
- ? a reestruturação das zonas urbanas existentes em faixas de risco;
- ? a requalificação das praias de grande potencial paisagístico e ambiental;
- ? a resolução de problemas de ocupações clandestinas e de usos inadequados (Resolução de Conselho de Ministros n.º 11/2002, de 17 de Janeiro, Título IV, Capítulo I, Secção XIV, Art. 71.º).

Retomando a questão das ocupações clandestinas e usos inadequados, apesar de se demonstrar aqui uma preocupação com o assunto que se tem vindo a tratar, na prática não se tem visto a resolução dos problemas em questão.

Pode constatar-se que os POOC apresentam deficiências quanto à gestão das áreas costeiras, nomeadamente ao nível das questões de equidade social, ao fomentar as actividades permitidas e omitir as inúmeras ocupações ilegais existentes.

No quadro nacional denotam-se diversas lacunas ao nível do tratamento das áreas de Domínio Público Marítimo, nomeadamente o não cumprimento da legislação e a falta de fiscalização relativa ao uso e ocupação das referidas áreas, o não efectivo tratamento destas áreas no âmbito dos POOC, bem como a ausência de uma entidade específica que garanta a sua gestão, de forma contínua e equitativa no território. Também se verifica que o próprio conceito de Domínio Público Marítimo não está adequado à importância que estas áreas têm enquanto ecossistemas, ricos em biodiversidade. Neste contexto, e como enriquecimento para esta investigação, torna-se indispensável ter uma visão da forma como é feita a gestão destas áreas a nível internacional.

3.2 Contexto Internacional

Com este capítulo pretende fazer-se uma abordagem à forma como as áreas de Domínio Público Marítimo são tratadas noutros países da União Europeia, cujo sistema institucional pretende a adopção, por parte dos Estados-Membros, de uma Estratégia de Gestão Integrada da Faixa Costeira. Assim, inicialmente é feita uma abordagem geral aos 'sistemas de planeamento territorial' a nível Europeu e, posteriormente, são apresentadas, com um pouco mais de pormenor, as formas de planeamento e

ordenamento do território das áreas costeiras nos seguintes países: Espanha, França, Itália e Reino Unido. Apesar de ser um número reduzido considera-se que o número de países seja suficiente para se poder dar uma ideia genérica do contexto internacional próximo. São países com características e um grau de desenvolvimento relativamente semelhantes, e que, à excepção do Reino Unido, têm por base o Direito Romano, assim como Portugal.

3.2.1 O Planeamento e o Ordenamento da Faixa Costeira no contexto dos Sistemas de Planeamento Territorial

Os sistemas de planeamento territorial variam nas suas origens, na sua organização institucional, nos seus instrumentos de política e nos seus profissionais. Estas variações reflectem estilos distintos de governação e administração em diferentes países e os objectivos para os quais os sistemas formais de planeamento territorial foram originalmente introduzidos (Healey, 1997). Assim, a mesma diversidade se poderá encontrar relativamente à gestão das áreas costeiras e, consequentemente, à forma como é tratada a área de Domínio Público Marítimo.

Segundo CE (1995), no documento EUROPA 2000+, são cinco os factores que determinam, em grande medida, a configuração dos sistemas e das práticas de planeamento espacial em cada Estado-Membro:

- ? a história, geografia e tradições culturais que influenciam, por exemplo, o modo de vida urbano e a evolução das zonas rurais;
- ? o estágio de desenvolvimento da economia e do sistema urbano, por exemplo, a amplitude da desindustrialização e da terciarização, ou a fase atingida no ciclo de crescimento e de declínio das cidades;
- ? a orientação política e ideológica, nomeadamente no que diz respeito à descentralização, à desregulamentação e à escolha entre o liberalismo económico e uma intervenção significativa do Estado;
- ? o regime de direitos de propriedade e de utilização dos solos, bem como a medida em que estes podem ser afectados pelos sistemas e medidas de planeamento, sem esquecer os sistemas de impostos e de compensação;

- ? a organização do Estado (Estado Unitário ou Estado Federal), o sistema jurídico e a medida em que a sua orientação é modificada pela jurisprudência, os direitos individuais e colectivos dos cidadãos.

Em função desta diversidade de factores, há três pontos essenciais para ilustrar cada sistema de ordenamento do território e a sua evolução: se é discricionário (flexível, os instrumentos de planeamento são apenas indicativos da política e não definitivos, tomada de decisão política) ou normativo (a certeza tem aqui muita importância, nada pode ser permitido até à tomada de decisão administrativa); se é reactivo ou pro-activo; se é centralizado ou descentralizado ao nível institucional, relativamente à tomada de decisão (European Commission, 1997).

Verifica-se que os sistemas de planeamento são dotados de alguma adaptabilidade à mudança, quer se trate de evoluções económicas, sociais ou políticas, de propostas particulares de ordenamento, da mudança de atitudes em relação à protecção do ambiente, ou ainda de evoluções de carácter transnacional ou transfronteiriço.

Constata-se, portanto, que os sistemas estão em constante transformação, sendo já várias as grandes tendências nos Estados-Membros, o que mostra a interdependência espacial crescente entre estes.

Verifica-se, então, que as grandes tendências gerais são:

- ? planeamento espacial mais global e complexo;
- ? necessidade de ter em conta as forças do mercado no processo de planeamento espacial;
- ? simplificação dos processos de planeamento existentes nos Estados-Membros;
- ? maior descentralização das responsabilidades;
- ? papel do Estado no que respeita a garantir uma aplicação efectiva das políticas de ordenamento do território, quer seja por meio de uma política nacional própria, quer seja por regulamentação ou intervenção indirecta;
- ? consenso crescente sobre o modo como o planeamento espacial deve reagir aos novos desafios que surgem na União Europeia; e
- ? utilização de meios técnicos modernos e sofisticados, como a medida à distância e as imagens de satélite, com objectivos de planeamento espacial (CE, 1995).

Como já foi referido, e de acordo com o que foi exposto, é indiscutível que se os sistemas de planeamento territorial são diferentes de país para país, o mesmo se passa relativamente ao planeamento, ordenamento e gestão das áreas costeiras (Fig. 3.2).

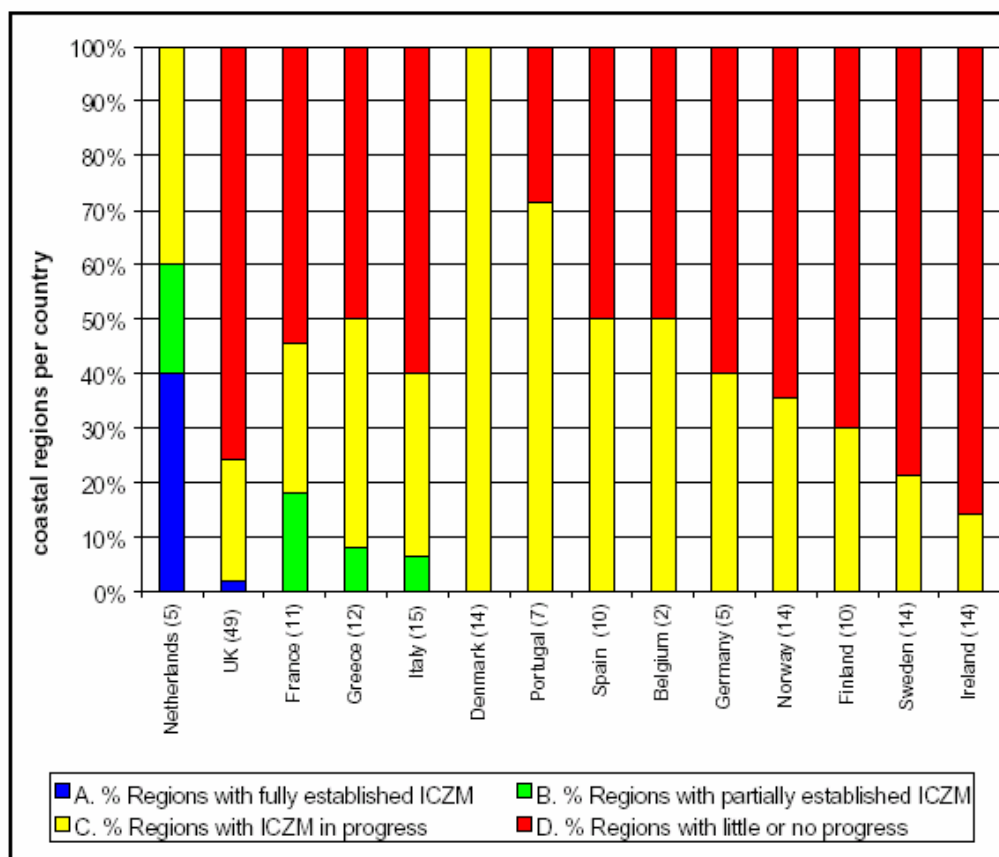


Fig. 3.2 - Situação da Gestão Integrada das Áreas Costeiras na União Europeia (1999)
Fonte: Elburg-Velinova, D. *et al.*, 1999

Através da observação da figura anterior, verifica-se que Portugal, relativamente aos outros quatro países que são objecto de análise, é o país com uma maior percentagem de território costeiro com a gestão integrada ainda em evolução. Apesar disso, 28% das regiões costeiras de Portugal ainda se encontra sem nenhum ou com pouco progresso relativo à sua gestão. Nos outros países, apesar de existirem algumas áreas costeiras com uma gestão integrada parcial ou totalmente estabilizada, verificam-se valores iguais ou superiores a 50% quanto a áreas com pouco ou nenhum progresso no que diz respeito à sua gestão integrada.

Apesar da globalização que caracteriza os dias de hoje e que se tem vindo a verificar também ao nível do ordenamento do território (pela adaptabilidade que caracteriza os sistemas), face ao contexto histórico, social e económico em que cada país se

desenvolveu, verificam-se algumas diferenças no tratamento das áreas de Domínio Público Marítimo (ou áreas equivalentes), como se pode constatar com a breve caracterização que se apresenta de seguida, para cada um dos quatro países objecto de estudo: Espanha, França, Itália e Reino Unido.

3.2.2 Espanha

Com a aprovação da Constituição espanhola, em 1978, o ordenamento do território tornou-se mais complexo devido à transferência dos poderes e competências para as entidades regionais (CE, 1995).

Além da lei de 1992 sobre o regime dos solos e ordenamento urbano, existem muitas outras que, embora não visem directamente o ordenamento do território, têm implicações sobre o mesmo, nomeadamente em relação às zonas costeiras, auto-estradas, recursos hídricos, protecção dos espaços naturais, da fauna e da flora selvagem (CE, 1995).

Também as regiões espanholas podem elaborar as suas próprias leis sobre o ordenamento do território e sobre o planeamento e ordenamento urbanos em domínios que não sejam da competência do Estado. As leis regionais relativas ao planeamento espacial variam entre as comunidades, encontrando-se em diferentes fases de desenvolvimento (CE, 1995).

Daqui resulta um leque complexo de leis, regulamentos e instrumentos nas diferentes regiões, que reflectem a diversidade dos territórios e das estratégias adoptadas para o seu desenvolvimento, fornecendo, no entanto, um grau bastante elevado de certezas, sobretudo a nível municipal, ainda que o sistema rígido de planeamento da utilização dos solos possa ser adaptado para responder às tendências emergentes (CE, 1995).

É o 'Ministerio de Medio Ambiente' que tem a responsabilidade nacional sobre a política de ambiente existindo, no âmbito deste, a 'Dirección General de Costas' com responsabilidade sobre a faixa costeira, à excepção das áreas protegidas que se encontram sob jurisdição da 'Dirección General de Conservación de la Natureza' ou das comunidades autónomas no caso de serem, ou não, Parques Nacionais, respectivamente (EC, 1999).

Em 1988 foi publicada a 'Ley de Costas', um acto de âmbito nacional importantíssimo para a protecção do litoral, planeado pelo Estado para tomar posse das propriedades de

domínio público marítimo-terrestre que, crescentemente, tinham sido privatizadas e para protegê-las dos efeitos do desenvolvimento impróprio contíguo aos terrenos (EC, 1999).

Na 'Ley de Costas' vem expresso que a zona litoral, praias, mar territorial e os recursos naturais da zona económica exclusiva e plataforma continental são propriedade pública estatal (EC, 1999).

Conforme a Constituição, a propriedade pública litoral é inalienável, imprescritível e impenhorável. É da responsabilidade do governo nacional a aprovação dos seus limites sob um procedimento estatutário em que as comunidades autónomas e entidades locais (ayuntamientos), assim como os proprietários e outros interessados são chamados para serem ouvidos (EC, 1999).

Na 'Ley de Costas' definiram-se quatro tipos de zonas adjacentes, do lado terrestre, na propriedade pública litoral, bem como as restrições à intervenção e desenvolvimento da propriedade privada nestas zonas (EC, 1999).

Estas zonas estão sujeitas a quatro tipos de servidões administrativas. A servidão de protecção que se pode estender a uma área entre 100 a 200 metros, conforme o caso, e impõe restrições ao nível do uso e ocupação, podendo sempre ser concedidas excepções em casos que as justifiquem (EC, 1999). Outro tipo de servidão refere-se aos acessos, sendo definida como uma área que deve estar sempre livre para uso pedestre ou para transportes de socorro, podendo estender-se desde um mínimo de 6 metros até um máximo de 20 metros, sempre que o acesso seja difícil ou perigoso (EC, 1999). Uma terceira servidão pretende salvaguardar o acesso público ao mar, obrigando a que o afastamento entre acessos para peões não seja superior a 200 metros e que o afastamento entre vias de acesso para transportes não ultrapasse os 500 metros e restringindo a localização de trabalhos ou instalações que impeçam o acesso ao mar (EC, 1999). Para finalizar, na faixa dos 500 metros (zona de influência) devem ser aplicados princípios que visem a protecção e o correcto ordenamento desta área, nomeadamente assegurar o espaço necessário para estacionamento de apoio às praias, controlar a densidade e volumetria de construção, entre outros (EC, 1999).

A 'Ley de Costas' estabelece que unicamente se pode permitir a ocupação do domínio público marítimo-terrestre àquelas actividades ou instalações que, pela sua natureza, não se podem instalar noutro local. As actividades ou instalações a que se refere a lei são:

- ✍ as que desempenham uma função ou prestam um serviço que, pelas suas características, requeiram a ocupação da área em questão; e

✍ as de serviço público que, pela configuração física da costa, não se podem instalar em terrenos contíguos à área em questão (EC, 1999).

3.2.3 França

Em França verifica-se uma clara distinção entre o planeamento espacial, que é da competência das comunas e o planeamento sectorial, da competência do Estado, das regiões ou dos departamentos (CE, 1995).

A legislação mais importante com aplicação na gestão da costa é a Lei do Planeamento, a qual é supervisionada pelo 'Ministère de l'Équipement, des Transport et du Logement', cujas responsabilidades também incluem a administração das águas navegáveis (EC, 1999). Outras entidades do Governo Central, com funções na faixa costeira, são o 'Ministère de l'Aménagement du Territoire et de l'Environnement' (responsável pela protecção e conservação da natureza) e o 'Ministère de l'Agriculture et de la Pêche' (responsável pela agricultura e pescas) (EC, 1999). Existem cinco níveis de administração regional e local, dos quais as regiões, os departamentos e as comunas estão envolvidos na gestão de questões ambientais (EC, 1999). Existem também agências nacionais, destacando-se o designado 'Conservatoire du Littoral' (EC, 1999).

O 'Conservatoire du Littoral' foi criado pela Lei n.º 75-602, de 10 de Junho de 1975. Esta lei que define a sua constituição e funções, foi consolidada no 'Code Rural'. O 'Conservatoire du Littoral' é um corpo administrativo público que tem como finalidade a protecção de áreas importantes da costa, lagos costeiros e troços de água até pelo menos 1000 hectares de extensão (EC, 1999). A protecção é concretizada através da posse da propriedade, sendo que a 1 de Junho de 1998 o 'Conservatoire du Littoral' tinha já adquirido 750 km de zona costeira. Muitas das aquisições são feitas por acordos privados ou pelo exercício de uma justa pré-compra mas, por vezes, também é necessário recorrer à expropriação obrigatória, para o interesse público (EC, 1999). Os terrenos adquiridos pelo 'Conservatoire du Littoral' são inalienáveis, portanto não podem ser vendidos, mas a gestão é geralmente confiada às autoridades locais ou, por vezes, a outras entidades (EC, 1999). Os acessos serão garantidos nestas áreas se tal for compatível com a conservação do local em questão (EC, 1999).

A principal legislação que está na base do sistema de planeamento espacial francês é o 'Code de l'Urbanisme'. As comunas são responsáveis pela preparação dos 'Plans locaux

d'occupation des sols' (POS), o que se traduz por planos locais de uso do solo. Grupos de comunas podem também colaborar na elaboração do 'Schéma Directeur' (SD) definindo os objectivos gerais de planeamento para uma área abrangente (EC, 1999). Em 1985, a política do governo central foi enriquecida por uma lei promovida pelo 'Schéma national d'aménagement et de développement du territoire', no entanto, na faixa costeira, os princípios comuns da legislação relativa ao planeamento foram modificados pelas orientações da 'Loi Littoral' e pelo sistema de 'Schémas de Mise en Valeur de la Mer' (SMVM) (EC, 1999).

A 'Loi Littoral' (publicada em 1986), que visa o ordenamento, a protecção e a valorização do litoral, alterou o 'Code de l'Urbanisme' através da inclusão de orientações para o planeamento costeiro a nível nacional, as quais devem ser tidas em consideração pelas entidades locais, aquando da preparação dos planos de intervenção na costa (EC, 1999). Destacam-se as orientações relativas à expansão urbana, a qual é proibida na faixa costeira que se estende em 100 metros, desde o limite da praia para o lado terrestre (la bande littorale non constructible) (EC, 1999). Outras exigências são a opção pelos espaços naturais em detrimento do desenvolvimento urbano, a manutenção do acesso público à praia e a protecção de sítios sensíveis. Além disso, os novos acessos devem ser localizadas a pelo menos 2000 metros da praia (EC, 1999).

A 'Loi Littoral' contém, também, indicações respeitantes ao Domínio Público Marítimo, o qual foi definido pela legislação de 1963 para incorporar o leito e subsolo do território marítimo, as margens das praias e futuros aumentos, e terrenos artificialmente retidos pelo mar. Sob a protecção da 'Loi Littoral', a delimitação exacta da praia é administrativamente determinada pelo Estado (EC, 1999). Regra geral o acesso pedestre à praia é garantido e os veículos a motor são excluídos, com excepção, para ambos os casos, quando se trate de questões de segurança, defesa nacional ou protecção ambiental (EC, 1999). A emissão das concessões da praia é sujeita a inquérito público, assegurando-se sempre a livre circulação ao longo da praia (EC, 1999).

Em 1983, a Lei 83-8 introduziu a opção do desenvolvimento de planos para o mar, os já referidos SMVM, ou seja, planos de valorização do litoral (EC, 1999). Os SMVM são planos de zonamento para áreas de mar e áreas adjacentes à costa, adoptados pelo Ministério do Equipamento, dos Transportes e Alojamento e regulamentados pelo Decreto 86-1252, de 1986 (EC, 1999). Estes planos são hierarquicamente superiores aos planos locais, devendo estes, por sua vez, estar em conformidade com os SMVM (EC, 1999).

O SMVM é um instrumento com intervenção predominantemente a nível marítimo, ao passo que a 'Lei Littoral' se focaliza essencialmente ao nível terrestre. Embora a relação entre estas duas figuras não seja inteiramente clara, em conjunto ambas contêm um potencial para o ordenamento e planeamento da zona costeira (EC, 1999).

3.2.4 Itália

Os fundamentos legais do sistema italiano de ordenamento do território remontam a 1942. Introduziram o 'Piano Regolatore Generale', plano estabelecido a nível municipal e baseado numa acção de divisão do território em zonas que atribui características particulares a cada uma (CE, 1995). Esta acção de planeamento local resultou numa fragmentação das decisões e num elevado grau de concentração sobre as questões geográficas e de concepção (CE, 1995).

Nos anos 70 verificou-se neste país uma necessidade de abarcar o desenvolvimento económico, entre outras questões, no sistema de planeamento. Passadas duas décadas, com o objectivo de rever o mapa das autoridades locais, foi criada uma nova lei – 'Ordinamento delle Autonomie Locali' (CE, 1995).

Relativamente à gestão das costas, os dois organismos, do governo central, mais relacionados com esse assunto são o 'Ministero dell'Ambiente' e o 'Ministero dei Trasporti e della Navigazione'. Contudo, sob as Leis de Massanini (Legge 15 marzo 1997, n 59 e Legge 15 maggio 1997, n 127), algumas funções administrativas estão a ser descentralizadas para as regiões. Embora não haja uma lei específica para a gestão integrada das áreas costeiras, existem diversos diplomas legais que são relevantes para a gestão costeira (EC, 1999).

Sob o 'Codice Civile' de 1942, a costa marítima, as praias, ancoradouros, portos e rios são do Domínio Público do Estado, reafirmando-se novamente no 'Codice della Navigazione' de 1942, o qual regulou a permissão das concessões para a ocupação e uso do Domínio Público Marítimo (EC, 1999). A extensão desta área não está exactamente definida neste código, embora seja enunciado um procedimento para a sua determinação em casos particulares. O Art. 55 do 'Codice della Navigazione' declara os 30 metros adjacentes ao Domínio Público Marítimo como uma área na qual é necessário o consentimento da autoridade marítima para a execução de novos trabalhos (EC, 1999).

Em 1977, um Decreto Presidencial exige que qualquer desenvolvimento nos terrenos da costa, dentro dos 300 metros a contar da margem da água, tem que ser autorizado pelas autoridades regionais e pelas agências responsáveis pela propriedade natural pertencente ao Estado (EC, 1999). Este diploma foi reforçado oito anos mais tarde pelo 'Decreto-Legge 27 giugno 1985, n 312' e confirmado pela 'Legge 8 agosto 1985, n 431', a qual também exige às regiões a preparação dos planos de ordenamento territoriais e paisagísticos, limitando, ou mesmo proibindo, construções nesta faixa, embora poucos tenham sido produzidos (EC, 1999).

A 'Legge 31 dicembre 1982, n 979' conferiu ao Ministro do Ambiente a responsabilidade da implementação de políticas para a protecção ambiental marinha. Segundo o Artigo 1º, deve ser preparado um plano nacional geral (em cooperação com as regiões) para prevenir a poluição do mar e das costas, e para proteger o ambiente marinho. Esta lei também contém indicações regulamentares para o controlo da poluição proveniente de embarcações e para resposta a acidentes e emergências (EC, 1999).

Outro instrumento bastante importante para a gestão das áreas costeiras, é a 'Legge 18 maggio 1989, n 183', revogada pela 'Legge 5 gennaio 1994, n 36', a qual regula a gestão dos recursos da água (EC, 1999). Tem sido, recentemente, introduzida alguma legislação específica pela 'Regione Abruzzo' para constituir uma autoridade com importância regional, cujos objectivos incluem a gestão integrada da zona costeira, fundamentalmente para prevenir a erosão ('Legge Regionale 16 settembre 1998, n 81') (EC, 1999).

Relativamente à conservação da natureza, a 'Legge 6 dicembre 1991, n 394' é uma lei-quadro das áreas protegidas, a qual dá indicações para a designação e gestão de parques nacionais, parques naturais regionais e reservas naturais (EC, 1999). As áreas protegidas podem englobar os ambientes marinhos da mesma forma que os ambientes terrestres, sendo, portanto, um instrumento potencial e útil para a gestão integrada das zonas costeiras. Todavia, esta é apenas uma lei geral para a conservação da natureza e, por isso, será necessário que os governos regionais criem mais legislação para implementar algumas das medidas mais específicas (EC, 1999).

3.2.5 Reino Unido

O sistema de planeamento espacial britânico era um sistema consolidado desde 1947, sendo alvo de críticas ao longo dos tempos e renovado em 1991, de onde surgiram

alterações às principais leis vigentes. Em Inglaterra e no País de Gales, o planeamento urbano e rural assenta no 'Town and Country Planning Act', de 1990, o qual foi complementado por diversos outros diplomas legais que abrangem um grande leque de assuntos específicos, nomeadamente a preservação e a protecção do ambiente (CE, 1995).

Este sistema de planeamento espacial, contrariamente a outros Estados-Membros, compreende menos disposições relativas ao planeamento nacional ou regional. O planeamento espacial é da competência das autoridades locais, verificando-se, no entanto, uma influência e poder de controlo consideráveis por parte do Governo Central (CE, 1995).

O direito associado à zona costeira no Reino Unido torna-se complicado pelas diferenças dos Estados Constitucionais que o compõem. Desde 1 de Julho de 1999 que muitas das responsabilidades estatutárias foram transferidas para a 'National Assembly for Wales' e para o 'Scottish Parliament', e outras deverão ser assumidas pela Assembleia da Irlanda do Norte (EC, 1999). Além disso, alguma legislação é aplicável a todo o Reino Unido, mas há outra cuja aplicação está limitada geograficamente, podendo haver indicações nacionais diferentes ou equivalentes (EC, 1999).

Em Inglaterra, o 'Department of the Environment, Transport and the Regions' (DETR) e o 'Ministry of Agriculture, Fisheries and Food' (MAFF) são as principais entidades nacionais do governo responsáveis pelo ambiente litoral, mas outros, como o 'Ministry of Defence', o 'Department of Trade and Industry', e o 'Department for Culture, Media and Sport' são também envolvidos (EC, 1999). Além disso, há também corpos estatutários envolvidos, inclusive a 'Environment Agency', a 'English Nature', a 'Countryside Agency' e os 'Crown Estate Commissioners' (EC, 1999). Também as entidades locais têm um papel importante, particularmente no planeamento do uso do solo e da protecção costeira (EC, 1999).

As áreas com influência de maré (entre as linhas da maré alta e da maré baixa) e a plataforma continental são propriedade da Coroa e são geridas pelas Comissões do Estado sob a alçada do 'Crown Estate Act 1961' (EC, 1999). Alguns destes terrenos com influência de maré encontram-se, actualmente, em propriedade privada, mas cerca de 55% da linha de costa é já propriedade da Coroa. Todas estas áreas estão sujeitas ao direito público de navegação e pesca com base na 'common law' (EC, 1999).

Há uma quantidade considerável de legislação relativa à zona litoral, a maioria da qual é sectorial e aplicada quer a terra, quer ao mar. O sistema de planeamento sob o 'Town and Country Planning Act' de 1990 é essencialmente terrestre, e normalmente não se

estende além da linha de maré baixa das águas vivas, embora seja exigido às autoridades de planeamento ter em conta os impactos sobre o mar, das acções realizadas na zona terrestre (EC, 1999).

A complexidade e natureza sectorial do quadro legal são um impedimento potencial à gestão integrada das zonas costeiras, mas nos anos mais recentes alguns dos constrangimentos na cooperação foram reduzidos pela imposição de deveres estatutários a algumas autoridades ao nível dos factores ambientais aquando do exercício de outras funções administrativas (EC, 1999). Em 1998, o DETR publicou um documento intitulado 'Review of Byelaw Powers for the Coast: Report of the Inter-Departmental Working Party' onde se conclui que a criação de leis municipais deveria ser consolidada e deveria ser modernizada (EC, 1999).

Apesar da variedade e hierarquia de leis com aplicação na faixa litoral, não há nenhuma entidade com poderes de gestão, o que seria bastante necessário para as organizações que trabalham em conjunto dentro de um quadro legal tão complexo (EC, 1999). A visão do Governo é que esta gestão se alcançará melhor de uma forma voluntária, e não propõe introduzir legislação específica para a gestão das áreas costeiras no Reino Unido. Porém, este tipo de visão traz dificuldades para as autoridades competentes, dificultando a cooperação para a gestão integrada (EC, 1999).

3.2.6 Conclusão

Pode verificar-se que todos os países abordados têm características próprias ao nível dos sistemas de ordenamento do território, embora actualmente todos tendam, de uma forma geral, para um consenso e para a adopção de políticas semelhantes a este nível. No entanto ainda se verifica uma distinção clara entre o Reino Unido e os outros países pelo facto de ter um sistema pro-activo e discricionário e onde as autoridades locais são vistas como agentes que levam a cabo as políticas do Governo Central. Os restantes países têm um sistema do tipo normativo e reactivo, e com um maior poder atribuído ao mais baixo nível de governo, acentuando a tomada de decisão administrativa (Tabela 3.2).

Relativamente às entidades que intervêm na gestão das áreas costeiras, de uma forma geral é semelhante nos países analisados, assim como em Portugal, pois a tarefa cabe geralmente aos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território, dos Transportes

e Navegação, e da Agricultura e Pescas e da Defesa. No entanto, é de referir a existência de entidades específicas para a gestão das zonas costeiras em Espanha e França, designadamente a 'Dirección General de Costas' e o 'Conservatoire du Littoral', respectivamente. Refira-se, ainda, que no Reino Unido e na França as entidades locais têm um papel muito importante nessa gestão.

Quanto ao quadro legal e aos instrumentos com intervenção nas áreas costeiras, destaca-se para o caso português o Decreto-Lei 468/71, de 5 de Novembro, e os Planos de Ordenamento da Orla Costeira que prevalecem sobre os planos de âmbito municipal, encontrando-se aqui mais semelhanças com o caso Espanhol e Francês do que com os casos Italiano e do Reino Unido.

Assim, relativamente a Espanha, importa referir a 'Ley de Costas'. Em França destacam-se dois instrumentos que se complementam, designadamente a 'Loi Littoral', cujo foco de intervenção são as áreas terrestres litorais e os 'Schèmas de Mise en Valeur de la Mer', que são planos com intervenção mais direccionada para as áreas marítimas e hierarquicamente superiores aos planos locais. Em Itália não existe nenhuma legislação específica para a gestão da faixa costeira, mas sim diversos diplomas legais que interferem nessa gestão, destacando-se o 'Codice della Navigazione'. No Reino Unido também não existe um diploma legal, mas sim uma variedade de legislação com intervenção na gestão da zona costeira, no entanto destaca-se o 'Town and Country Planning Act' de 1990 no qual assenta o planeamento territorial de uma forma geral, com uma incidência predominantemente terrestre e o 'Crown Estate Act' de 1961 sob o qual são geridos os terrenos molhados e a plataforma continental, propriedade da Coroa.

Passando agora ao conceito e à gestão específica das áreas de Domínio Público Marítimo, em Espanha, a publicação da 'Ley de Costas' deu-se com o intuito do Estado tomar posse do Domínio Público marítimo-terrestre que se encontrava bastante privatizado, definindo-se como Propriedade Pública do Estado a zona litoral, as praias, o mar territorial e os recursos naturais da Zona Económica Exclusiva e plataforma continental, caracterizados por serem inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis, assim como em Portugal. A definição dos limites é da competência do Governo nacional (processo participativo com entidades locais e população). Neste instrumento foram definidos quatro tipos de áreas sujeitas a diferentes restrições, destacando-se o impedimento do uso e ocupação até 100 ou 200 metros (conforme o caso), salvo excepções, e regras específicas para a protecção e ordenamento do território até 500 metros. Este sistema é bastante semelhante ao português.

O Domínio Público Marítimo, em França, é constituído pelo leito e subsolo do território marítimo, pelas margens das praias e futuros aumentos, e pelos terrenos artificialmente retidos pelo mar. A delimitação do DPM é aqui também da responsabilidade do Governo. Destaca-se o 'Conservatoire du Littoral' que visa a protecção de áreas importantes de costa, as quais tem vindo a adquirir e que são também inalienáveis, assim como no caso de Espanha e Portugal, no entanto a gestão é, em regra, atribuída às autoridades locais. Na 'Loi Littoral' é definida a 'bande littorale non constructible', ou seja, é proibida a expansão urbana numa faixa de 100 metros desde o limite da praia. Também neste diploma legal é garantido o acesso público à praia, são definidas distâncias para a localização de acessos, e geralmente é excluído o acesso à praia por veículos a motor, entre outras restrições.

Em Itália, sob o 'Codice Civile' e o 'Codice della Navigazione', são considerados de Domínio Público do Estado a costa marítima, as praias, ancoradouros e portos. Neste último código consta a forma de determinar os limites do Domínio Público Marítimo e refere que é necessário o consentimento da autoridade marítima no caso de intervenções nos 30 metros adjacentes. Através de outros diplomas legais foi possível exigir inicialmente que qualquer intervenção numa faixa costeira de 300 metros a contar da margem da água tivesse que ser autorizada pelas autoridades regionais e pelas agências responsáveis pela propriedade natural pertencente ao Estado, e também, posteriormente, que os novos planos de ordenamento territoriais e paisagísticos limitassem, ou mesmo proibissem, construções nesta faixa.

À semelhança do que se passa em Portugal, nos três países já abordados considera-se de Domínio Público Marítimo uma determinada faixa litoral, terrestre e marítima, na qual são aplicadas restrições ao seu uso e ocupação. São países que têm por base o Direito romano, o qual *"(...) realiza uma divisão tripartida dos bens, em públicos, comuns e particulares. Assim, no que diz respeito às águas, eram públicas as águas navegáveis dos rios, lagos e canais, que se encontravam, para efeitos de navegação, ao dispor de todos os cidadãos. Eram comuns as águas que não pertenciam a ninguém em domínio, por serem indispensáveis aos cidadãos, para satisfação das necessidades básicas e eram particulares as águas das pequenas correntes e fontes que corriam ou nasciam em terrenos particulares e ainda reservatórios de águas destinadas a usos privados (Duarte, 1992)."* (Martins, 1997, p. 150).

Relativamente ao Reino Unido (cujo Direito assenta na 'common law') a gestão da faixa costeira restringe-se apenas a uma área terrestre limitada pela linha da maré baixa das

águas vivas, sendo propriedade da Coroa as áreas com influência de maré e a plataforma continental, cuja gestão está sob alçada das Comissões do Estado. Todas estas áreas estão sujeitas ao direito público de navegação e pesca, no entanto alguns dos terrenos sob influência de maré ainda se encontram em propriedade privada. Conclui-se, portanto, que efectivamente não existe a faixa de Domínio Público Marítimo, correspondente à margem de Domínio Público Marítimo, adjacente aos terrenos sob influência de maré, para ambos os lados e, consequentemente, que as regras que existem de ordenamento e gestão não têm um âmbito específico de aplicação a estas áreas.

Tabela 3.2 – Características dos Sistemas de Ordenamento do Território dos países estudados

ASPECTOS ESTUDADOS	CARACTERÍSTICAS	PORTUGAL	ESPANHA	FRANÇA	ITÁLIA	REINO UNIDO
SISTEMA TERRITORIAL	Normativo/ discricionário	Normativo	Normativo	Normativo	Normativo	Discricionário
SISTEMA LEGAL	Reactivo/ pro-activo	Reactivo	Reactivo	Reactivo	Reactivo	Pro-activo
	Natureza da legislação com aplicação nas áreas costeiras	Específica	Específica	Específica	Geral	Geral
	Quantidade de diplomas legais com aplicação nas áreas costeiras	Muita	Muita	Muita	Muita	Muita
SISTEMA INSTITUCIONAL	Centralizado/ descentralizado	Centralizado	Descentralizado	Descentralizado	Descentralizado	Descentralizado
	Existência de uma entidade específica para a gestão das áreas costeiras	Não	Sim	Sim	Não	Não
INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO,	Natureza dos instrumentos de âmbito de aplicação nas áreas costeiras	Específica	Geral	Específica	Geral	Geral
ORDENAMENTO E GESTÃO	Quantidade de instrumentos com âmbito de aplicação nas áreas costeiras	Muita	Muita	Muita	Muita	Pouca
EXISTÊNCIA DE DPM	Existência da figura	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
OU FIGURA EQUIVALENTE	Área territorial de abrangência	Da batimétrica -30m até 50m para além da LMPMAVE (ou para além das arribas alcantiladas)	Da máxima baixa-mar até ao limite terrestre da praia (incluindo arribas alcantiladas)	Leito e sub-solo do território marítimo, margens das praias e futuros aumentos, terrenos artificialmente retidos pelo mar.	Costa marítima, praias, (ancoradouros, portos, rios)	-----
	Restrições adjacentes	Intervenções sujeitas a autorização na 'zona terrestre de protecção' 500m a partir do limite do DPM	Restrições numa extensão de 500m a partir do limite terrestre das dunas	'Bande littorale non constructible' 100m a partir do limite terrestre da praia	Intervenções sujeitas a autorização nos 30m adjacentes ao DPM	-----

4. CASO DE ESTUDO EM PORTUGAL

Litoral Centro

4.1 Introdução

A área de estudo apresentada nesta dissertação é o troço Ovar - Marinha Grande. Esta é uma zona sensível e de uma diversidade ecológica muito rica. É por muitos reconhecido como uma área de grande risco e pode constatar-se que compreende inúmeros locais em que o espaço de Domínio Público Marítimo não está a ter a utilidade que deveria, por direito, mas sim a ser ocupado com usos particulares/privados.

Este capítulo inicia-se com uma breve caracterização da área de estudo, seguida de uma abordagem relevante ao POOC de Ovar - Marinha Grande e ao papel da DRAOT-C associado à sua concretização das acções propostas nesse plano. É também apresentado um trabalho elaborado pela Universidade de Aveiro, para essa entidade, com o objectivo de identificar e caracterizar as ocupações do Domínio Público Marítimo a integrar no Sistema de Informação Geográfica do Litoral Centro. Para terminar é feita uma abordagem à forma como o POOC de Ovar - Marinha Grande trata a área de Domínio Público Marítimo numa área específica do troço Ovar/ Marinha Grande – Praia da Barra.

O troço Ovar - Marinha Grande é caracterizado, em grande parte da sua extensão, por um cordão arenoso, encontrando-se também algumas arribas (Barroco, A. *et al.*; 1999). Existe uma presença significativa de áreas naturais e florestadas, no entanto verifica-se a degradação dos sistemas dunares e a erosão, de uma forma geral, ao longo de toda a costa (Barroco, A. *et al.*; 1999).

Existem áreas húmidas de bastante importância, nomeadamente a Ria de Aveiro, o Estuário do Mondego e a Barrinha de Esmoriz. Ao nível dunar são bastante importantes as Dunas de Mira, Ílhavo e Vagos e os Pinhais do Urso e de Leiria (Barroco, A. *et al.*; 1999). Importa também referir o maciço calcário da Serra da Boa Viagem (Barroco *et al.*, 1999).

Existem dois portos de pesca com um peso significativo para o país - o de Aveiro e o da Figueira da Foz - com boas infra-estruturas. A pesca profissional é bastante importante, bem como o rendimento que daí surge, ao nível nacional (Barroco, A. *et al.*; 1999). Também a pesca desportiva é aqui muito praticada (Barroco *et al.*, 1999).

Segundo Barroco *et al.* (1999), os instrumentos de planeamento caracterizam-se por uma desactualização de alguns PMOT, pela existência de critérios de diferenciação e definição de diferentes usos na elaboração dos mesmos e pela grande sobreposição de tutelas em relação às servidões.

Refira-se, ainda, que neste troço da costa portuguesa se verifica um notável défice de alimentação sedimentar, a degradação do sistema dunar, erosão ao longo de toda a costa, recuo da linha de costa, grandes pressões humanas, que se acentuam durante a época balnear e, consequentemente, graves problemas ao nível do ordenamento do território (Fig. 4.1).



Fig. 4.1 - Costa de Lavos

No Anexo 3 pode visualizar-se uma tabela, na qual se apresenta uma caracterização sumária da área de estudo, com a distinção entre os pontos fortes e os pontos fracos da mesma.

4.2 Plano de Ordenamento da Orla Costeira do Troço Ovar - Marinha Grande

O POOC de Ovar - Marinha Grande compreende os concelhos de Ovar até à Marinha Grande como o próprio nome indica, e como já foi referido (Fig. 4.2), sendo a sua área de intervenção correspondente a uma faixa de protecção terrestre com largura de 500 m, contados a partir da linha de limite da margem das águas do mar, e uma faixa marítima de protecção que tem como limite a batimétrica dos - 30 m, excluindo-se as zonas sob jurisdição portuária: Porto de Aveiro e Porto da Figueira da Foz.

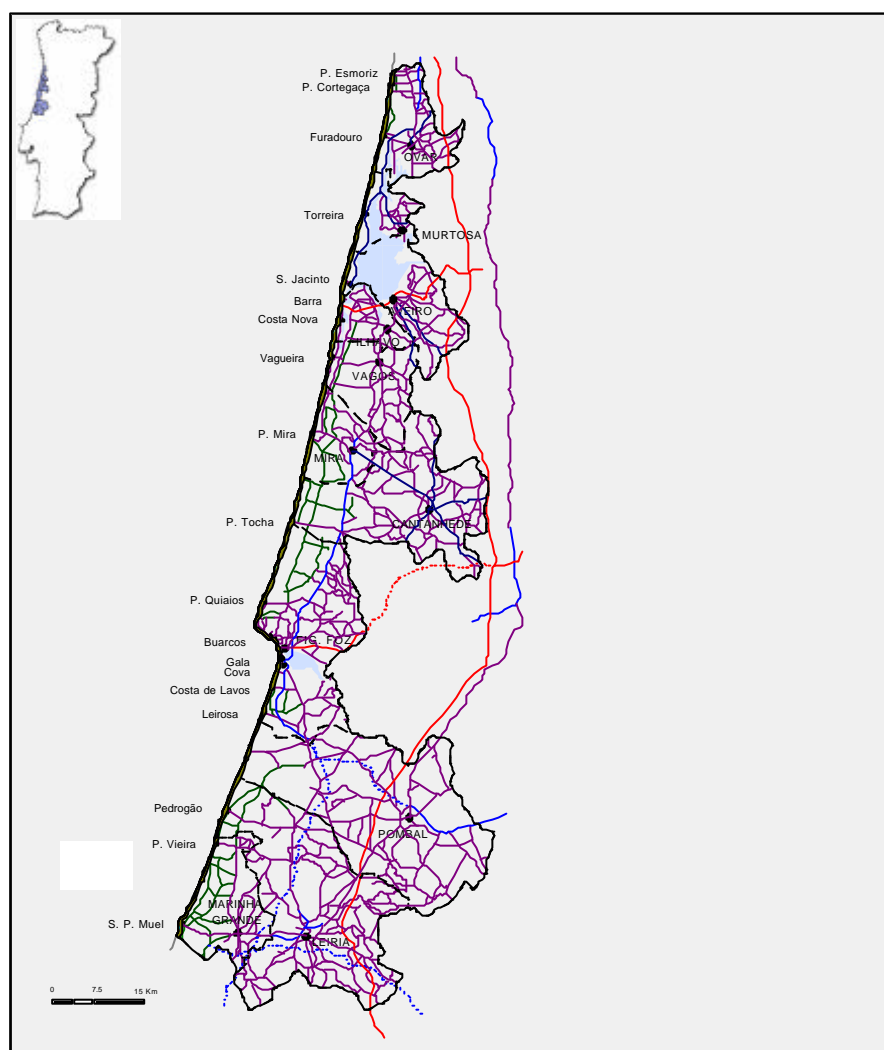


Fig. 4.2 - Localização da área de abrangência do POOC de Ovar - Marinha Grande
 Fonte: POOC de Ovar - Marinha Grande

Segundo Barroco *et al.* (1999), com base na caracterização exaustiva elaborada para o POOC de Ovar - Marinha Grande, foram definidos os seguintes objectivos para o referido instrumento:

- ? proteger e recuperar os ecossistemas naturais com interesse para a conservação;
- ? valorizar a orla costeira;
- ? ordenar a exploração dos recursos vivos aquáticos;
- ? melhorar a qualidade das águas dos sistemas aquáticos;
- ? garantir a manutenção dos usos e funções da orla costeira;
- ? desenvolver acções de monitorização da evolução da linha da costa;
- ? garantir a manutenção do actual tipo de povoamento (nucleado), promovendo a sua expansão para o interior em forma de cunha;

- ? valorizar e requalificar os espaços urbanos;
- ? melhorar as condições de vida da população;
- ? melhorar as acessibilidades regionais e as condições de circulação nos aglomerados;
- ? contribuir para o reforço das infra-estruturas e equipamentos de apoio à pesca local;
- ? reforçar a capacidade das infra-estruturas portuárias;
- ? promover a imagem turística da região;
- ? promover a diversificação da oferta de produtos turísticos;
- ? criar as condições necessárias à afirmação do turismo balnear como eixo de desenvolvimento da região litoral;
- ? promover a articulação das acções dos diversos actores económicos e sociais; e
- ? desenvolver as actividades económicas garantindo a preservação dos recursos naturais.

A concretização destes objectivos será conseguida através da execução dos diversos tipos de intervenções (Fig. 4.3), nomeadamente: encerramento de acessos; construção de vedações/ paliçadas; recuperação ambiental; reconstituição dunar; construção/ beneficiação de acessos pedonais; beneficiação de acessos viários; construção/ beneficiação de estacionamento; construção/ beneficiação de acessos para a arte xávega; demolições; introdução de painéis informativos; manutenção de infra-estruturas e limpeza de praias; obras marítimas; outros trabalhos; estudos e projectos. Esta é uma situação em progresso, em que algumas acções já se concretizaram, mas outras ainda não.



Fig. 4.3 - Praia da Torreira

As acções consideradas prioritárias neste plano foram, essencialmente, a reconstituição das dunas (cerca de 32% do investimento total das acções de curto prazo) e a construção/beneficiação de estacionamento (cerca de 14% do investimento total das acções de curto prazo). Quanto às acções de médio e longo prazo, o maior investimento aplica-se à construção, reconstrução, manutenção e reforço de obras de defesa costeira (cerca de 57%). À elaboração de planos, estudos e projectos foi dedicado cerca de 15% dos investimentos totais, quer de curto, quer de médio/longo prazo.

No âmbito deste plano, foram elaborados diversos Planos de Praia, nos quais são definidos os diferentes usos possíveis na área de intervenção e os acessos à praia,

assim como o seu zonamento, as áreas de dunas a recuperar e reconstituir e a localização e tipo de apoios de praia ou equipamento necessários, visando a preservação dos recursos naturais e, simultaneamente, a resposta às necessidades de cada praia ao nível das infra-estruturas. Ao nível da área de abrangência dos Planos de Praia, a DRAOT-C tem uma posição bastante activa, encontrando-se actualmente a concretizar a sua gestão de forma rigorosa, nomeadamente através da abertura de concursos para a atribuição do uso privativo dos apoios de praia, da avaliação e aprovação ou reprovação dos projectos de candidatura aos concursos, da demolição de algumas ocupações, da recuperação e protecção das áreas dunares e do ordenamento e construção de acessos às praias.

Ainda na área de abrangência deste instrumento, foram também definidos diversos espaços de intervenção a serem tratados a um nível de planeamento de grande pormenor, as já referidas UOPG.

Assim, as 14 UOPG definidas no POOC de Ovar - Marinha Grande foram as seguintes:

- ? Plano de Intervenção das Frentes Marítimas da Praia de Esmoriz e de Cortegaça;
- ? Plano de Urbanização da Torreira;
- ? Plano de Pormenor das Áreas de Equipamentos da Torreira;
- ? Plano de Urbanização de S. Jacinto;
- ? Plano de Urbanização da Barra;
- ? Plano de Pormenor da Área de Equipamentos da Barra Sul;
- ? Plano de Urbanização da Costa Nova;
- ? Plano de Pormenor da Área de Equipamentos da Frente Marítima da Costa Nova;
- ? Plano de Pormenor da Área de Equipamentos da Gafanha do Areão;
- ? Plano de Pormenor da Área de Equipamentos do Poço da Cruz;
- ? Plano de Urbanização da Praia da Tocha;
- ? Plano de Pormenor do Areal da Figueira da Foz;
- ? Plano de Pormenor da Área de Equipamentos de Cova/Gala; e
- ? Plano de Pormenor da Frente Marítima do Pedrógão.

No regulamento, no capítulo referente às áreas urbanas e urbanizáveis é referido que:

“3 – Nos terrenos dominiais do Domínio Público Hídrico não são permitidas obras de construção, reconstrução ou ampliação, sendo apenas admitidas obras de beneficiação.

4 – Nos terrenos privados dominiais do Domínio Público Hídrico não são permitidas obras de construção ou ampliação, sendo apenas admitidas obras de reconstrução ou beneficiação.

5 – *Exceptuam-se do número anterior as seguintes situações:*

- a) *Zonas de Utilização Colectiva delimitadas nas UOPG, desde que os respectivos regulamentos se encontrem em vigor;*
- b) *Instalações associadas aos apoios de praia, equipamentos e núcleos de Educação Ambiental e Piscatórios definidos no âmbito do POOC.*” (Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/2000, de 20 de Outubro, Capítulo IV, Art. 32.º).

Com estas restrições impostas, será de esperar que a edificação não aumente em áreas de Domínio Público Hídrico e, a longo prazo, talvez seja possível recuperar o carácter público do Domínio Público Marítimo.

No entanto, actualmente constata-se que nenhuma das UOPG está concretizada, encontrando-se em alguns casos o processo de elaboração dos planos numa fase inicial, mas, na sua maioria, o processo ainda não foi iniciado.³ Note-se que o POOC de Ovar - Marinha Grande foi aprovado em 20 de Outubro de 2000, colocando-se, assim, em questão a eficácia deste instrumento. Passados dois anos da sua aprovação seria de esperar que as câmaras municipais, cujas UOPG respectivas foram identificadas como acções de curto prazo (cerca de 60%), se encontrassem a elaborar os planos que lhes competem. Denota-se aqui uma desarticulação entre os diferentes níveis de governação, devendo a DRAOT-C pressionar e encorajar as câmaras municipais a elaborar os planos, sobretudo os que foram identificados como prioritários.

Importa referir que a DRAOT-C está limitada por carência de meios humanos e financeiros e que, quando o POOC de Ovar - Marinha Grande foi aprovado, apenas foram definidos os custos previstos para a execução das acções propostas, não tendo sido possível a programação financeira dos investimentos. A impossibilidade da programação deveu-se ao facto do III Quadro Comunitário de Apoio, a essa data, ainda se encontrar em discussão e, portanto, só depois da aprovação deste instrumento é que a DRAOT-C teve a possibilidade de começar a gerir e a aplicar os recursos financeiros disponíveis.

É de realçar que o plano de intervenções de iniciativa do INAG também ainda não está concluído, o que significa que as entidades que deveriam ter mais interesse no desenvolvimento destes trabalhos talvez não sejam o melhor exemplo para as entidades locais, certamente por razões que não dependem delas mesmas.

³ Informação cedida pela DRAOT-C em Maio de 2002.

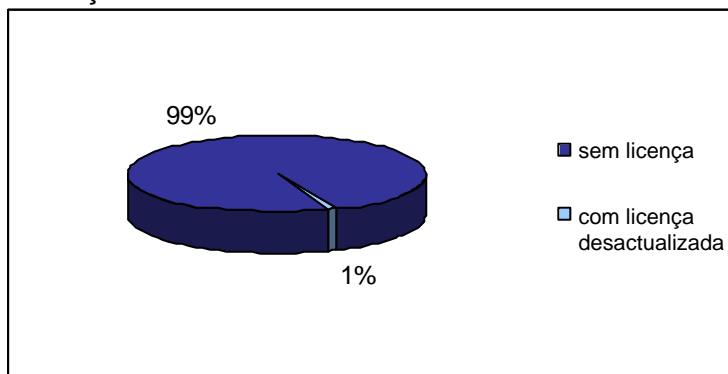
4.3 Quantificação e Legalidade das Ocupações

Durante o ano de 2001 e inícios de 2002 foi elaborado, pela Universidade de Aveiro, um estudo de identificação das ocupações em Domínio Público Marítimo, para a DRAOT-C (Anexo 4). Neste estudo, além da identificação das ocupações, foi feita a recolha da respectiva informação relativa à sua legalidade, no troço Ovar - Marinha Grande, as quais foram efectuadas para as seguintes áreas:

- ? Praias de Esmoriz, Cortegaça, Furadouro, Torreira, Barra;
- ? Troços Costa Nova - Poço da Cruz com exclusão dos núcleos urbanos, Murtinheira - Cabo Mondego e Cabo Mondego - Buarcos; e
- ? Praias de Costa de Lavos; Leirosa, Pedrógão, Vieira, S. Pedro de Moel e Água de Madeiros.

Foi recolhida informação em diversas entidades, para além da DRAOT-C, nomeadamente o INAG, entre outras, foi elaborada uma base de dados onde se inseriu toda a informação recolhida, relativa a cada ocupação e, em simultâneo à elaboração da base de dados, foram geo-referenciadas todas as ocupações identificadas.

Na Fig. 4.4 pode verificar-se a percentagem de ocupações identificadas com licença de utilização de Domínio Público Marítimo. No total de todas as áreas estudadas, que



englobavam 564 ocupações, somente 5 tinham licença e, ainda assim, estavam desactualizadas (UA/DRAOTC; 2002).

Fig. 4.4 - Situação legal das ocupações do DPM na área de intervenção da DRAOT-C
Fonte: UA / DRAOT-C; 2002

Destas, três referem-se à Praia da Torreira, uma à Praia de Esmoriz e outra a S. Pedro de Moel.

Constata-se que, de uma forma geral, a situação é preocupante. Verifica-se que os terrenos de Domínio Público Marítimo estão a ser ocupados como se pertencessem a particulares, continuando a ser urbanizados, o que se presencia não só em áreas onde o Domínio Público Marítimo não está delimitado, mas também em áreas delimitadas

legalmente. Não existe, portanto, nem uma política vigorosa, nem uma fiscalização que impossibilite esta ocupação ilegal.

4.4 A abordagem do DPM no âmbito do POOC de Ovar - Marinha Grande – Caso da Praia da Barra

De uma forma mais pormenorizada, será analisado o caso da Praia da Barra (localizada no concelho de Ílhavo), particularmente ao nível das acções do POOC de Ovar - Marinha Grande e/ ou concretizadas pela DRAOT-C.

Este caso de estudo foi escolhido com base nas características desta área, nomeadamente o facto de: ser uma área particular, localizada entre o Oceano Atlântico (a Oeste) e a Ria de Aveiro (a Norte e a Este); ser muito rica em ecossistemas naturais e bastante sensível; se localizar junto a um porto marítimo, e consequentemente surgirem problemas devido à carência de alimentação sedimentar natural; e por apresentar uma ocupação urbana muito densa. Também porque a área de Domínio Público Marítimo se encontra sob jurisdição de duas entidades, implicando uma coordenação entre ambas, para a gestão da área de uma forma mais equitativa.



Fig. 4.5 - Vista da Praia da Barra (perspectiva no sentido do Oceano Atlântico para o aglomerado)

Através da observação da Fig. 4.5, facilmente se compreende que a Praia da Barra se encontra densamente povoada, sendo esta questão ainda mais preocupante pelo facto de parte dessa densa ocupação se localizar em terrenos de Domínio Público Marítimo.

Face à deterioração e à sensibilidade ambiental desta área é indispensável a sua recuperação e preservação natural. Segundo alguns estudos é, também, uma área crítica

face à subida do nível médio do mar, prevendo-se a possibilidade de no futuro ficar submersa, tornando-se premente a protecção da população face a possíveis riscos. É, portanto, uma área preocupante na zona centro litoral.

A jurisdição da área de Domínio Público Marítimo na praia da Barra, como já foi referido, encontra-se sob a alçada de duas entidades: DRAOT-C e Administração do Porto de Aveiro (APA). Da jurisdição da DRAOT-C e segundo o estudo elaborado pela Universidade de Aveiro (2002), encontram-se 23 ocupações em Domínio Público Marítimo (Anexo 5). Nenhuma destas tem licença de ocupação de Domínio Público Marítimo segundo as pesquisas feitas nas diversas entidades já referidas. Quanto às ocupações da jurisdição da APA, a sua identificação e caracterização da situação legal não foi objecto de análise para esta dissertação.

Na Fig. 4.6, a linha azul horizontal, abaixo da entrada do Porto de Aveiro, representa o limite de jurisdição de ambas as entidades, sendo jurisdição da APA a Norte da referida linha e jurisdição da DRAOT-C a Sul da mesma.

A linha de Domínio Público Marítimo oficial, que serviu de base à identificação das 23 ocupações, foi definida em 1953 (linha azul vertical mais localizada à esquerda). Perante o recuo que a linha de costa tem vindo a sofrer, a DRAOT-C propõe uma nova demarcação, cuja linha avança 5 metros para o continente (linha azul vertical paralela à anterior, localizada à direita), no entanto o número de ocupações incluídas não se altera.

Na concretização do POOC de Ovar - Marinha Grande verifica-se que a grande preocupação demonstrada, ao nível das áreas de Domínio Público Marítimo, refere-se à área de praia, nomeadamente às questões relacionadas com os apoios de praia, à recuperação e preservação dunar e à construção e ordenamento dos acessos, medidas essas, regra geral, contempladas nos Planos de Praia (Anexo 6).

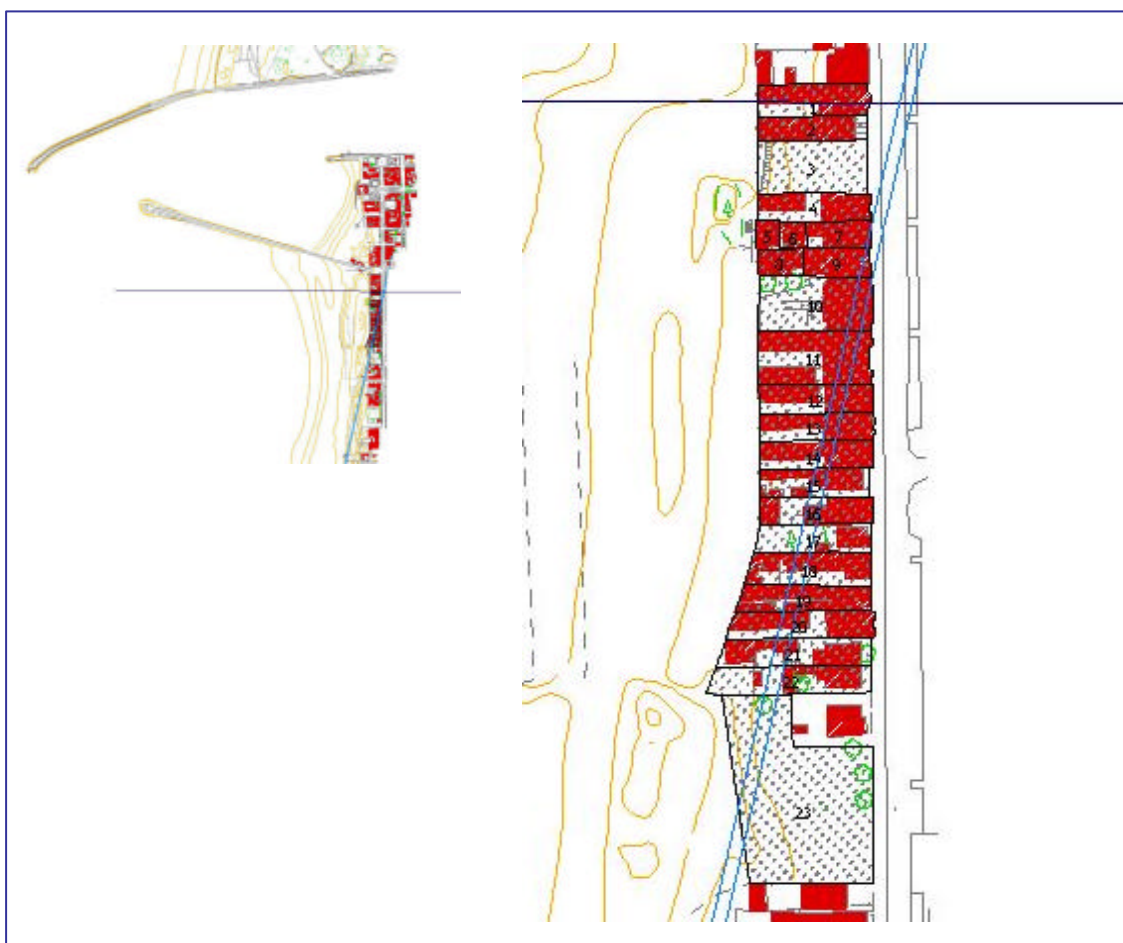


Fig. 4.6 - Identificação das ocupações do DPM na Praia da Barra (Abril, 2002)
Fonte: UA / DRAOT-C; 2002

A DRAOT-C e a APA trabalharam em conjunto no ordenamento dos acessos e protecção das dunas da Praia da Barra. Em particular, foi criada uma rede de acessos pedonais sobre a duna no sentido de minimizar o pisoteio desordenado e de servir de apoio a



possíveis acções de sensibilização para a preservação das áreas costeiras, colocação de cancelas, nos acessos pedonais, junto às ocupações privadas contíguas à duna de forma a condicionar o acesso às mesmas, colocação de paliçadas para a protecção e recuperação das dunas, localização de painéis de informação e sensibilização e condicionamento dos acessos (Fig. 4.7) (APA, 2001; MAOT/DRAOT-C, 2001).

Fig. 4.7 - Ordenamento de acessos e protecção das dunas pela DRAOT-C; Praia da Barra, 2002

A par deste processo, a APA também faz regularmente a alimentação artificial desta praia



(APA, 2001). Estas foram as principais acções concretizadas por ambas as entidades, um bom exemplo de trabalho conjunto e coordenado entre diferentes entidades no sentido da qualificação da orla costeira (Fig. 4.7 e Fig. 4.8), o qual deverá ser adoptado na gestão de toda a faixa costeira.

Fig. 4.8 - Ordenamento de acessos e protecção das dunas pela APA; Praia da Barra, 2002

Relativamente à restante área de Domínio Público Marítimo da jurisdição da DRAOT-C, no POOC de Ovar - Marinha Grande apenas é referido que o seu tratamento e gestão deve ser conforme o Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro. Não existem, portanto, medidas concretas para a zona urbana consolidada incluída em terrenos de Domínio Público Marítimo.

Como já se constatou, o POOC de Ovar - Marinha Grande identificou duas UOPG para a Praia da Barra, o Plano de Pormenor da Área de Equipamentos da Barra Sul e o Plano de Urbanização da Barra (Anexo 7). Este último engloba a zona urbana que, segundo o Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, se encontra em Domínio Público Marítimo, e tem como objectivos:

- “a) A qualificação e valorização da imagem urbana do aglomerado;
- b) A realização de um estudo de circulação e estacionamento automóvel para resolução dos problemas existentes.”

Refere, também, que enquanto o mesmo não entrar em vigor, serão consideradas as seguintes disposições:

- “a) Os alinhamentos, cérceas e tipologias de implantação dos edifícios serão definidos de acordo com a envolvente, não sendo invocável a eventual existência de edifícios vizinhos que excedam a altura ou alinhamentos dominantes no conjunto;*
- b) O dimensionamento dos estacionamentos públicos e privados terá em conta o definido no estudo referido na alínea b) do n.º 1.”* (Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/2000, de 20 de Outubro, Art. 54.º).

Nenhuma das UOPG está actualmente concretizada, ou seja, esta área tão crítica não tem actualmente um tratamento específico. Refira-se, no entanto, que a elaboração do Plano de Urbanização da Barra foi considerada uma acção de médio/ longo prazo, o que

pode, em parte, justificar o facto de neste momento ainda não se encontrar em elaboração.

Reconhece-se que numa área tão consolidada como esta será muito complexo intervir, no entanto pelo menos seria desejável a aplicação do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, quanto à proibição da construção de novos edifícios. Em certos casos, para recuperação dos terrenos de Domínio Público Marítimo, a DRAOT-C procede a demolições. Mas importa referir que o processo de demolição de uma área ocupada traz prejuízos aos 'proprietários', pode colocar questões de equidade social e implica gastos adicionais à referida entidade, sendo uma decisão difícil de tomar e, por vezes, impossível por constrangimentos financeiros. Este tipo de acções nunca se verificou na Praia da Barra.

A título de exemplo são apresentados dois processos de legalização de construções em Domínio Público Marítimo, localizadas na Praia da Barra.



A Fig. 4.9 refere-se ao número 23 identificado na Fig. 4.6 - um edifício em construção no ano 2001- cujo processo foi aprovado em Junho de 1999 na Câmara Municipal de Ílhavo (CMI).

Fig. 4.9 - Edifício em construção na Praia da Barra, 2001

O pedido de construção deu entrada nesta mesma instituição já em 1996, não sendo feita qualquer menção à sua localização em Domínio Público Marítimo (o que até é induzido pelo 'slogan' usado para fins comerciais: *'Dunas da Barra – Sinta o mar... e o conforto de uma construção de qualidade!'*), nem mesmo em REN, pois na Carta de Ordenamento do Plano Director Municipal de Ílhavo esta área está definida como uma área urbana. Portanto, todo o processo decorreu como se se tratasse da construção dum edifício numa área sem características especiais, para o qual não é necessário o parecer da DRAOT-C, apenas tendo em conta as restrições habituais (alinhamento, cêrcea, profundidade, acessos, estacionamento mínimo, entre outros) e acrescentando que *"(...) deverá ficar salvaguardada, a Norte, uma passagem de peão, pública, de acesso à praia, com 3,00 m de largura."* (Processo de Obras n.º 165/99 da CMI). Esta é a única restrição constatada no processo deste edifício, onde se pode verificar alguma preocupação com as questões de gestão costeira (assegurar o acesso público à praia).

Importa referir que no Plano Director Municipal de Ílhavo, no capítulo relativo a servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao uso do solo, é mencionado o Domínio Público Hídrico, dedicando-lhe o Artigo 54.º no qual é referido que *“A delimitação efectuada na carta de condicionantes tem carácter indicativo, prevalecendo, em caso de dúvida, a legislação em vigor.”* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/99, de 5 de Novembro). Esta é a única referência às áreas de Domínio Público Hídrico, no entanto, face ao caso exposto, a discussão que se coloca já não se centra na aplicação do tratamento específico que é devido às áreas de Domínio Público Marítimo, mas sim no facto da referida área não ser considerada Domínio Público Marítimo.

Foi analisado outro caso relativo a duas ocupações de Domínio Público Marítimo, cuja implantação reporta a 1949 (n.º 8 da Fig. 4.6), pretendendo o requerente a sua legalização (Fig. 4.10). O processo deu entrada na CMI em Março de 2000 e após três meses de espera foi indeferida a pretensão. O justificação para o indeferimento foi o facto da construção confinar com a zona dunar, sob jurisdição do então Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, mais concretamente da DRAOT-C, à qual foi pedido o devido parecer. A DRAOT-C não licenciou as ocupações e informou que, na ausência de prova de posse, o licenciamento das ocupações deverá ser conforme o Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, no qual constam os trâmites a seguir para o licenciamento das utilizações do domínio hídrico. No caso do requerente provar que os terrenos são privados, estes estarão isentos da taxa de ocupação do Domínio Público Marítimo. Afirma



também que, de acordo com o POOC de Ovar - Marinha Grande, está previsto um Plano de Urbanização (da Barra) que visa, entre outros objectivos, a qualificação da imagem urbana do aglomerado e que os alinhamentos, cêrceas e tipologia de implantação terão que ser definidos de acordo com a envolvente.

Fig.4.10 - Edifício localizado em DPM na Praia da Barra

A análise destes dois processos denota duas atitudes distintas, por parte da CMI, perante duas localizações em terrenos de Domínio Público Marítimo. No primeiro caso - uma nova construção - foi ignorado o facto de parte do terreno onde se localiza o edifício pertencer ao Domínio Público Marítimo e de confinar ou mesmo estar inserido em área dunar, apenas sendo imposto o livre acesso do público à praia. No segundo caso - construções já antigas - o processo seguiu os trâmites legais a que devia obedecer. No que diz respeito à DRAOT-C, relativamente ao primeiro caso analisado, não tem qualquer conhecimento sobre a existência desta construção, uma vez que face ao

procedimento da entidade camarária não foi informada sobre o assunto. Por outro lado, não tendo uma acção fiscalizadora efectiva, não pôde, através da sua acção, trancar um procedimento administrativo de licenciamento 'incorrecto'. Quanto ao segundo caso, fez seguir todo o processo segundo os trâmites legais a que deve obedecer, uma vez que o procedimento de partida foi correcto.

A comparação entre os dois casos ressalta um problema básico inerente à realização dos PDM, no âmbito dos quais se procede à elaboração de cartas de ordenamento e de condicionantes não conformes à legislação existente relativa à protecção dos recursos naturais e ao Domínio Público Marítimo.

No entanto, pela atitude da CMI perante o segundo caso denota-se conhecimento, por parte dos técnicos desta entidade, quanto aos trâmites que se devem seguir numa situação destas. Assim sendo, e tendo em conta a importância da preservação das áreas de Domínio Público Marítimo, seria de esperar por parte destes técnicos uma atitude diferente. Face a este tratamento diferenciado relativamente a interesses semelhantes dos munícipes, parece legítimo colocar a questão de eventual existência de interesses ou 'lobbies' a defender.

Esta questão relacionada com os PDM poderia ser minorada, pela DRAOT-C e pelo INAG, se no POOC de Ovar - Marinha Grande estivesse contemplado um tratamento específico para as áreas de Domínio Público Marítimo, uma vez que estes instrumentos prevalecem sobre os PMOT. No entanto, esta é uma lacuna que aqui se verifica e, para agravar a situação, apesar de existir um Plano de Urbanização contemplado no POOC para esta área, que de alguma forma poderia contribuir para um melhor ordenamento territorial, o mesmo ainda não está elaborado.

Apesar das deficiências já apontadas na gestão das áreas de Domínio Público Marítimo, este problema ainda poderia ser minimizado de uma outra forma, colmatando os problemas decorrentes dos instrumentos de ordenamento do território existentes através duma fiscalização efectiva que, pelo menos, servisse para criar mecanismos de controlo de forma a evitar novas construções, legais ou ilegais, em áreas que devem ser preservadas e mantidas para o usufruto comum.

Esta é uma área onde se avizinham grandes dificuldades na recuperação do carácter público do Domínio Público Marítimo, visto a intensa densidade urbana com que se depara e o constante aumento que se verifica. É urgente contribuir, de alguma forma, para a protecção e qualificação desta área, bem como de outras que se encontram em semelhante situação.

5. CASO DE ESTUDO NO BRASIL

Litoral de Santa Catarina

5.1 Introdução

Neste capítulo apresenta-se o resultado da pesquisa efectuada no decurso de uma estadia de curta duração na Universidade Federal de Santa Catarina, no Brasil.

Esta estadia teve como objectivo uma comparação entre os dois países no âmbito do tema desta dissertação, com o intuito de retirar ilações para a elaboração de uma metodologia de qualificação das áreas costeiras, com especial aplicação nas áreas de Domínio Público Marítimo.

Durante a estadia foi pesquisada informação de caracterização da área costeira e foi recolhida informação em diversas entidades intervenientes na gestão da área costeira, através da qual foi possível chegar ao enquadramento legal relativo à temática, bem como aos instrumentos de planeamento e gestão costeiros existentes.

Após a pesquisa e recolha de informação, foi escolhida uma área de estudo específica, para a qual foi recolhida cartografia, fotografia aérea e onde foi feita uma observação *in loco*, com registo fotográfico.

5.2 Localização e Caracterização da Área de Estudo

A costa brasileira tem uma extensão de cerca de 8 000 km, portanto o Brasil é um país com uma enorme riqueza ao nível natural, dada a variedade de ecossistemas que se podem encontrar, desde estuários, a florestas, a deltas, a canais, a mangais, a recifes, a dunas, entre outros.

Identificam-se, genericamente, como problemas ambientais da costa brasileira: o desmatamento e os aterros de mangais, a pesca descontrolada, a degradação da qualidade das águas devido à poluição, a erosão, a inundação costeira ao longo de rios, os conflitos entre diversos utilizadores (nomeadamente actividade pesqueira *versus* turismo), entre outros (Calliari *et al.*, 2001).



A área de estudo seleccionada é a Região Costeira do Estado Federal de Santa Catarina (Região Sudeste do Brasil), o qual é delimitado a Norte pelo Estado do Paraná, a Sul pelo Estado de Rio Grande do Sul, a Oeste pela República Federal da Argentina e a Este pelo Oceano Atlântico (Fig. 5.1). Assim como a maioria das áreas costeiras, também o Estado de Santa Catarina possui uma intensa ocupação do litoral (Anexo 8).

Fig. 5.1 - Localização do Estado de Santa Catarina
Fonte: http://www.maurinto.pro.br/mapas/br_pol.htm

Inserido nesta área costeira, será analisado o caso particular do Distrito de Sto. Antônio de Lisboa, pertencente ao município de Florianópolis e localizado na Ilha de Santa Catarina (Fig. 5.2). Este Distrito abrange cinco comunidades: Sambaqui, Barra do Sambaqui, Veríssimo, Sto. Antônio de Lisboa e Cacupé. A escolha deste caso particular deve-se ao facto de, nesta área, estar a ser aplicado um instrumento de ordenamento do território, denominado 'Projeto Orla', cujo objectivo é a gestão integrada de áreas costeiras.

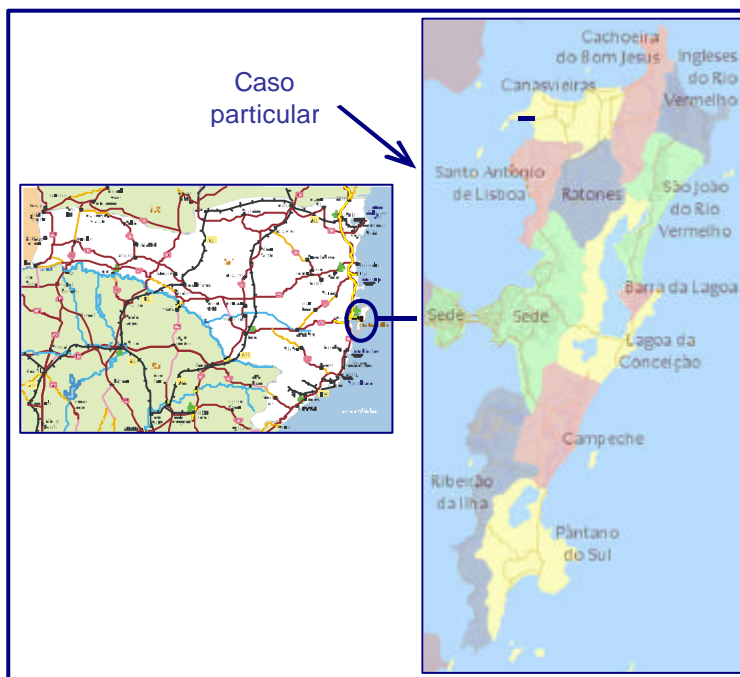


Fig. 5.2 - Localização da área de estudo
Fonte: http://www.maurinto.pro.br/mapas/br_pol.htm

O Distrito de Sto. Antônio de Lisboa (Fig. 5.3) tem, segundo a caracterização sócio-económica do seu Plano de Desenvolvimento Integrado, cerca de 7 000 habitantes (Agosto/2001). A extensão da orla costeira deste distrito é de cerca de 20 Km, variando de praias arenosas a encostas rochosas. Verifica-se um certo recuo da linha do mar, associado à acumulação de uma quantidade significativa de sedimentos e à baixa profundidade das águas.



Fig. 5.3 - Sto. Antônio de Lisboa
Fonte: Arq. Joel Pacheco - IPUF

Encontra-se nesta área a presença de loteamentos clandestinos e condomínios em situação irregular, ocupação inadequada dos Terrenos de Marinha (equivalente às áreas adjacentes que compreendem o Domínio Público Marítimo, em Portugal), impedimento de acesso público às praias, orçêas superiores aos valores permitidos, carência de áreas comuns de lazer, entre outros.

Nota-se, portanto, problemas graves ao nível do ordenamento do território, acarretando diversos problemas ambientais que, consequentemente, levam à degradação ou mesmo destruição de recursos naturais de grande valor.

5.3 Quadro Legal

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu Art. 225.º, *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”*

Ainda no mesmo documento, o Art. 20.º do capítulo 2.º diz respeito aos bens da União, referindo-se, entre outros a: lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, terrenos marginais, praias fluviais; ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; praias marítimas; ilhas oceânicas e costeiras; recursos naturais da plataforma continental e da zona económica exclusiva; mar territorial; terrenos de marinha e seus acrecidos.

Na Tabela 5.1 apresentam-se os principais diplomas legais nos quais se baseia a gestão dos Terrenos de Marinha.

Tabela 5.1 - Diplomas legais que dispõem sobre a gestão dos Terrenos de Marinha

Figura Legal	Assunto
Decreto-Lei n.º 9760 de 5 de Setembro de 1946	Dispõe sobre os bens imóveis da União
Decreto-Lei n.º 1561/77 de 13 de Julho	Dispõe sobre a ocupação de terrenos da União
Instrução Normativa n.º 01/86 de 9 de Setembro de 1986	Dispõe sobre as tramitações legais dos processos de Aforamento, Ocupação e Transferência do Património da União
Decreto n.º 2398, de 21 de Dezembro de 1987	Dispõe sobre foros, laudémios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União
Lei n.º 9.636, de 15 de Maio de 1998	Dispõe sobre a regularização, administração e alienação de bens imóveis de domínio da União e altera o Decreto-Lei n.º 9760, de 1946, e o Decreto n.º 2398, de 1987
Decreto n.º 3.725, de 10 de Janeiro de 2001	Regulamenta a Lei n.º 9636, de 1998
Orientação Normativa GEADE-002 de 12 de Março de 2001	Estabelece as directrizes e os critérios para a demarcação de Terrenos de Marinha e seus acrescidos

Da leitura desta legislação, ressaltam alguns conceitos que importa aqui esclarecer, na medida em que são imprescindíveis para a compreensão da temática em investigação.

Segundo o Decreto-Lei n.º 9760, de 5 de Setembro de 1946,

“Art. 2º - São ‘terrenos de marinha’, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da Linha de Preamar Média de 1831:

a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;

b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se façam sentir a influência das marés.”

“Art. 3º - São ‘terrenos acrescidos de marinha’ os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.”

Entende-se por ‘Linha de Preamar Média de 1831’ a *“Linha que define a posição da preamar média do ano de 1831.”*(ON-GEADE -002, pt. 3.23).

“A ‘cota de preamar média’ é a média aritmética das máximas marés mensais, ocorrida no ano de 1831 ou no ano que mais se aproxime de 1831.” (ON-GEADE-002, pt. 4.8.2).

A ‘Cota Básica’ é o *“Valor numérico que expressa a média aritmética das máximas marés mensais, reduzido ao mesmo referencial altimétrico da base cartográfica utilizada.” (ON-GEADE-002, pt. 3.6).*

A ‘Linha Limite dos Terrenos de Marinha’ é uma *“Linha traçada à distância de 33m (trinta e três metros), medidos horizontalmente para os lados do continente, a partir da LPM.” (ON-GEADE-002, pt. 3.24).*

Por ‘Terrenos Alodiais’ entende-se os *“Terrenos situados além da Linha Limite dos Terrenos de Marinha (LTM), para os lados do continente, livres de foros, vínculos, encargos, etc.” (ON-GEADE-002, pt. 3.56).*

Do ‘Domínio Público Marítimo’ fazem parte áreas sujeitas à influência das marés, nomeadamente praias, mangais, terrenos esse que são inalienáveis e imprescritíveis. Os Terrenos de Marinha fazem parte do Domínio Privado da União. Segundo Rufino (2000) *“... os mangues fazem parte do domínio público marítimo, não somente porque leis antigas os tenham classificado nesse regime. É que, como as praias do mar, estão sujeitos à influência das marés. Não se confundem, pois, com os terrenos de marinha, que, pelo direito atual, são bens dominicais ou do ‘domínio privado da União’. Pertencendo ao domínio público da União, os mangues são bens inalienáveis, e imprescritíveis, não implicando em transferência ao domínio privado a realização de aterros sobre essas áreas.” (p.22, nota 85).* Reforça-se, ainda, com a transcrição do ponto 4.6.1.1 da ON-GEADE-002 que *“Terrenos de Marinha são terrenos enxutos.”*

Diz-se que se tem ‘Domínio Pleno’ de um terreno *“... quando todos os direitos, sejam de utilização ou de disposição, se acham reunidos nas mãos do mesmo titular. Diz-se que a União possui o domínio pleno do terreno quando este ainda não tiver sido aforado. Neste caso, observa-se a ausência de qualquer restrição ou limitação ao domínio pela falta de qualquer gravação, ônus ou vínculo que venha a diminuir a ação da União no uso, gozo e disposição do terreno.” (Pastore & Castro, 2002, p. 14).*

O 'Domínio Direto' *"...indica o direito de propriedade que é conservado sobre o terreno pela União, correspondendo a 17% do valor do domínio pleno."* (Pastore & Castro, 2002, p. 14).

O 'Domínio Útil' *"...são os direitos que se outorgam ao foreiro em relação ao terreno aforado. Estão incluídos todos os direitos de utilização e disposição, inclusive o de alienação do imóvel, uma vez notificada a União. Corresponde aos 83% restantes do valor pleno do imóvel da União."* (Pastore & Castro, 2002, p. 14).

Posta esta exposição preliminar, interessa apresentar a forma como são delimitados os Terrenos de Marinha, para posteriormente se analisar as diferentes formas de utilização destas áreas.

Assim, a demarcação dos Terrenos de Marinha é da competência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a qual deve ser feita com base na determinação da posição das linhas de preia-mar média do ano de 1831 e da média das enchentes ordinárias.

Para se conseguir determinar a linha de preia-mar média de 1831, e segundo o Decreto-Lei n.º 9760, de 5 de Setembro de 1946, e a ON-GEADE-002, de 12 de Março de 2001, deve fazer-se uma pesquisa em documentos antigos, nomeadamente documentos cartográficos, fotografias, gravuras e pinturas, fotografias aéreas e estudos geográficos e geológicos e compará-los com a informação actual; também o testemunho de moradores e/ou pescadores antigos pode ser fundamental; deve também determinar-se a cota básica e fazer-se várias vistorias no terreno, no sentido de se definir a linha o mais correctamente possível.

Após a recolha e análise de toda a informação possível, fica a cargo do chefe do órgão local da SPU a publicação da determinação da linha, a qual se considera homologada se num prazo de 10 dias não houver quaisquer impugnações.

O Decreto-Lei n.º 1561/77, de 13 de Julho, no Art. 1.º é referido que é vedada a ocupação gratuita de terrenos da União, salvo quando for autorizado por lei.

Segundo o Decreto-Lei n.º 9760, de 5 de Setembro de 1946, no Art. 64.º *"Os bens imóveis da União não utilizados em serviço público poderão, qualquer que seja a sua natureza, ser alugados, aforados ou cedidos."*

Quer os Terrenos de Marinha, quer os acrescidos de marinha são utilizados, na sua maioria, com uma Permissão de Ocupação, ou através de Aforamento, mas desta forma em muito menor número.

O Aforamento é um contrato pelo qual a União atribui a terceiros, gratuita ou onerosamente, terrenos integrantes dos seus bens. Assim, o particular ('foreiro') passa a ser titular do terreno, direito esse que é transmissível aos herdeiros e passível de alienação a terceiros, no entanto, nesta última situação, caso a União tenha interesse público, pode exercer o seu direito de preferência.

Relativamente à Ocupação, trata-se da forma mais comum de utilização dos Terrenos de Marinha que dá a possibilidade a terceiros de ocuparem os bens da União, enquanto a União não tiver interesse público nos mesmos, a qual se torna efectiva através do pagamento de uma taxa patrimonial correspondente, não dando, portanto, a mesma garantia que o Aforamento.

Assim, no caso do Aforamento, o 'foreiro' fica sujeito a pagar o foro, anualmente, ou seja o pagamento do gozo do bem (domínio útil), correspondente a 83% do valor total do terreno.

No caso de Ocupação, o ocupante fica obrigado a pagar uma Taxa de Ocupação pelo uso do bem, como já foi referido, também anualmente e correspondente a 2% do valor do domínio pleno do terreno para ocupações inscritas até 31 de Março de 1988 e de 5% para ocupações inscritas a partir de 1 de Abril do mesmo ano, segundo o Decreto n.º 2398 de 21 de Dezembro 1987.

Ainda no caso de Aforamento, uma vez que 17% do terreno continua na posse da União, o 'foreiro' fica também obrigado ao pagamento da taxa de ocupação respeitante a estes 17% (domínio directo).

Sempre que se pretenda fazer uma transferência onerosa de domínio útil de terrenos da União, entre vivos, bem como de direitos sobre benfeitorias nele construídas, fica-se sujeito ao pagamento do Laudémio, ou seja a 5% do valor actualizado do domínio pleno do terreno e/ ou das benfeitorias (Decreto n.º 2398, Art. 3.º).

Com a publicação da Lei n.º 9636, de 1998, ficou impedida a inscrição de ocupações que ocorressem após 15 de Fevereiro de 1997.

Aquando de várias entrevistas, com técnicos da Gerência Regional do Património da União em Santa Catarina (GRPU-SC), foi possível perceber o processo pelo qual se passa para a construção em Terrenos de Marinha. Assim, o procedimento tem que dar

entrada na Prefeitura Municipal acompanhado de uma certidão de ocupação, que é emitida pela Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) onde está mencionada a ocupação do solo da área em questão, que por sua vez foi definida pela Prefeitura no respectivo 'Plano Diretor'. Como já foi referido, não é permitida a inscrição de novas ocupações em Terrenos de Marinha após 15 de Fevereiro de 1997, sendo apenas possível emitir a referida certidão para construções já existentes. No caso de edificações posteriores a esta data, o que acontece é que ou permanecem em situação ilegal ou a pessoa compra o terreno (foro vitalício). Em Área de Preservação Permanente (APP), a qual é definida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), não é permitida a ocupação e, portanto, o cadastro é impossível.

No ano transacto (2002) deu entrada uma lei no Senado que propõe alterar a linha de preia-mar média de 1831 para 1999 e alterar a faixa de 33 metros para 13. Também relativamente ao pagamento da taxa de ocupação, está instalado um problema devido ao facto de ter passado de 2% para 5%, para quem se cadastrou a partir 1 de Abril de 1988, gerando uma notória falta de equidade entre os ocupantes destes terrenos. Houve, entretanto, uma nova tentativa de elevar esse valor (para 10%), para gerar mais lucro, no entanto houve grande contestação e o assunto ficou esquecido.⁴

Pela lógica do sistema económico brasileiro, o governo não deve ser o maior detentor de propriedades. A manutenção de tudo o que for possível deve ser passado para iniciativa privada, isto se não houver interesse por parte da União, nem inconvenientes relativamente à preservação ambiental e defesa nacional.⁵ Esta é a visão de um técnico com responsabilidades sobre o assunto em questão, podendo a sua postura fomentar a adopção de técnicas menos apropriadas a uma boa gestão destas áreas costeiras. Note-se aqui que não há uma consolidação do processo de gestão, não há qualquer opinião dos responsáveis pelo ordenamento do território sobre a questão da venda dos Terrenos de Marinha, estando o critério apenas baseado num raciocínio económico, o que traz graves complicações ao nível do ordenamento do território.

⁴ e ⁵ Informação obtida através de entrevista a um técnico da GRPU em Santa Catarina, em Junho/ 2002.

5.3.1 Especificidades de Gestão em Santa Catarina

Na GRPU-SC existe um Sistema de Administração Patrimonial (SIAPA), ou seja, uma base de dados onde estão identificadas as ocupações, na qual é atribuído um número a cada uma - Registo de Inscrição Patrimonial (RIP). Refira-se que a essa base de dados ainda não está associada a geo-referenciação do terreno, como seria desejável. Além disso, quando se dá a inserção da informação, os técnicos deparam-se inúmeras vezes com a falta de dados ou com informação incorrecta (por exemplo medidas erradas, confrontações desactualizadas, cadastros duplos, entre outros), o que obriga a incursões aos locais, atrasando ainda mais todo o processo.

Em 1995 foi feito um voo para obtenção dos dados de ocupação, no entanto passados 7 anos a GRPU-SC estima que houve um aumento de ocupação de cerca de 20%. Para além desta desactualização, acresce o facto de não existirem dados relativos à Ilha de Santa Catarina e dos seus Terrenos de Marinha não se encontrarem delimitados (apenas estão delimitados os Terrenos de Marinha da área continental do Estado). Anteriormente à existência desta delimitação, por várias vezes aconteceu que a GRPU-SC afirmava que uma ocupação estava em Terreno de Marinha, mas o proprietário negava a afirmação. Uma vez que a delimitação que existia tinha um carácter apenas provisório, acabava por se dar razão ao proprietário para evitar mais horas de trabalho dispendidas e mais gastos em questões de foro judicial. A GRPU-SC tem todo o interesse em ter todas as delimitações homologadas e já requereu um voo para completar os dados que faltam, incluindo toda a Ilha. O grande interesse está na renda que advém das ocupações. Estima-se que no Estado de Santa Catarina haja cerca de 150 000 terrenos ocupados em áreas de Terrenos de Marinha, encontrando-se apenas 26 000 cadastrados, e destes, apenas cerca de 30% se encontram com o pagamento regularizado, ou seja, só cerca de 5% do total de Terrenos de Marinha, neste Estado, se encontram com a situação regularizada.⁶

Importa aqui referir que toda a Ilha de Santa Catarina é Bem da União, uma vez que é constituída por Terrenos de Marinha, pela Área Nacional Interior e por uma área designada por Meia Légua em Quadro (doação da Coroa ao Povo).

⁶ Informação obtida através de entrevista a um técnico da GRPU em Santa Catarina, em Junho/ 2002.

5.4 Quadro Institucional/ Instrumentos

5.4.1 Enquadramento Histórico

O grande marco do início do Planeamento em Santa Catarina foi na década de 1950, aquando da elaboração do Plano de Obras e Equipamentos (POE), no qual se estabeleciam metas que viriam a ter repercussões aos níveis social, político e económico, não tendo este plano o sucesso que se esperava (Ribas Junior, 2001).

Já na década de 1960 foi elaborado o Plano de Metas do Governo - PLAMEG I (1961/1966), um plano consideravelmente revolucionário para a época uma vez que tentava “(...) conhecer as idéias, as necessidades, as reivindicações e as aspirações do povo do Estado e especialmente do mundo econômico.” (Ribas Junior, 2001).

Mais tarde foi elaborado um outro Plano de Metas do Governo – PLAMEG II (1966/1971), que era uma continuação e actualização do anterior (Ribas Junior, 2001).

O Projeto Catarinense de Desenvolvimento (1971/1975) também tentava uma aproximação à opinião pública das políticas adoptadas (Ribas Junior, 2001).

Em 1976 foi aprovado o Plano Diretor do Distrito Sede de Florianópolis e no ano seguinte foi criado o Instituto de Planeamento Urbano de Florianópolis, responsável pela elaboração e monitorização da implantação destes planos de uso do solo, sendo elaborados outros três em 1980 (Ribas Junior, 2001).

Desde aí foram sendo sempre elaborados outros planos diretores de forma a abranger todo o território municipal, inclusivamente o Plano Diretor dos Balneários da Ilha de Santa Catarina, aprovado em 1985, que foi bastante importante, uma vez que institucionalizou as áreas de preservação (Ribas Junior, 2001).

5.4.2 Ordenamento e Gestão Costeira

As entidades com mais responsabilidades e que, de alguma forma, mais intervêm na gestão das áreas costeiras são: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM); IBAMA; Fundação do Meio Ambiente (FATMA); Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão; Instituto de Planeamento Urbano (IPU); Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e GRPU; Prefeitura Municipal.

Do conjunto de entidades apresentado, destacam-se as competências da SPU que são especificamente direccionadas para os bens da União, nomeadamente administrar o património da União, tratar dos contratos relativos a imóveis da União, fiscalizar os imóveis da União, registar e cadastrar os imóveis da União, disciplinar a utilização de bens de uso comum do povo, adoptando as providências necessárias à fiscalização do seu uso, entre outros. Os IPU são entidades locais que visam o planeamento integrado municipal, a preservação do património histórico, artístico e natural, a gestão do cadastro imobiliário e a cartografia do município, entre outros.

A FATMA é um órgão estadual que tem como principal missão a preservação dos recursos naturais do Estado, através da gestão das unidades de conservação, da fiscalização de todas as actividades económicas, do licenciamento ambiental, da geo-referenciação das características do território, da elaboração de estudos e sua publicação e da monitorização da qualidade da água do mar para banhos. Da competência do IBAMA, destacam-se a monitorização dos ecossistemas, a monitorização das transformações do meio ambiente e dos recursos naturais, a gestão e protecção dos recursos hídricos e o desenvolvimento de estudos com vista ao planeamento ambiental. Dos objectivos da FLORAM, destacam-se a implantação, fiscalização e gestão das unidades de conservação e áreas protegidas, tais como dunas, restingas, manguezais e recursos hídricos e fiscalização e controlo das actividades com impacto negativo no meio ambiente.

No que se refere aos instrumentos, o 'Plano Diretor' de uso e ocupação do solo é um dos principais ao nível do planeamento, no Brasil. Este instrumento *"(...) além de direccionar e ordenar o uso do solo, potencialmente orienta e estimula os investimentos privados, e deve ser o resultado de um conjunto de leis urbanísticas e de uso do solo, tais como a Lei do Perímetro Urbano, Lei do Parcelamento do Solo, Lei de Zoneamento, Código de Obras e Código de Posturas."* (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000, p. 135). A elaboração deste documento deve começar por um diagnóstico de caracterização com a identificação das potencialidades e debilidades da área de estudo, posteriormente deve ser feita a análise e avaliação dos dados obtidos na primeira fase, seguida pela elaboração de um conjunto de linhas orientadoras essenciais à reestruturação, ao ordenamento e ao desenvolvimento da área e por fim, a formulação de uma política global que vise uma maior equidade na sociedade.

No âmbito desta investigação importa destacar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), figura criada em 1988 pela Lei n.º 7.661. Este instrumento visa o

ordenamento da ocupação dos espaços litorais e o seu objectivo geral é assegurar o desenvolvimento sustentável da zona costeira Brasileira, a qual é considerada património nacional.

A abrangência deste plano é a zona costeira que é definida, no próprio documento, por *“espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais, abrangendo as seguintes faixas:*

Faixa Marítima – é a faixa que se estende mar afora distando 12 milhas marítimas das Linhas de Base estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do Mar Territorial.

Faixa Terrestre – é a faixa do continente formada pelos municípios que sofrem influência direta dos fenómenos ocorrentes na Zona Costeira, (...).”

Para a implementação do PNGC consideram-se os seguintes instrumentos de gestão e ordenamento do território aos diferentes níveis a saber, municipal, estadual e federal:

- ? o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC) que deve adaptar e detalhar as medidas do PNGC e do PEGC, visando a implementação da Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, incluindo as responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução e deve também estar em conformidade (estreita relação) com os outros planos que de alguma forma estejam relacionados com o planeamento municipal;
- ? o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) que deve adaptar e detalhar as medidas do PNGC, visando a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, incluindo a definição das responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução;
- ? o Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO), componente do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA) e que integra informações do PNGC, devendo servir de suporte aos subsistemas estruturados pelos Estados e Municípios;
- ? o Zoneamento Ecológico-Económico Costeiro (ZEEC) que é um instrumento que baliza o processo de ordenamento territorial necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da zona costeira, em consonância com as directrizes de nível nacional;
- ? o Plano de Gestão da Zona Costeira (PGZC) que pode ser aplicado nos diferentes níveis de governo e a diferentes escalas, visando orientar a Gestão Costeira através da elaboração, com a participação da sociedade, de medidas estratégicas;

- ? o Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira (SMA-ZC) que é a estrutura operacional de colecta de dados e informação, de forma contínua, servindo de suporte aos planos de gestão; e
- ? o Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira (RQA-ZC) que é elaborado periodicamente com o objectivo de divulgar dados relativamente à monitorização ambiental e avaliar a eficácia das medidas de gestão aplicadas.

Actualmente está a ser testado o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, designado simplifadamente por Projeto Orla, em quatro áreas piloto: Florianópolis (Estado de Santa Catarina), Vitória (Estado de Espírito Santo), Tibau (Estado de Rio Grande do Norte) e em quatro municípios litorais do Estado de Piauí. Segundo as entidades competentes, a escolha destas áreas piloto deve-se ao facto das mesmas abrangeram uma grande diversidade de situações, nomeadamente áreas bem preservadas, predominância de actividade turística e de lazer, forte vocação para a maricultura e actividades portuárias, e exploração de petróleo.

O Projeto Orla tem por suporte legal a Lei n.º 7.661/88, de 16 de Maio, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e a Lei n.º 9.636/98, de 15 de Maio que trata do património da União, ou seja, entre outros, dos Terrenos de Marinha e seus acrescidos.

Este instrumento, de aplicação ao nível local, visa uma gestão mais eficaz da orla costeira através da descentralização das responsabilidades para os municípios e tem como objectivos *“Fortalecer a articulação dos diferentes atores do setor público para a gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de usos e ocupação desse espaço; Desenvolver mecanismos de mobilização social para a gestão integrada da orla; Estimular o desenvolvimento sustentável na orla.”* (Ministério do Meio Ambiente & Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001, p. 5). Para que os municípios possam elaborar o Projeto Orla, terão, anteriormente, que formalizar a sua manifestação de interesse, através do preenchimento de um questionário da Coordenação Estadual (do MMA) aí entregue. Aos municípios seleccionados serão fornecidos documentos com as indicações orientadoras para a elaboração do instrumento.

Neste instrumento considerou-se a definição de zona costeira adoptada no PNGC, isto é, o limite marítimo é nas 12 milhas náuticas (o mar territorial) e o limite terrestre é nas fronteiras internas dos territórios municipais litorais. No entanto, as áreas de abrangência do Projeto Orla são as seguintes: *“Faixa terrestre com largura de 200 metros em áreas*

não urbanizadas e de 50 metros em áreas com urbanização consolidada; e Áreas litorâneas limitadas à profundidade de 10 metros."(Ministério do Meio Ambiente & Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001, p. 8).

A sua aplicação a cada área deve obedecer à elaboração de duas etapas. Uma primeira fase de Diagnóstico, com a qual se pretende uma descrição paisagística e socio-económica, finalizando com uma proposta de cenários de gestão. E uma segunda fase de Intervenção, com a qual se pretende que sejam elaboradas as acções necessárias para a exequibilidade dos cenários propostos anteriormente.

Relativamente ao quadro institucional que está subjacente a este instrumento, como principais entidades envolvidas estão o MMA e a SPU, sendo a primeira responsável por elaborar a base técnica e normativa, e a segunda por definir as condições legais para a colaboração dos municípios nas actividades de gestão. Além disso, fica ainda a cargo da SPU a disponibilização de informação e cartografia necessárias (Fig. 5.4). Além destas instituições muitas outras são envolvidas para a concretização do Projeto Orla e a todos os níveis: federal, estadual e local.

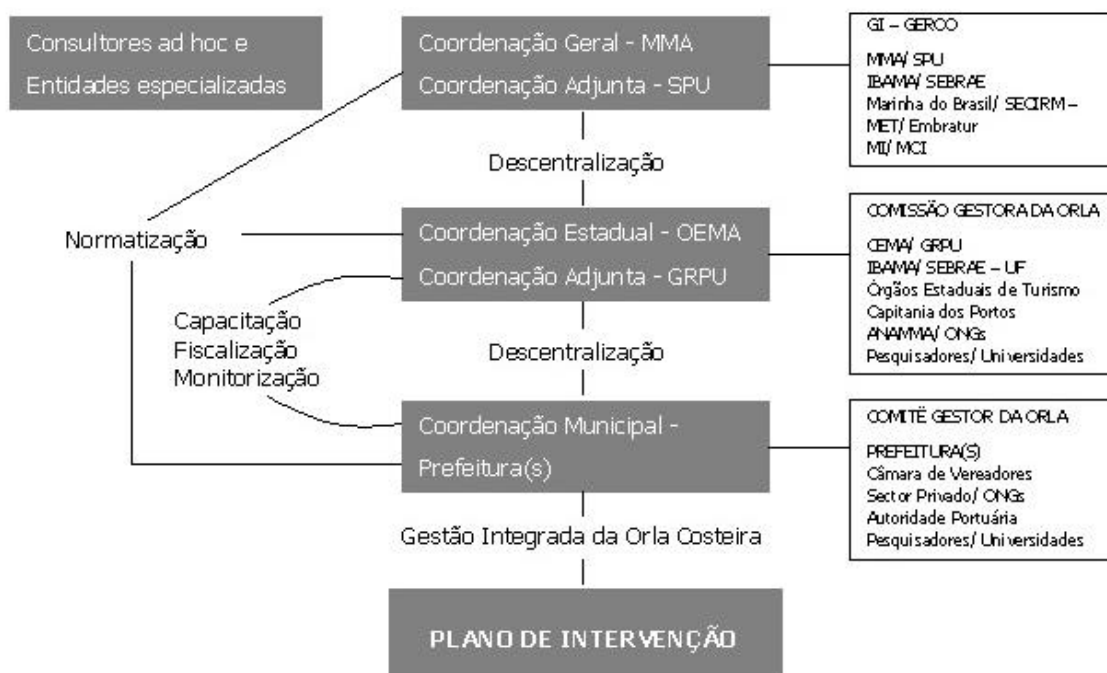


Fig. 5.4 - Funcionamento institucional subjacente à elaboração do Projeto Orla

Fonte: Ministério do Meio Ambiente & Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001, p. 12

Após a concretização da elaboração do diagnóstico, da classificação da orla e do plano de intervenções, e entrega dos mesmos na SPU, o processo fica completo, possibilitando aos municípios a participação na gestão local da orla. No entanto, a implantação do Projeto Orla só se finaliza aquando da formalização das parcerias entre os municípios e a SPU, de acordo com as condições exigidas por esta entidade.

Posteriormente à finalização deste processo, os municípios passam a detalhar o Plano de Intervenção com as metas de gestão ambiental pretendidas e as respectivas acções para atingir tal fim, além dos mecanismos para a avaliação posterior de desempenho das mesmas.

Neste sentido, um Plano de Intervenção deve obedecer à seguinte estrutura geral:

1. identificação do executor;
2. localização da área de intervenção;
3. síntese do diagnóstico/ classificação;
4. identificação e caracterização dos conflitos de uso da orla;
5. análise das actividades/ usos envolvidos nos conflitos;
6. identificação dos problemas/ alvo das acções;
7. especificação das acções pretendidas;
8. estratégias de implantação do Plano;
9. subsídios e meios existentes;
10. monitorização;
11. sistemática de acompanhamento, avaliação e revisão do plano.

A elaboração do documento terá que obedecer a todos os sub-pontos destes tópicos, também definidos no Roteiro de Plano de Intervenção da Orla.

Existe ainda um outro documento – Roteiro Metodológico para Classificação da Orla – que dá as orientações aos municípios para a elaboração do documento denominado 'Classificação da Orla', o qual deve obedecer à seguinte estrutura:

- I. Apresentação;
- II. Orla Marítima: Conceitos e Limites;
- III. A Gestão da Orla Marítima;
- IV. Diagnóstico;
- V. Classificação da Orla e Proposição de Cenários;

Anexo I – Descrição de Parâmetros e Indicadores Ambientais, Sociais e Económicos utilizados na Avaliação Genérica da Qualidade Ambiental;

Anexo II – Procedimentos para Aplicação da Análise Multi-Critério Ambiental.

Duas grandes ideias estão, portanto, associadas ao Projeto Orla: uma é o aumento da eficácia da gestão de áreas costeiras, através da descentralização (para os municípios) dos procedimentos inerentes ao uso dos bens da União; outra é a definição clara de linhas orientadoras auxiliares à actuação dos municípios, para que a gestão dos interesses locais nunca despreze o interesse nacional.

5.4.3 Ordenamento e Gestão Costeira - Caso de Sto. Antônio de Lisboa

Com base na informação recolhida nas diversas entidades do Estado de Santa Catarina, verificou-se que o caso de estudo de Sto. Antônio de Lisboa é abrangido, de forma particular, pelos seguintes instrumentos de planeamento e gestão:

- ? Agenda 21 Local do Município de Florianópolis;
- ? Plano Diretor dos Balneários; e
- ? Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito de Sto. Antônio de Lisboa.

A elaboração da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis é da responsabilidade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina e ficou concluída em 2001, após um processo ininterrupto de 3 anos envolvendo muitas outras entidades, particularmente relacionadas com ambiente, ordenamento e desenvolvimento dos diversos níveis de administração, destacando-se aqui o importantíssimo papel da Prefeitura Municipal de Florianópolis. É um documento que não tem poder de lei, mas que visa orientar a sociedade para o desenvolvimento sustentável.

Este documento começa por apresentar uma curta Caracterização de Florianópolis, a metodologia de elaboração desta Agenda 21 Local e as bases para discussão, incluindo os seguintes temas: Desenvolvimento Sustentável Regionalizado, Gestão dos Recursos Naturais e Ambientais, Planos Diretores e a Comunidade, Cultura e Cidadania, Infra-estruturas e Qualidade de Vida, Geração de Emprego e Renda, os quais são posteriormente desenvolvidos, incluindo sempre um Diagnóstico e a apresentação dos Projectos, Objectivos e Actividades.

Relativamente ao primeiro tema, Desenvolvimento Sustentável, são analisados e propostos projectos e actividades que foram elaborados individualmente para cada uma das áreas em que este documento dividiu o município de Florianópolis (Fig. 5.5). Sto. Antônio de Lisboa, o caso particular da área de estudo, insere-se no grupo II.

Dos Projectos, Objectivos e Actividades de Desenvolvimento Sustentável propostos para este distrito, destacam-se:



- a preservação ambiental, para evitar desmatamentos desnecessários, queimadas irresponsáveis, ocupação de áreas inadequadas, utilização de linhas de água para descarga de esgotos;
- a implantação de infra-estruturas de apoio ao turismo, para desenvolvimento da área, devendo ser solicitada pelos interessados locais; e
- a definição de alturas máximas de construção em faixas delimitadas paralelamente à linha de maré e sua efectiva implantação, para um melhor ordenamento da área.

Fig. 5.5 - Divisão do município de Florianópolis proposta pelo Fórum da Agenda 21 Local

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000, p. 38

As outras áreas temáticas são de âmbito geral de aplicação em todo o município de Florianópolis, no entanto é possível destacar-se alguns objectivos com aplicação específica no Distrito de Sto. Antônio de Lisboa.

Assim, relativamente à Gestão dos Recursos Naturais e Ambientais, destaca-se o programa com incidência nos Recursos Marinhos, para os quais se propõe um controlo e fiscalização das áreas costeiras de preservação permanente (praias, dunas e restingas).

O programa Planos Directores, já inserido na área temática Planos Directores e a Comunidade, propõe a elaboração do zonamento das áreas passíveis de urbanização a partir de critérios sócio-culturais, económicos e ambientais, de forma transparente e participativa, planear e incentivar a implantação de uma infra-estrutura destinada ao estímulo do transporte marítimo, quer colectivo, quer turístico, e proceder a um levantamento dos locais adequados para implantação de cais e pontões para uso público.

Quanto ao Uso e Ocupação do Solo, programa ainda inserido na mesma área temática, propõe-se a desocupação de falésias e dunas, bem como o impedimento de novas ocupações, e ainda reordenar a ocupação de espaços urbanizados e delimitar áreas de reserva, nomeadamente restingas, com o objectivo de as preservar.

O Plano Diretor dos Balneários da Ilha de Santa Catarina, publicado através da Lei n.º 2193/85, de 3 de Janeiro, considera os referidos balneários como áreas especiais de interesse turístico. *“Esta lei regula o uso e ocupação do solo, especialmente quanto à localização, acesso, a implantação das edificações e aos outros limites do direito de construir, excetuada a utilização das terras para a produção agrícola.”* (Lei n.º 2193/85, de 3 de Janeiro, Art. 1.º).

Os Terrenos de Marinha são, neste documento, considerados Áreas Especiais, mais concretamente Áreas Adjacentes aos Elementos Hídricos e que não podem ser vendidos em caso algum.

No Art. 124.º é referido que os Terrenos de Marinha que estiverem no uso comum do povo, constituem logradouros públicos municipais e que os que estiverem desocupados ou ocupados irregularmente, serão requeridos pelo município, à União Federal, sob o regime da cessão gratuita (Art. 1.º do Decreto-Lei n.º 178 de 16 de Fevereiro de 1967). Refere ainda que os acrescidos de marinha, formados quer natural quer artificialmente, serão destinados à implantação de áreas verdes de uso público.

O Art. 125.º explicita que os Terrenos de Marinha são *‘non aedificandi’*, salvo usos públicos necessários e algumas excepções, nomeadamente:

- 1 – se os foreiros dos Terrenos de Marinha ou os ocupantes que comprovarem que são titulares do direito de preferência, com uma certidão da GRPU, quiserem edificar, mas com a condição da profundidade do lote (incluindo as terras alodiais) não ser superior a 60 metros e de se verificar um afastamento das construções, relativamente ao limite do Domínio Público Marítimo, igual ou superior a 55% da profundidade do terreno;
- 2 – no caso do ponto anterior, e quando se tenham formado acrescidos entre a faixa de Terrenos de Marinha e o Domínio Público Marítimo, o afastamento das edificações será medido a partir do ponto onde se iniciam os acrescidos e termina a faixa de Terrenos de Marinha.

No entanto estas excepções não se aplicam quando:

- ? estes terrenos estejam limitados por uma via pública ou por um curso de água, excepto aqueles que já estejam definidos como edificáveis;
- ? a profundidade do lote (que não confine com terras alodiais) for inferior a 25 metros;
- ? estes terrenos forem contíguos a terrenos alodiais incluídos em Áreas de Preservação com Uso Limitado (em geral, áreas com declive acentuado);
- ? ocorrer, no respectivo solo, formação vegetal característica das restingas, considerada de preservação permanente.

No Art. 126.º é referido que relativamente ao caso de edificações licenciadas pelo Município, existentes até à data da publicação deste diploma legal, estas podem ser reconstruídas exactamente no mesmo local, com uma superfície de implantação igual à anterior e altura máxima de dois pisos.

Estas são as restrições mais importantes de aplicação aos Terrenos de Marinha contidas neste 'Plano Diretor'.

No entanto, destacam-se ainda dois artigos relativos às áreas de circulação de pedestres, que referem que *"O poder público garantirá o livre acesso e circulação de pedestres pela orla marítima, lacustre e fluvial, por via terrestre, no interesse geral da pesca, da navegação, do lazer e do turismo."* e que *"Os acessos para pedestres à orla marítima, fluvial e lacustre deverão estar localizados numa distância não superior a 125m um do outro, tendo a largura mínima de 3m."* (Lei n.º 2193/85, Art. 89.º e 91.º, respectivamente).

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito de Sto. António de Lisboa é um documento essencialmente de caracterização, nomeadamente dos aspectos históricos, naturais e sócio-económicos e dos problemas do distrito, apontando também algumas linhas de orientação para a elaboração de um Plano de Urbanização, que será a fase seguinte.

Essas linhas estão particularmente relacionadas com o desenvolvimento sustentável, a participação pública, o ordenamento e qualificação de áreas urbanas, o desenvolvimento sócio-económico, a preservação de recursos naturais e a adequação da actividade turística aos mesmos.

Estes são os três instrumentos que, actualmente, servem de base ao ordenamento e gestão da área costeira do Distrito de Sto. António de Lisboa.

5.5 Formas de Intervenção em áreas equivalentes ao DPM - Caso de Sto. António de Lisboa

O Distrito de Sto. António de Lisboa tem muitas construções em Terrenos de Marinha, o acesso à praia já está muito limitado e, no entanto, continuam a ser construídas novas edificações (Fig. 5.6).



Fig. 5.6 - Urbanização do litoral - Sto. Antônio de Lisboa

Por estas razões, entre outras, e como já foi referido, a área costeira de Sto. Antônio de Lisboa é uma das áreas piloto da aplicação dos Projetos Orla que, neste caso particular, está a ser produzido pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Em Junho de 2002 estava a ser elaborado o Plano de Intervenção, tendo sido enviada anteriormente uma versão preliminar (para correcção) para o MMA (Brasília). Entretanto esse documento voltou para o IPUF no início de 2002, foram feitas as alterações sugeridas pelo consultor e foi de novo enviado para o MMA. Ficaram algumas questões pendentes, nomeadamente onde começa a delimitação dos 50 ou 200 metros, no caso de áreas urbanizadas ou não, respectivamente, se essa delimitação está sujeitas às marés ou será sempre fixa, entre outras questões. O IPUF optou por ter como ponto de referência da delimitação a cota zero, uma vez que nunca obtiveram uma resposta por parte do MMA. Após a aprovação do plano, essa faixa de 50 metros será objecto de área de intervenção específica na qual se vão inserir, no futuro, as intervenções propostas

pelo Projeto Orla. Em Junho de 2002 era este o ponto de situação, aguardando uma resposta do MMA e uma reunião de trabalho em Março de 2003.⁷

Importa aqui fazer um parêntesis para referir que a concretização de um instrumento deste tipo é muito complexa porque envolve os diferentes níveis de administração, federal, estadual e municipal, sendo os tempos e prioridades das diversas entidades bastante diferentes.

Retomando a elaboração do Projeto Orla, após a caracterização da área de estudo foram identificados os conflitos existentes e os principais problemas associados, destacando-se os seguintes, assinalados com números e letras, respectivamente:

- 1) - Conflitos de Ocupação Territorial
 - a) - Ocupação irregular ou inadequada da orla
 - b) - Deficiência e inadequação da estrutura viária e dos sistemas de circulação
- 2) - Conflitos de Utilização de Recursos Ambientais
 - c) - Espaço marítimo desordenado
- 3) - Conflitos de Ordem Social
 - d) - Descaracterização do património cultural
- 4) - Conflitos de Usos Múltiplos
 - e) - Poluição ambiental

Desta fase partiu-se para a elaboração de um conjunto de linhas de acção tendo em vista a minimização/ resolução dos problemas identificados (Anexo 9). Constata-se que, associados aos diferentes problemas identificados surgiram impactos semelhantes, em particular a ocupação inadequada e privatização da faixa costeira, a degradação de recursos ambientais e descaracterização da paisagem. No entanto, visto que os problemas são diferentes, consequentemente os objectivos que se pretendem atingir para os resolver também são diferentes em função de cada um, bem como as acções e actividades propostas. Verifica-se, também, que as acções e actividades de ordenamento do território se encontram subjacentes à concretização da maioria das outras, apresentando, portanto, um carácter imprescindível.

Verifica-se neste documento uma preocupação com as questões de actualização da legislação, bem como com a fiscalização do cumprimento das regras e, também, com a sensibilização dos actores, no intuito de contribuir para uma gestão mais eficaz das áreas costeiras. Também a questão da privatização das áreas costeiras e do acesso público às

⁷ Informação obtida através de entrevista a um técnico do Instituto de Planeamento Urbano de Florianópolis (IPUF), em Junho/ 2002.

mesmas são temas que estão a ser tratados com um determinado enfoque, assim como o ordenamento e implantação de equipamentos de apoio.

Importa referir que este é simplesmente um documento de trabalho, uma versão ainda preliminar e incompleta, não estando, portanto, a ser concretizado na prática. Posto isto não será ainda possível observar a sua implantação, nem tão pouco analisar os resultados daí surgidos.

5.6 Síntese Comparativa

Devido às grandes diferenças existentes entre os sistemas sócio-económicos do Brasil e de Portugal, encontram-se algumas ideias muito diferentes relativamente à gestão das áreas costeiras (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 - Comparação entre os casos de estudo analisados

CARACTERÍSTICAS	PORTUGAL	BRASIL
PRINCIPAIS PROBLEMAS	Avanço da linha de costa, erosão, degradação da qualidade das águas, sobre-exploração dos recursos vivos, destruição das dunas, destruição de habitats, ocupação ilegal, conflitos entre utilizadores.	Desmatamento e aterros de mangais, pesca descontrolada, degradação da qualidade das águas devido à poluição, erosão, inundação costeira ao longo de rios, ocupação irregular e desordenada da orla costeira, conflitos entre utilizadores, privatização do litoral.
SISTEMA LEGAL	Reactivo, desarticulado, com muitos diplomas legais, e com diplomas de natureza específica para as áreas costeiras.	Reactivo, desarticulado, muitos diplomas legais, e com diplomas de natureza específica para as áreas costeiras.
SISTEMA INSTITUCIONAL	Centralizado, desarticulado, sem uma entidade específica para a gestão das áreas costeiras.	Descentralizado, desarticulado, sem uma entidade específica para a gestão das áreas costeiras.
INSTRUMENTOS/ PLANOS	Existem muitos instrumentos, que tendem para uma articulação, e existe um plano de âmbito específico para as áreas costeiras.	Existem muitos instrumentos, que tendem para uma articulação, e está a ser testado um plano de âmbito específico para as áreas costeiras.

CARACTERÍSTICAS	PORTUGAL	BRASIL
INSTRUMENTO DE ÂMBITO DE APLICAÇÃO NAS ÁREAS COSTEIRAS	O POOC é de carácter regional e abrange o DPM e uma zona adjacente de 500m.	O Projeto Orla é de carácter local e abrange uma faixa terrestre de 200m em áreas não urbanizadas e de 50m em áreas com urbanização consolidada, e áreas litorâneas limitadas à profundidade de 10m.
DOMÍNIO PÚBLICO DO ESTADO/ DA UNIÃO (conceitos)	Entende-se por Domínio Público do Estado o conjunto de bens que são submetidos por lei a um regime especial de propriedade pública: não estão sujeitos a alienação; não podem ser objecto de ónus; não podem ser objecto de usucapião. Consideram-se do Domínio Público do Estado os leitos e margens das águas do mar e de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis, sempre que tais leitos e margens lhes pertençam, bem como os leitos e margens das águas não navegáveis nem flutuáveis que atravessem terrenos públicos do Estado.	Consideram-se do Domínio Público o conjunto dos bens de uso comum do povo, isto é, ruas, praças, praias, rios, mares, destinados ao uso colectivo; e o conjunto dos bens de uso especial, tais como edifícios e terrenos aplicados no serviço público, destinados ao uso da Administração (federal, estadual ou municipal). São bens inalienáveis (não absolutamente), imprescritíveis, impenhoráveis e não onerosos. Existe a possibilidade de desafecção para este tipo de bens.
DOMÍNIO PRIVADO DO ESTADO/ DA UNIÃO (conceitos)	Consideram-se do Domínio Privado do Estado, sujeitos a servidões administrativas, os leitos e margens das águas não navegáveis nem flutuáveis que atravessem terrenos particulares, bem como as parcelas dos leitos e margens das águas do mar e de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis que forem objecto de desafecção ou reconhecidas como privadas.	Fazem parte do Domínio Privado o conjunto de bens dominicais, isto é, aqueles que são património da União, dos Estados ou dos Municípios, como objecto de direito pessoal e não vinculados a serviço público. Caracterizam-se por serem impenhoráveis e não podem ser adquiridos por usucapião.
DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO (conceitos)	Do Domínio Público Marítimo fazem a parte as áreas sujeitas à influência das marés e áreas adjacentes, as quais são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis.	Do Domínio Público Marítimo fazem parte as áreas sujeitas à influência das marés (praias, mangais), as quais são inalienáveis e imprescritíveis.
FIGURA: - DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO/ - TERRENOS DE MARINHA	Entende-se por Domínio Público Marítimo a área que se encontra desde a batimétrica -30m até 50m para além da LMPMAVE (ou para além das arribas alcantiladas) em direcção a terra. Os mesmos são considerados bens do Domínio Público do Estado.	Entende-se por Terrenos de Marinha, os terrenos que se encontram numa profundidade de 33m em direcção a terra, medidos a partir da Linha de Preia-mar Média de 1831. Os mesmos são considerados bens do Domínio Privado da União.

Obviamente que se denota uma grande preocupação com as questões ambientais em ambos os países, no entanto os diferentes contextos em que os mesmos se enquadram e, conseqüentemente, as diferentes formas de pensar que daí advêm, levam a uma forma de agir, por vezes, muito distinta.

Isso verifica-se acentuadamente na gestão dos Terrenos de Marinha que, apesar de ter algumas semelhanças com a gestão dos terrenos de Domínio Público Marítimo em Portugal, a ideia base é adversa. Ou seja, enquanto que em Portugal se pretende que esses terrenos não sejam ocupados, no Brasil pretende-se o inverso para os Terrenos de Marinha, uma vez que daí pode advir um lucro considerável, com a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento do país. Ora, com as taxas que se aplicam em Portugal, apesar de também haver o objectivo de aplicar esse dinheiro, o que realmente se pretende é desincentivar a ocupação dessas áreas. Já no Brasil, parece que se pretende incentivar a sua ocupação, e mesmo a sua venda, para rentabilizar as áreas inutilizadas. Importa aqui referir que os Terrenos de Marinha não são considerados Domínio Público do Estado, mas sim Domínio Privado, daí se justifique um pouco a diferente forma de gerir estas áreas.

Encontram-se, assim, vários problemas que daí decorrem, tais como a destruição de importantíssimos recursos naturais, a privatização destas áreas e o impedimento de acesso público à praia, entre outros.

Face aos problemas existentes nas áreas costeiras neste país, começa a notar-se uma preocupação, por parte dos responsáveis pelo ambiente e ordenamento do território, em elaborar planos de ordenamento das áreas costeiras.

No entanto, no caso concreto do Estado de Santa Catarina, o primeiro instrumento desta natureza que está a ser elaborado é de aplicação apenas a uma pequena área piloto e ainda não está concluído, nem tão pouco implementado. Posto isto, não será possível analisar os resultados da aplicação do instrumento, nem o contributo da mesma para a qualificação das áreas costeiras.

6. PROPOSTA DE METODOLOGIA DE QUALIFICAÇÃO DAS ÁREAS COSTEIRAS

- através da intervenção em áreas de DPM

Na sequência desta investigação, propõe-se uma metodologia de qualificação das áreas costeiras através de sugestões com incidência de aplicação, quer ao nível legal, quer institucional, quer ao nível dos instrumentos de ordenamento do território, quer ainda directamente no local, relativas às áreas de Domínio Público Marítimo (Fig. 6.1). A toda a metodologia está, necessariamente, subjacente uma gestão integrada das áreas costeiras.

Esta metodologia assenta em duas ideias principais, nomeadamente a criação de uma entidade especializada para gestão do litoral e a revisão, adaptação e articulação da legislação existente, integrando um carácter preventivo e tendo em conta os princípios do desenvolvimento sustentável. Entende-se que a legislação deve ser actualizada e adaptada de uma forma regular.

A nova legislação deve contemplar uma nova definição de delimitação do Domínio Público Marítimo, a qual só pode ser concebida após uma caracterização biofísica exaustiva das áreas costeiras. A sua elaboração deve ter em conta essa caracterização, pois deverá ser flexível, ter aplicações diferentes perante as características naturais específicas de cada área, terrestres, oceânicas e atmosféricas (recursos naturais existentes, características topográficas, características geológicas, movimentos de sedimentos, exposição da costa à acção do mar, erosão, evolução da linha de costa, entre outras) e também consoante se tratem de áreas urbanizadas ou não urbanizadas, já que nestas últimas a extensão a condicionar poderia ser superior. Refira-se que com a proposta desta nova definição também se pretende questionar se a delimitação se deve basear na LMPMAVE ou se não é necessário um ponto de partida fixo e, face ao modelo definido, qual a periodicidade de actualização das delimitações.

No seguimento da elaboração da definição mais adequada, com possibilidade de incluir várias vertentes de aplicação, deve proceder-se à delimitação oficial de todo o Domínio Público Marítimo, sem interrupções espaciais, no sentido da preservação integral dos recursos naturais, também por questões de segurança, relativas às populações, e por

questões de justiça e equidade social. Com a oficialização das delimitações torna-se possível proceder à identificação dos usos e ocupações do Domínio Público Marítimo, a qual pressupõe um processo contínuo. Refira-se que devem ser previstas diferentes actuações, consoante se trate de usos e ocupações localizados no que se considera actualmente Domínio Público Marítimo, ou localizados no âmbito territorial da nova definição criada, de forma a evitar injustiças ao nível social e ressaltando as situações anteriormente legalizadas.

De forma a rentabilizar este levantamento, deverá ser criado um Sistema de Informação Geográfica, à semelhança do que foi elaborado pela DRAOT-C, no qual será incluída a informação recolhida relativamente aos usos e ocupações do Domínio Público Marítimo, nomeadamente dados do proprietário, dados da ocupação, localização geográfica da ocupação e situação legal da ocupação. Subjacente à criação destes instrumentos a nível regional (por áreas de abrangência dos POOC), deverá haver uma coordenação a nível nacional, no sentido de se conseguir uma visibilidade de conjunto relativa à ocupação das áreas de Domínio Público Marítimo, bem como a equidade no tratamento destas áreas.

Com o apoio do Sistema de Informação Geográfica, torna-se possível proceder à legalização dos usos e ocupações do Domínio Público Marítimo, a qual deverá dispor de diferentes formas de intervenção perante as possíveis situações em que se encontrem as áreas e, consequentemente, os usos e ocupações de Domínio Público Marítimo, segundo as duas definições - a actual e a proposta.

Os POOC, como instrumento específico para a gestão e ordenamento das áreas costeiras, deverão contemplar uma gestão activa de toda a área de Domínio Público Marítimo, sem interrupções espaciais ao nível do território.

Todo o processo de gestão terá que ser acompanhado por uma fiscalização/monitorização contínua relativa aos usos e ocupações das áreas de Domínio Público Marítimo, caso contrário surgem as situações ilegais que complicarão toda a tarefa. Portanto, através desta fiscalização terá necessariamente que se evitar o aparecimento de novas ocupações, entre outras possíveis restrições. Para tal devem ser proibidas novas construções, deve-se recuperar espaços ocupados (não permitindo reconstruções) e, sempre que se verifique necessário, deverá dar-se a demolição de ocupações. No entanto, no caso de demolição, deve prever-se a existência de meios financeiros no sentido de compensar 'proprietários' prejudicados.

É premente a recuperação de áreas naturais deterioradas ou destruídas, bem como a monitorização dos ecossistemas existentes e a protecção de algumas áreas urbanizadas, de forma a proteger as populações de possíveis riscos.

Como já foi referido, todo este processo só fará sentido se integrado na concretização da Gestão Integrada das áreas costeiras, adequando-se aos princípios de Gestão Integrada da Zona Costeira, com vista ao desenvolvimento sustentável destas áreas. Entre outras condições necessárias, a par deste processo, é indispensável a sensibilização da população em geral, e das entidades locais para a gestão integrada das áreas costeiras, explicando de forma evidente as vantagens que pode trazer para todos. Esta sensibilização é, também, fundamental para incentivar as populações à participação no processo de gestão.

Com esta metodologia pretende contribuir-se para a recuperação do 'carácter público' do Domínio Público Marítimo, ainda que lentamente, promovendo a preservação dos recursos naturais, a disponibilidade destas áreas como bem de usufruto comum, de todos e para todos, e a protecção das populações e bens relativamente a possíveis acidentes e prejuízos, cooperando, desta forma, na qualificação das áreas costeiras.

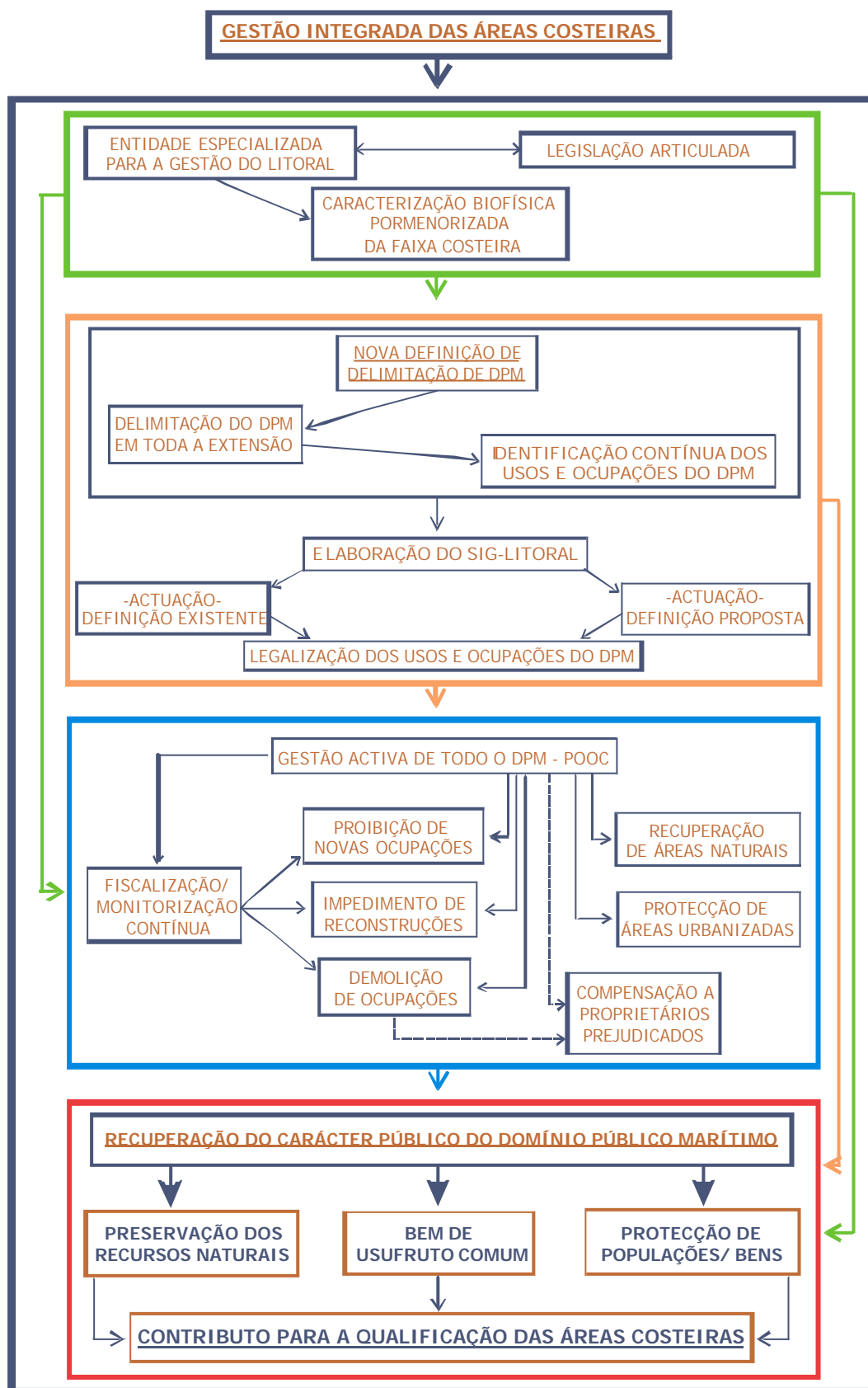


Fig. 6.1 - Metodologia de qualificação das áreas costeiras

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas costeiras, pela sua riqueza natural excepcional, são áreas polarizantes de actividades económicas e de concentrações urbanas desajustadas e, por vezes, incompatíveis com as suas particularidades e sensibilidade biofísica.

Os usos, ocupações e acções indevidas devem ser especialmente evitadas nas áreas que compreendem o Domínio Público Marítimo, as quais não podem estar ocupadas, mas sim preservadas e livres para o seu uso, entendido como um direito público.

Recuperar o carácter público destes terrenos é indispensável para a sua gestão integrada e, consequentemente, para lhes devolver a possibilidade de concretizarem a sua função correctamente. No entanto, subjacente a este 'grandioso' objectivo, encontram-se diversas dificuldades.

São diversas as entidades com intervenção na gestão das áreas costeiras. Destas, destacam-se o Instituto da Água e as Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território, integrantes da orgânica do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, como sendo as que intervêm mais directamente no planeamento, ordenamento e gestão do Domínio Público Marítimo. Salienta-se, também, a Comissão do Domínio Público Marítimo (Ministério da Defesa Nacional) pelo papel seu quanto aos assuntos respeitantes à utilização, defesa e manutenção dos terrenos de Domínio Público Marítimo. Face à já referida diversidade de entidades que intervêm com diversas funções, a gestão integrada destas áreas traduz-se num processo delicado. Perante este panorama constata-se a necessidade da criação de uma entidade competente e especializada de forma a garantir e unificar a gestão das áreas costeiras.

Relativamente à legislação aplicável à orla costeira, esta é caracterizada por uma certa sectorialização e pouca articulação, sendo os diplomas produzidos em épocas diversas e de uma forma sectorial no que se refere às actividades de planeamento, de ordenamento, de gestão, de qualidade ambiental, de protecção dos recursos naturais, de licenciamento de actividades ou de fiscalização. Constata-se que dos inúmeros diplomas legais

aplicáveis à zona costeira, são mais com aplicação de âmbito geral à zona costeira, do que efectivamente legislação específica, a qual foi produzida ao longo do tempo para responder a necessidades, verificando-se a ausência de um carácter preventivo de criação.

O Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, instrumento legal com aplicação específica no Domínio Público Marítimo, foi a base da gestão das áreas costeiras portuguesas e bastante importante no que respeita à salvaguarda de recursos naturais de grande valor, associados ao recurso água. No entanto, os seus princípios encontram-se desajustados relativamente às actuais indicações propostas para uma Gestão Integrada da Zona Costeira, assentes nos princípios do desenvolvimento sustentável. Verifica-se, também, que a extensão do seu âmbito territorial não é suficiente para pôr em prática correctamente esses princípios. Daqui surge a necessidade de actualizar e adequar a legislação às políticas vigentes nos dias de hoje, contemplando uma nova definição do âmbito territorial do Domínio Público Marítimo, a qual não pode ser rígida, mas sim adaptável às características associadas às diferentes áreas, sem por isso perder o seu carácter rigoroso quanto à eficácia da gestão que lhe compete.

Dada a referida desadequação e face aos problemas que as áreas costeiras têm vindo a sofrer, foram elaborados os Planos de Ordenamento da Orla Costeira. Portanto, a área de Domínio Público Marítimo encontra-se sujeita, além do instrumento de gestão do Domínio Público Marítimo, a instrumentos de planeamento e ordenamento do território. No entanto, também este instrumento adoptou uma regra métrica para a definição da área de actuação, a qual nem sempre é suficiente para a protecção dos recursos naturais específicos da orla costeira, reconhecendo-se a necessidade de definir delimitações flexíveis e adaptadas às características locais das áreas costeiras.

Apesar desta lacuna, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira podem condicionar ou interditar actividades e usos, assim como a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional, como instrumentos de salvaguarda de recursos naturais, potenciando a figura legal do Domínio Público Marítimo e, assim, facilitando a gestão das áreas do seu âmbito de aplicação. Refira-se, ainda, que a eficácia desta gestão em áreas com usos e ocupações desmedidos, pode ser maior com a elaboração de Planos de Pormenor (contemplados nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira através das Unidades Operativas de Gestão), os quais ordenam, condicionam e valorizam de forma pormenorizada a sua área de intervenção.

Apesar das potencialidades, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira não contemplam medidas específicas para a gestão das áreas de Domínio Público Marítimo face às características e aos problemas únicos das mesmas, definindo apenas várias restrições e remetendo o assunto para o Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro. Além disso, estes planos apresentam algumas incapacidades quanto à gestão do Domínio Público Marítimo, nomeadamente no que se refere a questões de equidade social, fomentando actividades permitidas e omitindo inúmeras ocupações ilegais. É necessário que este instrumento concretize a gestão efectiva das áreas de Domínio Público Marítimo, que utilize ou crie instrumentos de planeamento e gestão específicos para o seu tratamento.

Com esta investigação pôde constatar-se que não existe, ainda, uma gestão integrada das áreas costeiras em Portugal. Denotam-se diversas lacunas ao nível do tratamento das áreas de Domínio Público Marítimo, nomeadamente o não cumprimento da legislação e a falta de fiscalização relativa ao uso e ocupação das referidas áreas, o não efectivo tratamento destas áreas no âmbito dos POOC, bem como a ausência de uma entidade específica que garanta a sua efectiva gestão, de forma semelhante e contínua no território. Também se verifica que o próprio conceito da figura legal de Domínio Público Marítimo não está adequado à importância que estas áreas têm enquanto ecossistemas importantíssimos e riquíssimos em biodiversidade.

Perante a situação em que se encontram as áreas costeiras, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável concluiu, em Maio de 2001, que é necessário elaborar uma Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira assente nos princípios do desenvolvimento sustentável e integrando uma ampla e diversificada participação pública. É mesmo indispensável começar por definir esta estratégia para que o processo se dê de uma forma integrada, assim como criar uma entidade especializada, de forma a simplificar a actuação do quadro institucional e também a articulação e simplificação do quadro legal e das diversas figuras de planeamento e ordenamento aplicáveis às áreas costeiras. No sentido de proteger as populações costeiras dos possíveis riscos naturais e antropogénicos que possam vir a sofrer, é necessário também a adopção de medidas administrativas de forma a evitar essas situações.

Do contacto directo com as áreas costeiras, foi possível perceber que existe uma grande falta de sensibilização para os problemas de gestão costeira, quer ao nível das populações, quer das entidades/ actores locais. Torna-se importante perceber que cada

local tem a sua vivência própria que o caracteriza e que é necessário analisar as dinâmicas inerentes para o seu entendimento. Verifica-se a necessidade de elaborar estudos sobre os processos naturais e a dinâmica dos sistemas costeiros que permitam aos técnicos um conhecimento mais profundo e rigoroso, assim como sensibilizar as populações localizadas nessas áreas para o perigo que correm e demonstrar que as opções tomadas procuram beneficiar a sua situação, com vista à obtenção de um consenso acerca das decisões tomadas. Para cada acção/ actividade que se proponha é necessário que a população a aceite para que se consiga implementar. É importante que as populações se envolvam no planeamento dos seus locais e regiões, que compreendam o processo e que participem nele.

Reconhece-se que em áreas de Domínio Público Marítimo já consolidadas, em termos de ocupação, a sua gestão é um processo muito complexo. No entanto, pelo menos seria desejável a aplicação do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, quanto à proibição da construção de novos edifícios. A existência da figura legal de Domínio Público Marítimo e, conseqüentemente, a delimitação de todas as áreas da sua abrangência, traduz-se num importantíssimo alicerce para o sucesso de todo o processo. Neste sentido, a elaboração de um Sistema de Informação Geográfica do Litoral, a nível nacional, constituirá um instrumento vital de apoio ao tratamento, à actualização e à disponibilização da informação a vários níveis, agilizando todo o processo de gestão, quer das áreas de Domínio Público Marítimo, quer de toda a faixa costeira.

Como continuação desta investigação, ainda incompleta, sugere-se uma reflexão mais aprofundada, quer quanto ao contexto histórico de criação e evolução do conceito de Domínio Público Marítimo, quer quanto ao uso e gestão das áreas em questão. Esta reflexão deverá ser feita não só relativamente aos países analisados, mas também a outros países com contextos sócio-económicos mais diversos, por forma a conseguir um leque mais abrangente de situações que permitam retirar um conjunto de ilações mais vasto e, conseqüentemente, mais válido. Por outro lado, uma análise mais profunda de todos os Planos de Ordenamento da Orla Costeira existentes seria desejável, de forma a verificar se existe, ou não, uma corrente evolutiva no que diz respeito ao tratamento dados às áreas de Domínio Público Marítimo, no âmbito deste instrumento de ordenamento e gestão.

Sugere-se, ainda, um aprofundamento e desenvolvimento da metodologia proposta, bem como a sua aplicação a uma(s) área(s) piloto que englobe(m) uma variedade significativa

de situações, por forma a permitir reajustamentos à metodologia e a sua posterior validação.

O contributo desta dissertação, no âmbito da problemática enunciada, foi dar início a um processo de reflexão abrangente e sistematizado, fomentando a discussão sobre o potencial que a gestão das áreas de Domínio Público Marítimo tem para a qualificação das áreas costeiras.

É necessário, no entanto, trazer esta temática para a agenda política, suscitando debates, reflexões e evidenciando diversas visões sobre o assunto, por forma a desenvolver as capacidades instrumentais deste conceito.

Para finalizar... garantir que as decisões do presente não limitem as opções do futuro é um lema a adoptar impreterivelmente em todas as acções tomadas nas áreas costeiras.

BIBLIOGRAFIA

Alves, F.; 1998; "O Contributo dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira para o Ordenamento e Gestão da Zona Costeira em Portugal", Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

Amaral, D. F.; 1994; "Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente: Objecto, Autonomia e Distinções" em Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente, n.1, pp. 11-23.

APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.; 2001; "Concurso Limitado sem Publicação de Anúncio para a Empreitada de Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia Velha da Barra", (processo de concurso).

Barroco, A.; Coutinho, M.; Guedes, A.; Roque, F.; 1999; "Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar/ Marinha Grande" in 'Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira', pp. 23-40, EUROCOAST-Portugal, editado por Gaspar Soares de Carvalho, Fernando Veloso Gomes e Francisco Taveira Pinto, Porto, 1999.

Calliari, L.; Reis, E.; Asmas, M.; & Tagliani, C.; 2001; "Gerenciamento costeiro integrado: trocas e inter-relações entre os sistemas continental e oceânico adjacente. FURG, CIRM, DOALOS/ONU; 14.ª edição, pasta com 5 módulos e 4 sub-módulos; Programa Train-Sea-Coast Brasil, 21 a 30 de Maio de 2001, Florianópolis - SC.

Cabral, N.; 1995; "O novo modelo de gestão da Orla Costeira" in Revista de estudos urbanos e sociais – sociedade e território, n.º 22, 'PDM's, PMOT's, PROT's, POOC's... para que queremos estes planos?', pp. 92-101, Edições Afrontamento, Porto, 1995.

Campos, J.; 1989; "O Domínio Público Marítimo, sua Interacção com o Cadastro e o Planeamento"; in Seminário Internacional sobre Cadastro Rústico e Urbano Multifuncional – SICRUM; pp. 1-5; 20 a 25 de Novembro, Lisboa/ Funchal.

Cangueiro, J.; 1990; "A Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional e os Valores Perceptuais como Estruturantes na Utilização da Faixa Costeira (pelas diferentes actividades)", in Actas do '1.º Simpósio sobre a protecção e revalorização da faixa costeira do Minho ao Liz'; 20, 21 e 22 de Junho de 1990, Porto. Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia; Comissão de Coordenação da Região Norte; Comissão de Coordenação da Região Centro; Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos.

Centro de Estudos Geográficos; 1996; "Turismos e Lazeres"; Colectânea de Artigos, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano – 45, Universidade de Lisboa.

Comissão das Comunidades Europeias; 1998; "Relatório Intercalar do Programa de Demonstração sobre a Gestão Integrada das Zonas Costeiras"; Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, COM(97) 744 final de 12 de Janeiro de 1998, Bruxelas. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

Comissão Europeia; 1999; "EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário"; Comunidades Europeias, Luxemburgo.

Comissão Europeia; 1996; "Contributo para a Compreensão Comum dos Conceitos ICZM nas Equipas do Programa de Demonstração Europeu sobre Gestão Integrada das Zonas Costeiras"; Demonstração 96-3 de CZ

Comissão Europeia; 1995; "Europa 2000+ - Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu"; Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro/ MCOTA; 2002; "Carta Verde do Litoral Centro"; 2.^a edição, Lisboa.

Direcção Geral do Turismo; 1994; "Ordenamento Turístico da Zona Litoral do Continente"; coordenado por José Luís Morais Ferreira Mendes, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

DGOT; 1990; "Carta Europeia do Litoral"; SEALOT-MPAT, Lisboa.

Direcção-Geral de Portos; 1986; "Defesa da Costa - Douro-Aveiro"; Ministério da Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Dijk, E.; 1993; "Políticas de Planeamento e Gestão da Orla Costeira", Palestra / Debate, DAO, UA.

Elburg-Velinova, D.; Valverde, C. & Salman, A.; 1999; "Progress of ICZM Development in European Countries: A Pilot Study"; Working Document (Final Draft), EUCC International Secretariat.

EUROCOAST & APRH; 1995; "2º Seminário sobre a Zona Costeira de Portugal – Ordenamento, Gestão e Aproveitamento da Zona Costeira de Portugal", Resumo das Comunicações, 19 a 21 de Junho, Porto.

EUROCOAST-Portugal; 1999; Cursos de Formação "Conceitos sobre Ordenamento e Gestão da Zona Costeira", 2-3 de Março, Porto.

EUROCOAST & UA; 1991; "Seminário sobre A Zona Costeira e os Problemas Ambientais" - Conferências & Comunicações; 18-20 de Setembro.

EUROCOAST & UA; 1996; "Seminário sobre Lagunas Costeiras e Ilhas-Barreira da Zona Costeira de Portugal" - Resumo das Comunicações; 18-20 de Outubro.

European Commission; 2000; "An assessment of the Socio-Economic Cost & Benefits of Integrated Coastal Zone Management", Final Report to The European Commission by the University of Strathclyde.

European Commission; 2000; "Communication for a European Parliament and Council Recommendation concerning the implementation of Integrated Coastal Zone Management in Europe"; COM (2000) 545 final. European Commission, Brussels.

European Commission; 2000; "Communication from the Commission to the Council and the European Parliament on Integrated Coastal Zone Management: a Strategy for Europe"; COM (2000) 547 final. European Commission, Brussels.

European Commission; 1999; "Legal and Regulatory Bodies: Appropriateness to Integrated Coastal Zone Management; DG XI.D.2, Final Report; by John Gibson; MacAlister Elliott & Partners Ltd.

European Commission; 1999; "Towards an European Strategy of Integrated Management"; European Commission, Luxembourg.

European Commission; 1997; "The EU Compendium of Spatial Planning Systems and Policies", in Regional Development Studies", n.º 28, pp. 33-49.

Fernandes, J.; 2000; "Comissão do Domínio Público Marítimo - Conclusão"; in Revista da Armada, Fevereiro de 2000, pp. 5-7.

Fernandes, J.; 2000; "Comissão do Domínio Público Marítimo - 1.ª Parte"; in Revista da Armada, Janeiro de 2000 pp. 17-20.

Fidélis, T.; 2001; "Planeamento Territorial e Ambiente – O caso da envolvente à Ria de Aveiro"; PRINCIPIA , pp. 25-53.

Faludi, A.; 2000; "The European Spatial Development Perspective – What Next?", European Planning Studies, vol. 8, n.3, pp. 238-250.

Gomes, F. V., Pinto, F. T.; 1997; "A Opção 'Protecção' para a Costa Oeste Portuguesa"; in Colectânea de Ideias Sobre a Zona Costeira de Portugal, EUROCOAST PORTUGAL, pp. 163-190.

Direcção Geral do Ambiente; 2000; "Relatório do Estado do Ambiente 1999"; DGA.

Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; 2000; "Relatório do Estado do Ordenamento do Território 1999", DGOTDU.

Healey, P.; 1997; "Collaborative Planning"; Macmillan, pp. 72-87.

Instituto da Água; 1994; "Litoral - O Desafio da Mudança"; Lisboa.

IHRH; 1992; "A Evolução Fisiográfica da Faixa Costeira da Região Centro - Que estratégias de gestão?"; coordenação do trabalho pelo Prof. Doutor Fernando Veloso Gomes.

Instituto da Água/ Ministério do Ambiente; 1997; "A Gestão do Litoral e os Planos de Ordenamento da Orla Costeira".

IPIUF & PMF; 2001; "Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito de Santo António de Lisboa – Diagnóstico Preliminar".

MA; 1998; "PROGRAMA LITORAL 1999".

Ministério do Ambiente; 1998; "Litoral 98 – Uma Estratégia – Um Programa de Acção".

MARN/INAG; 1993; "Gestão do Litoral - Proposta de Estratégia".

MAOT/DRAOT-C; 2001; "Ordenamento de Acessos e Protecção da Duna da Praia da Barra"; Programa Litoral 2001.

MAOT/DRAOT-C; 2001; "Ordenamento de Acessos e Protecção da Duna da Costa Nova Sul – 1.^a fase"; Programa Litoral 2001.

Martins, F. (1997), "Políticas de Planeamento, Ordenamento e Gestão Costeira – contributo para uma discussão metodológica"; dissertação apresentada à Universidade de Aveiro, para obtenção do grau de Doutor em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro.

Martins, F.; Alves, F.; Pinho, L.; Gomes, A.; 2003; 'A New Approach for the Management of Maritime Public Domain (DPM) in the Coastal Zone of Central Portugal'; MEDCOAST 03 International Conference, 7- 11 de Outubro, Ravenna, Itália (aceite para apresentação oral e edição).

Martins, F.; Alves, F.; Pinho, L.; Gomes, A.; Mota Lopes, A.; 2002; "A Novel Way for the Management of Maritime Public Domain (MDP) in the Coastal Zone of Central Portugal"; in Littoral 2002, The Changing Coast; EUROCOAST/ EUCC, 22 a 26 de Setembro, Porto, Portugal, Vol. 3 - pp. 15-22. Editado por EUROCOAST-Portugal. (poster).

Martins, F.; Alves, F.; Pinho, L.; Gomes, A.; Mota Lopes, A.; 2002; "A Identificação das Ocupações do Domínio Público Marítimo como Contributo para a Gestão do Litoral da Zona Centro de Portugal"; V Encontro Nacional de Planeadores do Território; 23 e 24 de Maio, Aveiro.

Martins, F.; Alves, F.; Pinho, L.; Gomes, A.; Mota Lopes, A.; 2002; "A Identificação das Ocupações do Domínio Público Marítimo como Contributo para a Gestão do Litoral da Zona Centro de Portugal"; in 1.º Jornal de Gerenciamento Costeiro Integrado para Países de Língua Oficial Portuguesa, Ano 1, n.º 1; Brasil. p. 24.

Martins, F.; Alves, F.; Pinho, L.; Gomes, A.; Mota Lopes, A.; 2001; "QUEM OCUPA O QUÊ"; in actas do 'I Congresso sobre Planeamento e Gestão do Litoral dos Países de Expressão Portuguesa – Problemas Actuais e Perspectivas Futuras'; 11 a 13 de Outubro, Ponta Delgada, Açores. Edição da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) em CD-Rom.

MEPAT – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; 1998; “Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006 – Uma Visão Estratégica para vencer o Séc. XXI”.

Ministério da Marinha; 1986; “11 - Esclarecimento sobre o procedimento a observar nas delimitações do Domínio Público Marítimo”; in Boletim da Comissão do Domínio Público Marítimo, N.º 100, pp. 79-83.

Ministério da Marinha; 1973; “Parecer doutrinário sobre desafectações de terrenos do Domínio Público Marítimo pelo vogal Professor Doutor Diogo Pinto Freitas do Amaral”; in Boletim da Comissão do Domínio Público Marítimo, N.º 87, pp. 124-130.

Ministério da Marinha; 1963; “16 – Parecer doutrinário sobre o problema da dominialidade das praias ou terrenos adjacentes ao mar”; in Boletim da Comissão do Domínio Público Marítimo, N.º 77, pp. 145-162.

Ministério da Marinha; 1947; “III - Estudo sobre o Domínio Público Marítimo – Dos Direitos de Jurisdição”; in Boletim da Comissão do Domínio Público Marítimo, N.º 5, pp. 28-59.

Ministério da Marinha; 1947; “III - Estudo sobre o Domínio Público Marítimo – Do Domínio Público Marítimo”; in Boletim da Comissão do Domínio Público Marítimo, N.º 4, pp.42-62.

Ministério da Marinha; 1947; “III - Estudo sobre o Domínio Público Marítimo – Generalidades”; in Boletim da Comissão do Domínio Público Marítimo, N.º 3, pp. 33-45.

Ministério da Marinha; 1947; “I - Legislação Aplicável ao Domínio Público Marítimo”; in Boletim da Comissão do Domínio Público Marítimo, N.º 3, pp. 3-9.

Ministério da Marinha; 1946; “II - Legislação aplicável ao Domínio Público Marítimo”; in Boletim da Comissão do Domínio Público Marítimo, N.º 1, p. 5.

Ministério do Meio Ambiente & Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão; 2002; “Projeto Orla – Consolidação do Plano de Intervenção Florianópolis – Projecto Piloto Distrito de Santo Antônio de Lisboa”, (versão preliminar revisada).

Ministério do Meio Ambiente & Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão; 2001; “Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla – Roteiro Metodológico para Classificação da Orla”, (versão para validação).

Ministério do Meio Ambiente & Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão; 2001; “Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla – Roteiro de Plano de Intervenção na Orla”, (versão para validação).

Ministério do Meio Ambiente & Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão; 2001; “Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla – Mecanismos Operacionais: O que é? Como participar?”, (versão para validação).

MOPU; “Política de Costas – Plan de Actuaciones – 1983-1990”; Documentos, pp. 137-147.

Moreira, M. E.; 1984; “*Glossário de Termos Usados em Geomorfologia do Litoral*”, Estudos de Geografia das Regiões Tropicais - 15, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

Muehe, D.; 2001; “Critérios Morfodinâmicos para o Estabelecimento de Limites da Orla Costeira para fins de Gerenciamento”, in Revista Brasileira de Geomorfologia, Volume 2, N.º1, 2001, pp. 35-44, Brasil.

Newman, P. & Thornley, A.; 1996; “The National Framework - Planning Systems”; in Urban Planning in Europe, pp. 27-42, Routledge.

ONU; 1992; “Agenda 21 – Documento da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento”, Capítulo 17 – ‘Protecção dos Oceanos, de todos os Mares, Incluindo os Mares Fechados e Semi-Fechados, e das Zonas Costeiras, e Protecção, Aproveitamento Racional e Desenvolvimento dos Respective Recursos Vivos’, IPAMB (1993), pp. 204-234, Rio de Janeiro.

Pastore, R. & Castro, J.; 2002; “Terrenos de Marinha: Abordagem Catarinense de um Problema Social”; Brasil (não publicado).

Pinho, P.; 1990; “A Eficácia dos Instrumentos de Política de Ambiente na Resolução dos Conflitos Ambientais da Faixa Costeira”, in Actas do ‘1.º Simpósio sobre a protecção e revalorização da faixa costeira do Minho ao Liz’; 20, 21 e 22 de Junho de 1990, Porto, pp. 261-272. Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia; Comissão de Coordenação da Região Norte; Comissão de Coordenação da Região Centro; Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos.

Prefeitura Municipal de Florianópolis; 2000; “Agenda 21 Local do Município de Florianópolis: Meio Ambiente Quem Faz é a Gente”, Florianópolis, SC, Brasil.

Rua, J.; Cruz, M. & Marques, L.; 1996; “A Gestão do Domínio Público Marítimo na Ria de Aveiro: Problemas e Potencialidades”; in Actas da 5ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, Editado por C. Borrego, C. Coelho, L. Arroja, C. Bóia & E. Figueiredo, Aveiro, Vol. III, pp. 2139-2151.

Ribas Junior, S.; 2001; “Retratos de Santa Catarina – aspectos históricos, geográficos, políticos, constitucionais, económicos e sociais”; 4.ª edição, edição do autor; Florianópolis, Brasil.

Rufino, G.; 2000; “Projeto BRA/94/016: normas internacionais; legislação comparada; o património costeiro como instrumento de gestão do litoral”; relatório do consultor; Brasil (não publicado).

Silveira, J.; 2002; “Modelo de Planeamento Federal”, Palestra proferida durante a 9.ª Reunião do CNDRS, 27/02/2002, Brasil.

UA / DRAOT-C; 2002; “Identificação das Ocupações do Domínio Público Marítimo no Troço Ovar - Marinha Grande”; Sistema de Informação Geográfica da DRAOT-Centro, Relatórios Técnicos, MAOT. Elaborado por Martins, F.; Alves, F.; Pinho, L.; Gomes, A., DAO/UA.

LEGISLAÇÃO

Resolução de Conselho de Ministros n.º 22/2003, de 18 de Fevereiro, Diário da República n.º 41, I Série B, de 18 de Fevereiro de 2003, pp. 1060-1077.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 11/2002, de 17 de Janeiro, Diário da República n.º 14, I Série B, de 17 de Janeiro de 2002, pp. 330-358.

Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, Diário da República n.º 129, I Série A, de 4 de Junho de 2001, pp. 3297-3334.

Orientação Normativa GEADE-002, de 12 de Março de 2001, aprovada pela Portaria n.º 162, de 21 de Setembro de 2001, Boletim de Pessoal e Serviço, do Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão, n.º 9.15, de 21 de Setembro de 2001.

Decreto n.º 3.725, de 10 de Janeiro de 2001.

Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L. 327/1 – L. 327/72.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/2000, de 20 de Outubro, Diário da República n.º 243, I Série B, de 20 de Outubro de 2000, pp. 5937-5962.

Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, Diário da República n.º 83, I Série A, de 7 de Abril de 2000, p. 1515.

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, Diário da República n.º 291, I Série A, de 16 de Dezembro de 1999, pp. 8912-8942.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/99, de 5 de Novembro, Diário da República n.º 258, I Série B, de 5 de Novembro de 1999, pp. 7718-7730.

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, Diário da República n.º 222, I Série A, de 22 de Setembro de 1999, pp. 6590-6622.

Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, Diário da República n.º 219, I Série A, de 18 de Setembro de 1999, pp. 647-6436.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/99, de 7 de Abril, Diário da República n.º 81, I Série B, de 7 de Abril de 1999, pp. 1867-1889.

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, Diário da República n.º 184, I Série A, de 11 de Agosto de 1998, pp. 3869-3875.

Decreto-Lei n.º 234/98, de 22 de Julho, Diário da República n.º 167, I Série A, de 22 de Julho de 1998, pp. 3524-3525.

Documento 298A0623 (01), Jornal Oficial n.º L 179, de 23 de Junho de 1998, pp. 0003-0134.

Lei n.º 9.636, de 15 de Maio de 1998, Diário Oficial n.º 92, Seção I, de 18 de Maio de 1998, pp. 2-7.

Portaria n.º 767/96, de 30 de Dezembro, Diário da República n.º 301, I Série B, de 30 de Dezembro de 1996, pp. 4694-4695.

Lei n.º 5/96, de 29 de Fevereiro, Diário da República n.º 51, I Série A, de 29 de Fevereiro de 1996, p. 404.

Decreto-Lei n.º 218/95, de 26 de Agosto, Diário da República n.º 197, I Série A, de 26 de Agosto de 1995, pp. 5394-5395.

Portaria n.º 940/95, de 26 de Julho, Diário da República n.º 171, I Série B, de 26 de Julho de 1995, pp. 4764-4768.

Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho, Diário da República n.º 144, I Série A, de 24 de Junho de 1995, pp. 4095-4098.

Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto, Diário da República n.º 192, I Série A, de 20 de Agosto de 1994, pp. 4846-4849.

Decreto-Lei n.º 108/94, de 23 de Abril, Diário da República n.º 95, I Série A, de 23 de Abril de 1994, p. 1973.

Decreto-Lei n.º 47/94, de 22 de Fevereiro, Diário da República n.º 44, I Série A, de 22 de Fevereiro de 1994, pp. 789-795.

Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, Diário da República n.º 44, I Série A, de 22 de Fevereiro de 1994, pp. 772-789.

Declaração de Rectificação n.º 63/94, de 31 de Maio, Diário da República n.º 126, I Série A, de 31 de Maio de 1994, pp. 2876-(10)-2876-(11).

Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, Diário da República n.º 205, I Série A, de 2 de Setembro de 1993, pp. 4626-4631.

Decreto-Lei n.º 201/92, de 29 de Setembro, Diário da República n.º 225, I Série A, de 29 de Setembro de 1992, pp. 4575-4576.

Decreto-Lei 302/90, de 26 de Setembro, Diário da República n.º 223, I Série, de 20 de Setembro de 1990, pp. 3982-3986.

Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, Diário da República n.º 65, I Série, de 19 de Março de 1990, pp. 1350-1354.

Decreto-Lei n.º 70/90, de 2 de Março, Diário da República n.º 51, I Série, de 2 de Março de 1990, pp. 887-893.

Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, Diário da República n.º 136, I Série, de 14 de Junho de 1989, pp. 2318-2327.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de Outubro de 1988, Senado Federal.

Lei n.º 7.661/88, de 16 de Maio.

Decreto n.º 2398, de 21 de Dezembro de 1987.

Decreto-Lei n.º 89/87, de 26 de Fevereiro, Diário da República n.º 48, I Série, de 26 de Fevereiro de 1987, pp. 858-860.

Instrução Normativa n.º 01/86, de 9 de Setembro de 1986.

Lei n.º 2193/85, de 3 de Janeiro de 1985.

Decreto-Lei n.º 292/80, de 16 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 1561/77, de 13 de Julho.

Decreto-Lei n.º 53/74, de 15 de Fevereiro.

Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, Diário do Governo n.º 260, de 5 de Novembro de 1971, I Série, pp. 1674-1680.

Decreto-Lei n.º 48784, de 21 de Dezembro de 1968.

Decreto-Lei n.º 9760, de 5 de Setembro de 1946.

Decreto-Lei n.º 12445, de 29 de Setembro de 1926, Diário do Governo n.º 224, I Série, de 29 de Setembro de 1926.

WEB SITES

<http://www.ccr-c.pt>

<http://www.coastalguide.org>

<http://www.dgotdu.pt>

<http://www.dra-centro.pt>

<http://www.icn.pt>

<http://www.inag.pt>

<http://www.maurinho.pro.br/mapas>

ANEXOS

ANEXO 1

Instrumentos de Ordenamento do Território

Este primeiro anexo refere-se aos instrumentos de Ordenamento do Território que constituem o Sistema de Planeamento Português. Como complemento desta dissertação, considera-se importante uma apresentação mais pormenorizada dos mesmos.

Com a criação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, com regime jurídico no Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro) o sistema de gestão territorial ficou estruturado em três âmbitos: nacional, regional e municipal.

Os instrumentos de âmbito nacional do sistema de gestão territorial são: o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os Planos Sectoriais com incidência territorial e os Planos Especiais de Ordenamento do Território, que compreendem os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP), os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) e os Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

É no PNPOT que é estabelecido o conjunto das grandes directrizes e orientações para o ordenamento de todo o território português, de acordo com a organização do território da União Europeia. É um instrumento de desenvolvimento territorial e de natureza estratégica que define o quadro estratégico dos PMOT e dos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT), em conjunto com os PROT.

Os Planos Sectoriais são instrumentos de programação que concretizam as opções definidas no PNPOT de acordo com os PROT, ou seja, este tipo de planos programam e concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social dos diversos sectores da administração, nomeadamente transportes, comunicações, energia e recursos geológicos, educação e formação, cultura, saúde, habitação, turismo, agricultura, comércio, indústria, florestas e ambiente.

Relativamente ao âmbito regional, deste fazem parte os PROT, os quais são considerados instrumentos de carácter programático e normativo visando o correcto ordenamento e desenvolvimento territorial, a nível regional, e integrando as regras definidas no PNPOT, devendo constituir o quadro de referência para a elaboração dos PMOT.

Os PROT definem as redes regionais de infra-estruturas e transportes e estabelecem as orientações para o ordenamento do território regional de acordo com as directrizes definidas a nível nacional e tendo em conta a evolução demográfica e as perspectivas de

desenvolvimento económico, social e cultural, dando assim as indicações para todo o território de abrangência, inclusive o Domínio Público Marítimo se tal se aplicar.

Os PIOT e os PMOT constituem o âmbito municipal. Estes últimos compreendem os Planos Directores Municipais (PDM), os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP).

Os PIOT são instrumentos de desenvolvimento territorial que podem abranger a totalidade ou apenas parte da área territorial de dois ou mais municípios, que asseguram a articulação entre o PROT e os PMOT, visando articular as estratégias de desenvolvimento económico e social dos municípios envolvidos para a definição de um modelo de organização de todo o território abrangido, podendo trazer grandes vantagens, nomeadamente ao nível da protecção da natureza e da qualidade ambiental através da elaboração de directrizes para o uso integrado dessa área.

Os PMOT têm como principais objectivos: definir e estabelecer os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo; compatibilizar as diversas intervenções sectoriais; desenvolver e pormenorizar regras e directivas estabelecidas em planos de nível superior; fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais ou de planos de carácter sub-regional, regional ou nacional.

Os PDM são planos nos quais, abrangendo todo o território municipal, é definido um modelo de organização para essa área. Esse modelo estabelece: 1) a definição e caracterização da área de intervenção; 2) a definição dos sistemas de protecção dos valores naturais e culturais; 3) os objectivos prosseguidos, os meios disponíveis e as acções propostas; 4) a identificação das áreas e a definição de estratégias relativas às diferentes actividades e usos do solo; 5) a referenciação espacial dos usos e das actividades; 6) a identificação e a delimitação dos perímetros urbanos; 7) a definição de programas na área habitacional; 8) a especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento; 9) a definição das unidades operativas de planeamento e gestão; 10) a programação das acções de reforma, de melhoramento ou de execução das infra-estruturas; 11) a identificação de condicionantes, designadamente reservas e zonas de protecção; 12) as condições de actuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de excepção, bem como sobre áreas degradadas em geral; 13) as condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal; 14) a identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação e cedência, bem como a definição das respectivas regras de gestão; 15) os

critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nos planos de pormenor e nas unidades operativas de planeamento e gestão; 16) a articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis; 17) o prazo de vigência e as condições de revisão (Decreto-Lei n.º 380/99, Art. 87º).

Num PU é definida a organização espacial de uma determinada parte do território municipal que exija uma intervenção integrada. (Decreto-Lei n.º 380/99, Art. 89º) Um PU visa a definição e caracterização da área de aplicação identificando: 1) os valores culturais e naturais a proteger; 2) a concepção geral da forma urbana, assegurando a definição da escala dos volumes e a unidade do desenho urbano; 3) a explicitação do zonamento através da identificação do perímetro e, dentro deste, das áreas afectas às diversas categorias e subcategorias de espaços; 4) os indicadores e os parâmetros urbanísticos aplicáveis a cada uma das categorias e subcategorias de espaços; 5) as unidades e subunidades operativas de planeamento e gestão; 6) os locais destinados à instalação de equipamentos e zonas verdes; 7) o traçado esquemático da rede viária e das infra-estruturas principais (Decreto-Lei n.º 380/99, Art. 90º).

Os PP desenvolvem e concretizam propostas de organização do território municipal definido com detalhe, no caso de área urbana, a concepção da forma urbana e servindo de base aos projectos de execução das infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores (Decreto-Lei n.º 380/99, Art. 92º, Ponto1). Os PP estabelecem, nomeadamente: 1) a definição e caracterização da área de aplicação identificando, quando se justifique, os valores culturais e naturais a proteger; 2) a situação fundiária da área de aplicação procedendo, quando necessário, à sua transformação; 3) o desenho urbano, exprimindo a modelação do terreno, os volumes, os alinhamentos, as implantações e os traçados; 4) os indicadores e os parâmetros urbanísticos incluindo os relativos a ocupação e a utilização do solo, área dos pavimentos e respectivos usos, número máximo de fogos, número de pisos e cérceas; 5) as operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes; 6) a natureza e a localização dos equipamentos e das zonas verdes (Decreto-Lei n.º 380/99, Art. 93º, Ponto1).

ANEXO 2

Taxa de Utilização de Ocupação dos Terrenos de Domínio Público Marítimo

Neste anexo são apresentados, a título de exemplo, a fórmula de cálculo do valor da taxa de utilização de ocupação de terrenos de Domínio Público Hídrico, bem como uma tabela elaborada pela DRAOT-C com o valor das taxas em 2001

Segundo o Decreto-lei n.º 47/94, de 22 de Fevereiro, a taxa de utilização de ocupação de terrenos calcula-se através da seguinte fórmula:

$$T = O \times K3$$

em que **T** é o valor da taxa, em escudos ; **O** é a área do terreno ; **K3** é igual a **0,05 x p** sendo **K3** o valor de cada metro quadrado de terreno, em escudos, e **p** igual ao valor médio de cada metro quadrado de terreno na área contígua à área ocupada.

Na tabela seguinte pode visualizar-se o valor das taxas, aplicadas em 2001, pelo uso e ocupação do Domínio Público Marítimo sob jurisdição da DRAOT-C.

Taxas aplicadas pelo uso e ocupação do DPM, pela DRAOT-C, 2001

TAXAS 2001 (100%)

		APOIOS DE PRAIA		EQUIPAMENTOS HOTELARIA E SIMILARES E ACTIVIDADES DO SECTOR TERCIÁRIO	HABITAÇÃO por /m2/ano	OUTRAS OCUPAÇÕES
		PERMANENTES por m2/ano	SAZONAIS			
INAG/ICN	Centros Urbanos	K3 = 2.000\$ /m2/ano	K3 = 1.000\$ /m2/ano	K3 = 6.000\$ /m2/ano	- Pesca e actividades afins K3 = 100\$ /m2/ano - 1ª habitação K3 = 1.000\$ /m2/ano - 2ª habitação K3 = 6.000\$ /m2/ano	- Culturas biogenéticas K3 = 10\$ /m2/ano - Edifícios para outros fins (armazéns, instalações sanitárias em edifício autónomo, etc.) K3 = 500\$ /m2/ano - Esplanadas e utilizações associadas a recreio e lazer (piscinas, jardins, etc.) e estacionamento K3 = 100\$ /m2/ano - Ocupações ocasionais (circo, feiras, etc.) K3 = 6.000\$ /m2/ano
	Zona não Urbana	K3 = 1.500\$ /m2/ano	K3 = 750\$ /m2/ano	K3 = 4.500\$ /m2/ano	- Pesca e actividades afins K3 = 75\$ /m2/ano - 1ª habitação K3 = 750\$ /m2/ano - 2ª habitação K3 = 4.500\$ /m2/ano	- Culturas biogenéticas K3 = 5\$ /m2/ano - Edifícios para outros fins (armazéns, instalações sanitárias em edifício autónomo, etc.) K3 = 350\$ /m2/ano - Esplanadas e utilizações associadas a recreio e lazer (piscinas, jardins, etc.) e estacionamento K3 = 750\$ /m2/ano - Ocupações ocasionais (circo, feiras, etc.) K3 = 4.500\$ /m2/ano

* No caso destas estruturas serem desmontáveis, pagarão apenas o valor que se refere ao período em que ocuparem os terrenos do DPM, calculado em meses

Nota: valores base para 2001 sujeitos à inflação nos anos subsequentes

Fonte: <http://www.ccr-c.pt/~draotc/pdf/Lugares%20a%20concurso-pdf>

ANEXO 3

Caracterização da Área de Estudo Litoral Centro de Portugal

Neste anexo é apresentada uma breve caracterização do troço Ovar - Marinha Grande (área de estudo em Portugal), elaborada com base em Barroco *et al.*, 1999.

Caracterização da Área de Estudo (Barroco *et al.*, 1999)

DOMÍNIO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Clima	Clima ameno, com precipitação baixa e valores de insolação significativos no Verão.	Ocorrência de nevoeiros e 'nortadas' nos meses de Verão.
Geomorfologia	Existência de formas morfológicas de elevado interesse, nomeadamente cabos, arribas, escolhos, leixões, lagunas, etc., destacando-se a Serra da Boa Viagem e a Ria de Aveiro.	Erosão ao longo de toda a costa e degradação do sistema dunar.
Recursos Minerais	Existência de recursos minerais não metálicos e energéticos.	Exploração de areias pouco disciplinada, gerando problemas de desequilíbrio ambiental costeiro e contribuindo para a erosão costeira.
Recursos Hídricos	Cursos de água com grande volume de caudais: Vouga, Mondego e Lis; aquíferos de grande potencialidade e com níveis baixos de contaminação; Maioria das praias com águas balneares de boa qualidade.	Grande pressão humana exercida sobre os sistemas aquáticos de água doce; Grande incidência de poluição difusa sobre os sistemas de águas superficiais; Algumas praias com águas impróprias para uso balnear.
Biota Terrestre	Áreas com elevado interesse florístico e fitocenótico; Zonas Húmidas com importância internacional (Ria de Aveiro) e nacional (Estuário do Mondego e Barrinha de Esmoriz); Sistemas Dunares de grande interesse (Dunas de Mira, Dunas de Ílhavo e Vagos, Pinhal do Urso e Pinhal de Leiria); Áreas naturais e paisagísticas diversificadas e importantes; Potencialidades de desenvolvimento turístico baseado nos valores naturais.	Grande vulnerabilidade dos ecossistemas, associados a um desadequado uso do solo e a problemas de poluição; pressão recreativa e turística incontrolada; Ineficácia do regime de protecção dos valores naturais; Ausência de identificação exacta das áreas naturais com maior sensibilidade ecológica.
Fauna e Flora Marinhas	Existência de habitats rochosos ricos: Cabo Mondego, Pedrógão e S. Pedro de Moel;	Degradação ambiental devido à exploração de inertes e de efluentes lançados;

	<p>Existência de alguns sistemas salobros particularmente sensíveis (Ria de Aveiro e Estuário do Mondego);</p> <p>Área importante para a reprodução do boto;</p> <p>- Características favoráveis à prática da pesca desportiva.</p>	<p>Poluição na generalidade dos sistemas salobros e dulçaquícolas;</p> <p>Elevada artificialização dos leitos e margens.</p>
Dinâmica Costeira	<p>Existência de pontos fixos naturais: Cabo Mondego e promontórios de Pedrógão e S. Pedro de Moel;</p> <p>Existência de pontos fixos artificiais: molhes norte das barras de Aveiro e do Mondego.</p>	<p>Grande déficit de alimentação sedimentar;</p> <p>Extracção de areia nas praias de S. Jacinto e Figueira da Foz;</p> <p>Diversas frentes marítimas em recessão;</p> <p>Debilidade do cordão dunar remanescente.</p>
População	<p>Estabilidade ou aumento da população no conjunto da faixa costeira e na maioria dos aglomerados.</p>	<p>Diminuição da população em aglomerados mais dependentes de actividades tradicionais em declínio;</p> <p>Fraco nível de rendimento económico e problemas sociais.</p>
Rede Urbana/ Aglomerados	<p>Existência de uma rede de centros de nível superior sub-regional distribuídos ao longo da faixa costeira e que lhe servem de suporte: Aveiro, Figueira da Foz e Leiria;</p> <p>Povoamento nucleado junto à costa;</p> <p>Relativa pequena dimensão dos aglomerados.</p>	<p>Dispersão do povoamento e crescimento linear dos aglomerados na faixa litoral adjacente;</p> <p>Fraco nível de equipamento e infra-estruturação dos aglomerados litorais;</p> <p>Percentagem elevada de 2.ª habitação;</p> <p>Problemas de circulação e estacionamento na época balnear.</p>
Infra-estruturas	<p>Boa acessibilidade de toda a faixa costeira.</p>	<p>Má qualidade e mau estado de conservação de algumas estradas;</p> <p>Má qualidade dos serviços de transporte público regular de passageiros;</p> <p>Problemas de circulação e estacionamento na época balnear;</p> <p>Falta de controlo no acesso motorizado a algumas áreas de praias e dunas.</p>
Agricultura	<p>Forte potencial agrícola das áreas limítrofes da Ria de Aveiro;</p> <p>Articulação histórica mantida entre a actividade agrícola e a pesca local;</p> <p>Importante produção leiteira;</p>	<p>Abandono da prática agrícola;</p> <p>Reduzida dimensão média da propriedade;</p> <p>Fraca capacidade de retenção do emprego.</p>

	<p>Existência de uma mancha florestal qualificada;</p> <p>Carácter de complementaridade na produção e rendimento face a outras actividades económicas.</p>	
Pesca	<p>Existência de dois portos de pesca: Aveiro e Figueira da Foz;</p> <p>Bom nível de infra-estruturação dos referidos portos;</p> <p>Articulação da actividade piscatória com a agricultura;</p> <p>Efeito de atracção proporcionado pela arte xávega;</p> <p>Interesse regional da actividade piscatória.</p>	<p>Deficiente/ inexistente infra-estruturação dos núcleos piscatórios de pequena e média dimensão;</p> <p>Conflitos de ordem legal e ambiental, provocados pela utilização da arte xávega;</p> <p>Desaparecimento lento, mas gradual, da arte xávega;</p> <p>Indefinição quanto ao futuro dos núcleos piscatórios de pequena dimensão;</p> <p>Redução de capturas decorrentes da redução de recursos existentes.</p>
Aquicultura	<p>Capacidade de reconversão das salinas abandonadas;</p> <p>Aptidão e potencial natural para o desenvolvimento da actividade;</p> <p>Representatividade a nível nacional de algumas espécies produzidas;</p> <p>Contribuição para uma maior diversificação e reconversão da actividade económica local.</p>	<p>Vulnerabilidade a situações de roubo;</p> <p>Processo de licenciamento da actividade muito complexo;</p> <p>Custos de produção e de manutenção muito elevados;</p> <p>Ausência de tratamento dos afluentes dos viveiros.</p>
Salinicultura	<p>Elemento de divulgação turística.</p>	<p>Actividade com fraca rentabilidade;</p> <p>Desactivação das salinas.</p>
Actividade Portuária	<p>Existência de dois portos comerciais com elevados níveis de infra-estruturação: Aveiro e Figueira da Foz;</p> <p>Efeito de promoção da articulação do tecido económico da região com o exterior;</p> <p>Contribuição para a fixação da actividade industrial nas zonas de influência.</p>	<p>Saturação de algumas infra-estruturas;</p> <p>Desarticulação entre os diversos modos de transporte.</p>

Turismo	<p>Zonas naturais de importante valor cénico, paisagístico e ambiental;</p> <p>Dotação em parques de campismo;</p> <p>Recursos para o turismo em águas de interior;</p> <p>Património etnográfico associado à pesca e às salinas;</p> <p>Desenvolvimento de iniciativas de promoção de actividades desportivas, educativas e culturais.</p>	<p>Elevada dependência dos movimentos turísticos do produto sol-praia;</p> <p>Estado do tempo e do mar;</p> <p>Elevada sazonalidade da actividade;</p> <p>Escassez da oferta turística oficial e generalizada fraca qualidade dos estabelecimentos hoteleiros existentes;</p> <p>Deficiências em equipamentos de animação e apoio ao sector;</p> <p>Fraco dinamismo dos agentes turísticos.</p>
Praias	<p>Grandes extensões de areal;</p> <p>Boa qualidade das águas balneares.</p>	<p>Existência de situações de sobre-ocupação durante a época balnear;</p> <p>Existência de zonas sujeitas a poluição hídrica;</p> <p>Degradação do sistema dunar;</p> <p>Falta de fiscalização sobre os usos/ actividades desta área.</p>

Estes são alguns dos aspectos que se consideram mais importantes na caracterização da área de estudo.

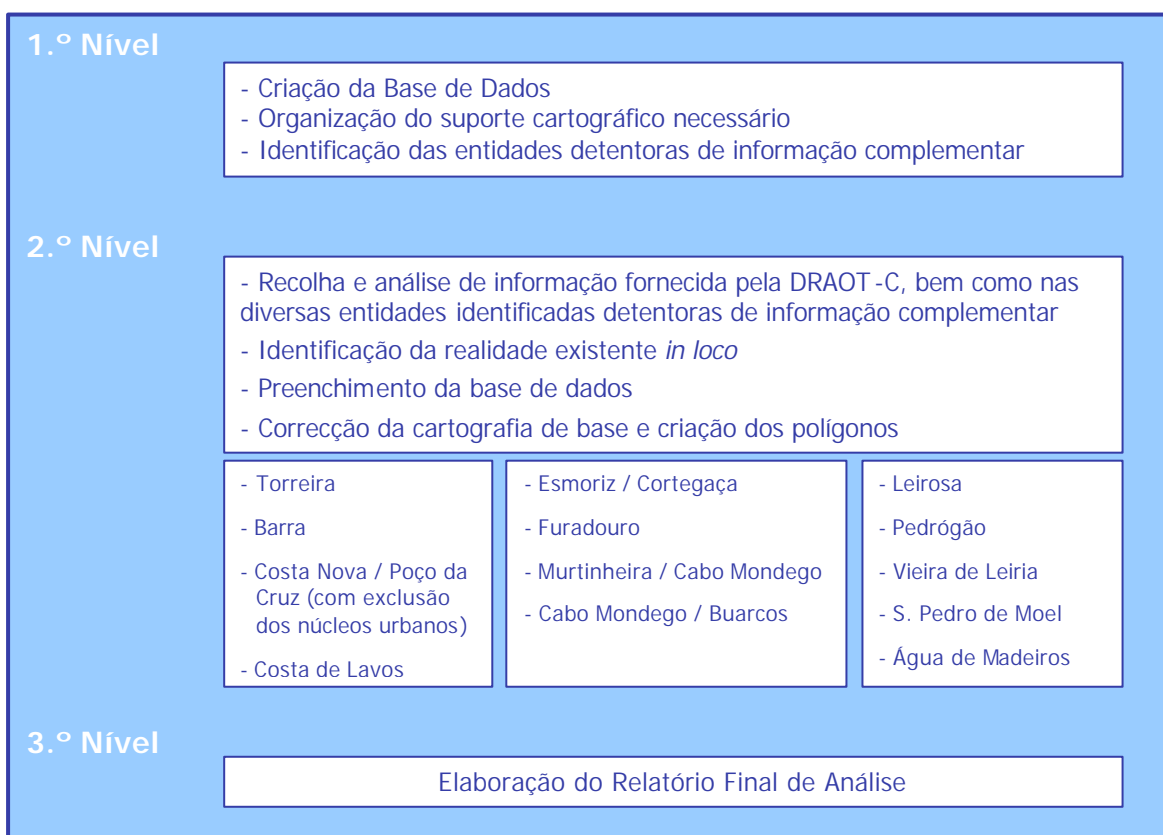
ANEXO 4

**Trabalho desenvolvido pela Universidade de
Aveiro para Integração no Sistema de
Informação Geográfica da DRAOT-C**

Com este anexo pretende-se clarificar o trabalho desenvolvido pela Universidade de Aveiro (UA), para a Direcção Regional do Ordenamento do Território do Centro (DRAOT-C), terminado em 2002, cujo objectivo foi a identificação e caracterização das ocupações do Domínio Público Marítimo, no troço Ovar - Marinha Grande.

Este estudo foi elaborado apenas para algumas praias e troços do Litoral Centro, definidos pela DRAOT-C, mas nem todas estas áreas tinham o Domínio Público Marítimo limitada oficialmente, tendo-se procedido nestes casos à identificação das ocupações com base em demarcações propostas pela DRAOT-C.

No desenrolar dos trabalhos foi utilizada a seguinte metodologia:



Fonte: UA / DRAOT-C, 2002

No sentido de recolher o máximo de informação possível, foram consultadas diversas entidades, para além da DRAOT-C, nomeadamente o INAG, a Comissão do Domínio Público Marítimo, as Capitánias, as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, as Conservatórias do Registo Predial, bem como as Repartições de Finanças.

Toda a informação recolhida serviu para preencher, de forma individual relativamente a cada ocupação, a Base de Dados criada, a qual foi dividida em seis campos gerais, a

saber: Identificação da Licença; Identificação do Requerente; Edifício; Identificação da Praia; Observações; os quais foram ainda subdivididos em campos mais específicos.

A par deste processo de integração da informação na Base de Dados, foram geo-referenciadas todas as ocupações identificadas, para posteriormente ser feita a ligação entre ambos os registos, no SIG Litoral Centro da DRAOT-C.

Relativamente aos resultados obtidos, verifica-se na tabela seguinte que são os aglomerados localizados mais a Sul os que apresentam, regra geral, um maior número de ocupações localizadas em áreas de Domínio Público Marítimo, em contraponto aos aglomerados do Norte que apresentam um número mais reduzido.

Quantificação das ocupações do DPM na Região Centro (UA/ DRAOT-C, 2002)

CONCELHOS	AGLOMERADOS		N.º OCUPAÇÕES
Ovar	Esmoriz	X	30
	Cortegaça	X	33
	Furadouro	X	25
Murtosa	Torreira	X	21
Aveiro	S. Jacinto	-	-
Ílhavo	Barra	X	23
	Costa Nova	X	60
Vagos	Vagueira/ Areão	X	
Mira	Praia de Mira	X	
Cantanhede	Tocha	-	-
Figueira da Foz	Quiaios/ Murtinheira	X	10
	Tamargueira	X	19
	Buarcos	-	-
	Figueira da Foz	-	-
	Cova de Gala	-	-
	Costa de Lavos	X	41
	Leirosa	X	69
Leiria	Pedróvão	X	81
Marinha Grande	Vieira	X	65
	S. Pedro de Moel	X	81
	Água de Madeiros	X	6

(X) Aglomerado pertencente à área de estudo (-) Aglomerado não pertencente à área de estudo

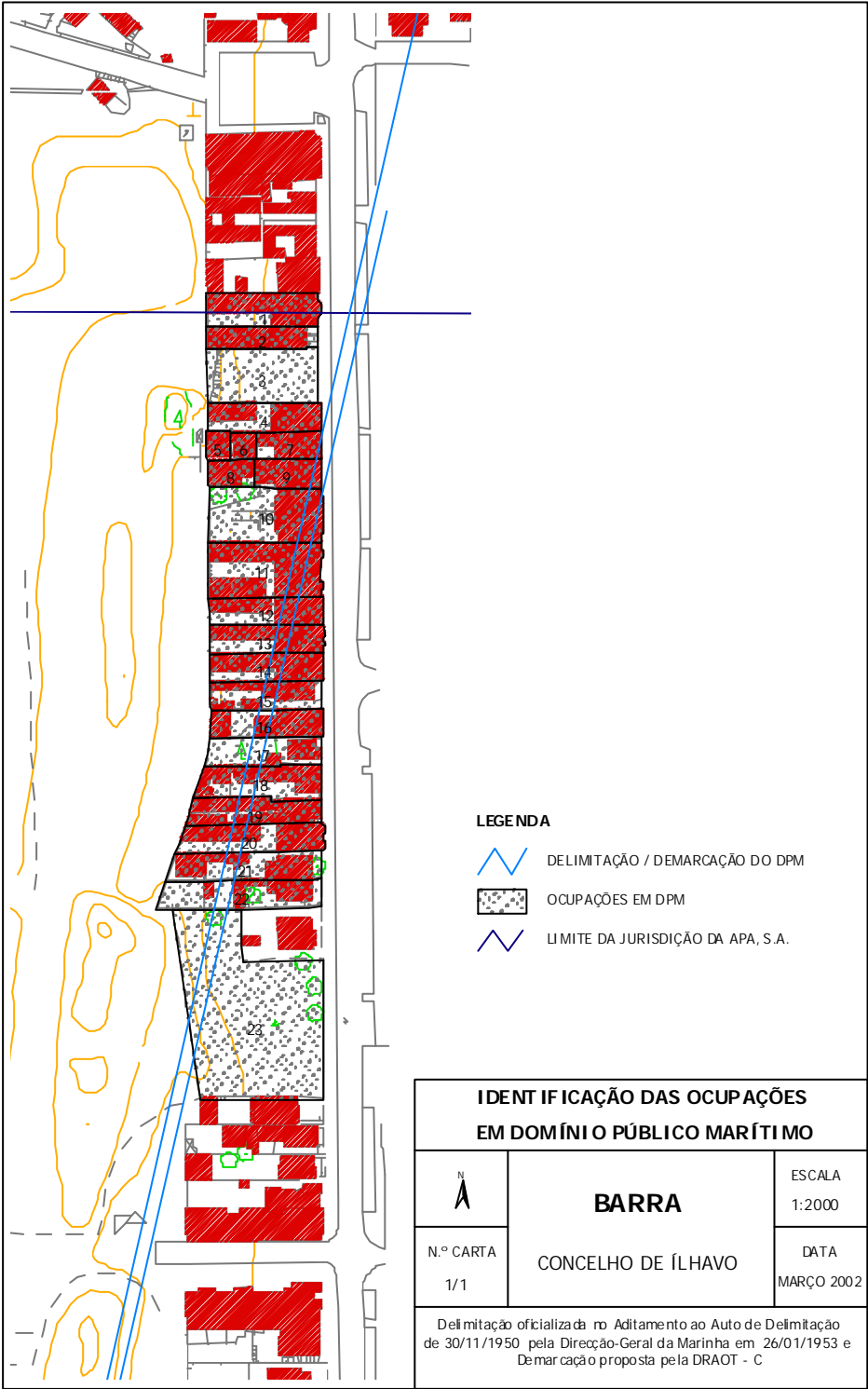
Constatou-se, ainda, que das 564 ocupações identificadas, apenas 5 tinham licença, as quais se encontravam desactualizadas.

Com a realização deste trabalho concluiu-se, também, que não existe uma sensibilização dos actores locais para os problemas das áreas costeiras, o que dificulta todo o seu processo de gestão.

ANEXO 5

Identificação e Caracterização das Ocupações do Domínio Público Marítimo na Praia da Barra

Neste anexo apresenta-se a identificação e a caracterização das ocupações localizadas em Domínio Público Marítimo, na Praia da Barra, sob jurisdição da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro (trabalho realizado pela Universidade de Aveiro para introdução a DRAOT-C, 2002).



Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="SIGMA - Sociedade de Construção Civil, Lda"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="501995242"/>	Morada	<input type="text" value="Rua da Murta"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3770-216 Oliveira do Bairro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 128 A - Praia da Barra"/>
Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Condomínio	FRACÇÕES: A - Alcides Joaquim Ferreira Duarte; NIF: 105067849
Fotografia	Ano de Construção <input type="text" value="1991"/>
	Área do Terreno (m2) <input type="text" value="470"/>
	Área de Implantação (m2) <input type="text" value="194"/>
	Material <input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação <input type="text" value="Bom"/>
	N.º de Fogos <input type="text" value="6"/>
	N.º de Pisos <input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional <input type="text" value="Habitação e Comércio"/>
	Situação <input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>
Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:

INAG:

CÂMARA MUNICIPAL: Processo de Obras n.º 209/91

CONS. DO REGISTO PREDIAL:

REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 6317 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Maria Arlete Ferreira Duarte"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="142121444"/>	Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 122 - Tras. - Praia da Barra"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 122 - Tras. - Praia da Barra"/>
Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Condomínio	<input type="text"/>
Fotografia	Ano de Construção
	<input type="text" value="1980"/>
	Área do Terreno (m2)
	<input type="text" value="327"/>
	Área de Implantação (m2)
	<input type="text" value="255"/>
	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Bom"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="5"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="2"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>
Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL: 01019/281086
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 4085 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande

IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Albino Peralta Vieira"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="115443134"/>	Morada	<input type="text" value="Vale de Ílhavc"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3830 Ílhavc"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="792"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Fotografia	Material
	<input type="text"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Sem uso"/>
	Situação
	<input type="text" value="Desocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavc"/>		

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:

INAG:

CÂMARA MUNICIPAL:

CONS. DO REGISTO PREDIAL: 03063/170389 (art.º 8) e 03062/170389 (art.º 9)

REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 8 e 9 na matriz rústica (a área do terreno é o resultado da soma das duas áreas enunciadas nos artigos)

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="SIGMA - Sociedade de Construção Civil, Lda"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="501995242"/>	Morada	<input type="text" value="Rua da Murta"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3770-216 Oliveira do Bairro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>
Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Condomínio	<input type="text" value="A - Eduardo Castelões Ferreira da Silva;
NIF: 103154566
B e C - Joaquim Pereira Fernandes;"/>
Fotografia	
	Ano de Construção
	<input type="text" value="1991"/>
	Área do Terreno (m2)
	<input type="text" value="413"/>
	Área de Implantação (m2)
	<input type="text" value="273"/>
	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Médio"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="6"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação e Comércio"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

<u>Plano de Praia</u>	<input checked="" type="checkbox"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>
Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL:
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 5590 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande

IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="José Soares Pereira"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="101980396"/>	Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 134 B - Praia da Barra"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação

Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 3 - Praia da Barra"/>
Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Condomínio	<input type="text"/>

Fotografia



Caracterização

Ano de Construção	<input type="text" value="1983"/>
Área do Terreno (m2)	<input type="text" value="87"/>
Área de Implantação (m2)	<input type="text" value="82"/>
Material	<input type="text" value="Alvenaria"/>
Estado de Conservação	<input type="text" value="Médio"/>
N.º de Fogos	<input type="text" value="1"/>
N.º de Pisos	<input type="text" value="2"/>
Uso Funcional	<input type="text" value="Habitação"/>
Situação	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>		
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL: 04473/180292
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 4289 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Adelino Duarte Pereira"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="115453024"/>	Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 134 A - Praia da Barra"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text" value="1987"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="93"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text"/>	<input type="text" value="87"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Médio"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="1"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="2"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

<u>Plano de Praia</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>		

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL: 07353/001030
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 4861 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="António Augusto da Roetta"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="113936036"/>	Morada	<input type="text" value="Rua Dr. Sá Carneiro, n.º 7"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3840-444 Vagos"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text" value="1995"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="203"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text" value="A - Alice Vieira e Filhos, Lda.;
NIF: 502647000
B - Mário Ataíde Pereira da Cruz;"/>	<input type="text"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Bom"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="8"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação e Comércio"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

<u>Plano de Praia</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>		

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL:
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 6347 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Manuel José de Pinho"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="143342606"/>	Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 140 - Praia da Barra"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text" value="234 369 253"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 140 - Praia da Barra"/>
Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Condomínio	<input type="text"/>
Fotografia	
	Ano de Construção
	<input type="text" value="1949"/>
	Área do Terreno (m2)
	<input type="text" value="168"/>
	Área de Implantação (m2)
	<input type="text" value="128"/>
	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Mau"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="2 - 2 T0"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="1"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>		
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C: REN 746/00 (Este processo encontra-se no nome de Maria Albertina Soares Lopes de Pinho, contribuinte n.º 143342614)
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL: Processo de Obras n.º 91/49 (construção de 2 moradias geminadas)
CONS. DO REGISTO PREDIAL: 01523/060587
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 1425 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Manuel José de Pinho"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="143342606"/>	Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 140 - Praia da Barra"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text" value="234 369 253"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 140 - Praia da Barra"/>	<input type="text" value="1977"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="258"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text"/>	<input type="text" value="251"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Bom"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Comércio e Serviços"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>		

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL: Processo de Obras n.º 17/77
CONS. DO REGISTO PREDIAL: 04470/180292
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 3784 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Ilídio de Lima Pereira"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="169453383"/>	Morada	<input type="text" value="Rua da Aviação Naval, n.º 16 - 1º Esq."/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3810-053 Aveiro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text" value="1991"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="766"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text" value="A - António de Vasconcelos Marques;
NIF: 188924965
B - José António Figueiredo Santos;"/>	<input type="text" value="337"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Bom"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="16"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>		

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL:
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 5563 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text"/>	Morada	<input type="text"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
Código Postal	Área do Terreno (m2)
Condomínio	Área de Implantação (m2)
	Material
Fotografia	Estado de Conservação
	N.º de Fogos
	N.º de Pisos
	Uso Funcional
	Situação

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

<u>Plano de Praia</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>
Concelho	<input type="text" value="Ilhavo"/>		

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL:
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS:

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Manuel de Oliveira Simões Vinagre"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="143913050"/>	Morada	<input type="text" value="Rua da Capela Nova - Aradas"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3810-407 Aveiro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text" value="1991"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="403"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text" value="A - António Dias Lemos;
NIF: 172282152
B - Celeste Gonçalves Dias;"/>	<input type="text" value="150"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Médio"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="7"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação e Comércio"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia <input checked="" type="checkbox"/>			
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL: 02153/180188
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 5591 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Domingos dos Santos Bartolo"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="173569722"/>	Morada	<input type="text" value="Rua dos Precusores"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3870 Bunheiro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="397"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Médio"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="7"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação e Comércio"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>
Concelho	<input type="text" value="Ilhavo"/>
Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL:
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS:
As 7 fracções pertencem ao mesmo proprietário

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Mário Santos Cura"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="171203232"/>	Morada	<input type="text" value="Rua das Pombas, n.º 20"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3800 Aveiro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text" value="1981"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="401"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text"/>	<input type="text" value="311"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Bom"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="6"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação e Comércio"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>
Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:

INAG:

CÂMARA MUNICIPAL: Processo de Obras n.º 200/81

CONS. DO REGISTO PREDIAL: 04012/150191

REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 4642 na matriz urbana e sob o art.º n.º 1646 na matriz rústica

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Albino Peralta Vieira"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="115443134"/>	Morada	<input type="text" value="Vale de Ílhavc"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3830 Ílhavc"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text" value="1968"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="422"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text"/>	<input type="text" value="163"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Médio"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="1"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="1"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

<u>Plano de Praia</u>	<input checked="" type="checkbox"/>		
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavc"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL: 02769/131088 (referente aos dois artigos e engloba dois prédios de habitação)
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 1883 e 1680 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Ação	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Manuel Marques Portela"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="110808908"/>	Morada	<input type="text" value="Rua João Gonçalves Neto, n.º 198 - Aradas"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3810-386 Aveiro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text" value="1986"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="390"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text"/>	<input type="text" value="150"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Médio"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="6"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação e Comércio"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>		
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Concelho	<input type="text" value="Ilhavo"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:

INAG:

CÂMARA MUNICIPAL:

CONS. DO REGISTO PREDIAL: 00470/291185 (artigo n.º 4728)

REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 4728 na matriz urbana e sob o art.º n.º 14 na matriz rústica

As 6 fracções pertencem ao mesmo proprietário

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Constrave - Construções de Aveiro, Lda"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="500072230"/>	Morada	<input type="text" value="Av. Araújo e Silva, n.º 109 - r/c"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3810-049 Aveiro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="414"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional
	<input type="text"/>
	Situação
	<input type="text" value="Em construção"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>		
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Concelho	<input type="text" value="Ilhavo"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL:
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 5417 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Ação	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Queirós Filipe Ribau (*)"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="102064920"/>	Morada	<input type="text" value="Rua Júlio Dinis"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3830 Gafanha da Nazaré"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text" value="1969"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="501"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text"/>	<input type="text" value="267"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Bom"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="1 + 1/2"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>		
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Concelho	<input type="text" value="Ilhavo"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL: 01375/250387
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 2388 na matriz urbana
(*) o edifício tem dois proprietários nas proporções de 1/2 cada; o outro é Gilberto Filipe Ribau (1/2) contribuinte n.º 102064911

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="António da Silva Madaleno, Herdeiros de"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text"/>	Morada	<input type="text"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="477"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text"/>	<input type="text" value="403"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Bom"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="1"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>		
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>	Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>	Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>	Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL:
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS:

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande


IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="SIGMA - Sociedade de Construção Civil, Lda"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="501995242"/>	Morada	<input type="text" value="Rua da Murta"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3770-216 Oliveira do Bairro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	Ano de Construção
<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>	<input type="text" value="1992"/>
Código Postal	Área do Terreno (m2)
<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>	<input type="text" value="523"/>
Condomínio	Área de Implantação (m2)
<input type="text" value="A - Manuel dos Reis Bartolomeu;
NIF: 118017438
B - Carlos Adriano de Abrantes Tavares;
NIF: 118017438"/>	<input type="text" value="320"/>
Fotografia	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Médio"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="7"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação e Comércio"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>
Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL: 02655/190788
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito sob o art.º n.º 5781 na matriz urbana

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande

IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="António Morgado Gonçalves"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="171182324"/>	Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 176 - Praia da Barra"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3830 Gafanha da Nazaré3830-751 Gafanha"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real, n.º 176 - Praia da Barra"/>
Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Condomínio	<input type="text"/>
Fotografia	
	Ano de Construção
	<input type="text" value="1968"/>
	Área do Terreno (m2)
	<input type="text" value="549"/>
	Área de Implantação (m2)
	<input type="text" value="269"/>
	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Médio"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="1"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="2"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>
Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:

INAG:

CÂMARA MUNICIPAL:

CONS. DO REGISTO PREDIAL:

REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS:

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande

IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="José Gonçalves da Cruz"/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="147593700"/>	Morada	<input type="text" value="Pct. Dr. Alberto Souto, n.º 7 - 3º"/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3800-147 Aveiro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>
Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Condomínio	<input type="text"/>
Fotografia	
	Ano de Construção
	<input type="text" value="1968"/>
	Área do Terreno (m2)
	<input type="text" value="591"/>
	Área de Implantação (m2)
	<input type="text" value="191"/>
	Material
	<input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação
	<input type="text" value="Médio"/>
	N.º de Fogos
	<input type="text" value="1"/>
	N.º de Pisos
	<input type="text" value="2"/>
	Uso Funcional
	<input type="text" value="Habitação"/>
	Situação
	<input type="text" value="Ocupado"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>
Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL:
CONS. DO REGISTO PREDIAL:
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS:

Ficha de Identificação e Caracterização

Troço Ovar - Marinha Grande

IDENTIFICAÇÃO DA LICENÇA

Entidade Emissora	<input type="text"/>	Situação	<input type="text" value="Sem Licença"/>
Ref. de Emissão	<input type="text"/>	Acção	<input type="text"/>

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	<input type="text" value="Construções Casa Própria Lda."/>		
N.º de Contribuinte	<input type="text" value="501989501"/>	Morada	<input type="text" value="Galerias José Estêvão, Rua G. F. Pinto Basto, N.º17, 1."/>
N.º do BI	<input type="text"/>	Código Postal	<input type="text" value="3810-119 Aveiro"/>
Data de Emissão do BI	<input type="text"/>	Telefone	<input type="text" value="234 428039"/>
Arquivo do BI	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>

EDIFÍCIO

Identificação	Caracterização
Morada	<input type="text" value="Av. João Corte Real - Praia da Barra"/>
Código Postal	<input type="text" value="3830-751 Gafanha da Nazaré"/>
Condomínio	<input type="text"/>
Fotografia	
	Ano de Construção <input type="text"/>
	Área do Terreno (m2) <input type="text" value="2250"/>
	Área de Implantação (m2) <input type="text"/>
	Material <input type="text" value="Alvenaria"/>
	Estado de Conservação <input type="text"/>
	N.º de Fogos <input type="text" value="32"/>
	N.º de Pisos <input type="text" value="3 + recuado"/>
	Uso Funcional <input type="text" value="Habitação"/>
	Situação <input type="text" value="Em construção"/>

IDENTIFICAÇÃO DA PRAIA

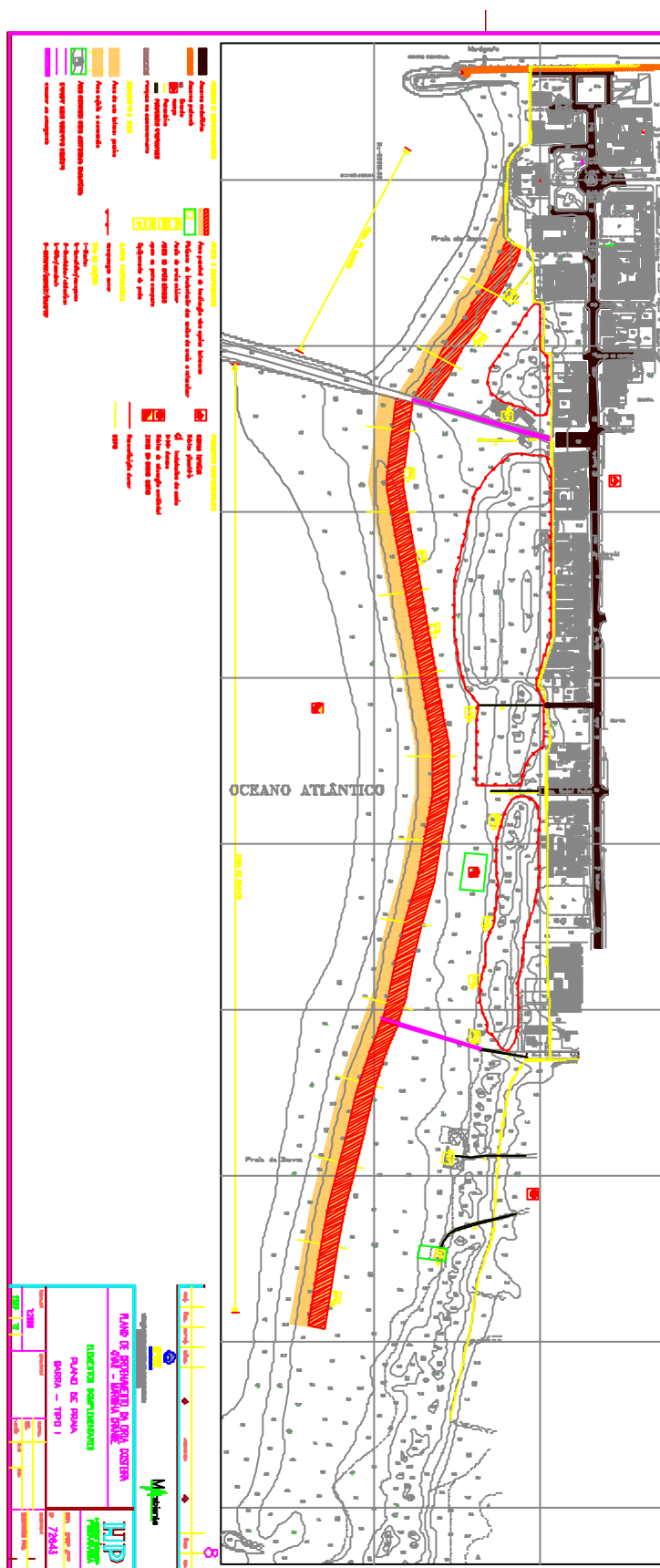
Plano de Praia	<input checked="" type="checkbox"/>
Número de Identificação	<input type="text" value="8"/>
Designação	<input type="text" value="Praia da Barra"/>
Concelho	<input type="text" value="Ílhavo"/>
Freguesia	<input type="text" value="Gafanha da Nazaré"/>
Entidade	<input type="text" value="APA"/>
Região de Turismo	<input type="text" value="Rota da Luz"/>

OBSERVAÇÕES

DRAOT - C:
INAG:
CÂMARA MUNICIPAL: Processo n.º 165/99
CONS. DO REGISTO PREDIAL: 05611/030495
REPARTIÇÃO DAS FINANÇAS: inscrito na matriz rústica como terreno a pastagens de areia

ANEXO 6

Plano de Praia da Barra



Plano de Praia da Barra
Fonte: POOC de Ovar - Marinha Grande, 1999

ANEXO 7

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão da Barra



Unidades Operativas de Planeamento e Gestão da Barra
 Fonte: POOC de Ovar - Marinha Grande, 1999

ANEXO 8

**Caracterização da Área de Estudo
Litoral de Santa Catarina - Brasil**

Com este anexo pretende caracterizar-se, de forma breve, a área de estudo, localizada no litoral do Estado de Santa Catarina, no Brasil.



A costa brasileira tem uma extensão de cerca de 8 000 km, trata-se portanto dum país com uma enorme riqueza ao nível natural, dada a variedade de ecossistemas que se podem encontrar (Fig. 1).

Fig. 1 - Características naturais - Florianópolis

Nas áreas costeiras, em geral, tem-se verificado uma elevada ocupação, principalmente urbana, turística e industrial, no entanto a concentração populacional tem-se dado só em alguns pontos localizados. *“Metade da população brasileira reside a não mais de 200 Km do mar, o que equivale a um efetivo de mais de 70 milhões de habitantes cuja forma de vida impacta diretamente os ambientes litorâneos.”* (Calliari et al., 2001). Com esta afirmação pode ter-se uma noção da pressão que a zona costeira está a sofrer. Para uma melhor percepção da situação, utilizando dados relativos a áreas efectivamente litorais, *“atinge-se quase 25 milhões de habitantes, distribuídos em apenas onze aglomerações urbanas na costa.”* (Calliari et al., 2001). Outro dado que merece destaque é o facto de que *“Cinco das nove regiões metropolitanas brasileiras encontram-se à beira-mar, correspondendo a cerca de 15% da população do país.”* (Calliari et al., 2001).

Identificam-se, genericamente, como problemas ambientais da costa brasileira: o desmatamento e os aterros de mangais, a pesca descontrolada, a degradação da qualidade das águas devido à poluição, a erosão, a inundação costeira ao longo de rios, os conflitos entre diversos utilizadores (nomeadamente actividade pesqueira versus turismo), entre outros (Calliari et al., 2001).

Assim como a maioria das áreas costeiras, também o Estado de Santa Catarina possui uma intensa ocupação do litoral (Fig. 2).

Segundo a caracterização apresentada na Agenda 21 Local de Florianópolis *“Dos quase 450 Km² de área total do município, somente 12 Km², aproximadamente, localizam-se no continente, (...) A Ilha tem 54 Km de comprimento, por 18 de largura e 172 Km de orla marítima, na qual encontram-se mais de 40 praias, inúmeros costões, rios, lagoas, dunas restingas, mangues e montanhas. Florianópolis está cercada por mais de 30 ilhotas, tem lugares especialíssimos (...).”* (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000, p. 25).



Fig. 2 - Florianópolis
Fonte: Fotoimagem

“A hidrografia do município compõe-se de seis bacias: Ratones, Saco Grande, Lagoa da Conceição, Itacorubi, Rio Tavares e Lagoa do Peri.” (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000, p. 25).

“A formação lacustre tem a Lagoa da Conceição, com área de 19,71 Km², contendo água salobra, sendo uma das mais importantes do litoral catarinense por ser renomado ponto de atracção turística. A Lagoa do Peri, com área de 5,15 Km², é um importante manancial de água doce. Destacam-se, também, a Lagoa Pequena e a Lagoa da Chica, em Campeche, a Lagoinha do Leste, em Pântano do Sul, e a Lagoinha, em Pontas das Canas.” (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000, p. 25) (Fig. 3 e Fig. 3).

“Quanto à geomorfologia e ao relevo, predominam as planícies litorâneas, com representações das serras do leste catarinense, onde a hipsometria do município fica quase que exclusivamente dentro da faixa de zero metro até 200 metros, embora apareçam pontos mais altos, como o morro do Ribeirão da Ilha, com seus 532 metros de altitude.” (Agenda 21 Local de Florianópolis, 2000, p. 26).



Fig. 3 - Lagoa da Conceição
Fonte: Fotoimagem



Fig. 4 - Lagoa do Peri
Fonte: Fotoimagem



“Tradicionalmente, a pesca artesanal e a pesca industrial sempre tiveram o seu peso na composição econômica do município de Florianópolis.

Fig. 5 - Pesca - Sto. Antônio de Lisboa

Essa situação ainda perdura, como igualmente ainda se apresentam outras atividades do setor primário da economia, a agricultura e a pecuária, que continuam dando suas modestas contribuições ao produto interno bruto do município. Mais fortes, apresentam-se a chamada indústria da construção civil e o setor de representação comercial. Modernamente surge a aquicultura, que a cada dia se torna mais expressiva, e tem um potencial indefinido para a população ativa ligada ao setor marinho.

Nos últimos anos, a Capital de Santa Catarina vem sendo envolvida pela sua natural condição de ponto turístico, atraindo os brasileiros e principalmente a população estrangeira do Mercosul, isso aliado ao comércio e a sua estrutura administrativa pública, municipal, estadual e federal, compõem um expressivo setor de serviços, que reuniu mais de 80% das atividades econômicas. Também, aparentemente com um impulso promissor, tem surgido a indústria do vestuário e da informática.” (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000, p. 26) (Fig. 5).

Segundo os dados do censo demográfico de 1996, o município de Florianópolis tem uma população total de cerca de 271 300 habitantes, com uma população flutuante nos meses de Janeiro a Fevereiro de cerca de 304 000 pessoas, segundo a Santa Catarina Turismo SA, para o ano de 1997.



O Distrito de Sto. António (Fig.6) tem, segundo a caracterização sócio-económica do seu Plano de Desenvolvimento Integrado, cerca de 7 000 habitantes (Agosto/ 2001). Sto. António de Lisboa é a freguesia mais antiga da ilha e com grande presença da cultura açoriana, destacando-se a festa do Divino Espírito Santo que se realiza anualmente no mês de Setembro.

Fig. 6 - Sto. António de Lisboa
Fonte: Arq. Joel Pacheco - IPUF

A extensão da orla deste distrito é de cerca de 20 Km, variando de praias arenosas a encostas rochosas (Fig. 9).



Fig. 7 - Geologia - Sto. António de Lisboa
Fonte: Arq. Joel Pacheco - IPUF

Verifica-se nesta área um certo recuo do nível do mar, associado à acumulação de uma quantidade significativa de sedimentos e à baixa profundidade das águas. A maioria das áreas mais baixas tem vindo a sofrer um contínuo processo de urbanização (Fig. 6 e 8).



Fig. 8 - Densa ocupação - Sto. António de Lisboa

Verifica-se, também, a presença de loteamentos clandestinos e condomínios em situação irregular, ocupação inadequada de Terrenos de Marinha, impedimento de acesso público às praias (Fig. 9), cérceas superiores aos valores permitidos, falta de áreas de lazer de uso comum, entre outros.



Fig. 9 - Privatização do litoral - Sto. António de Lisboa

Refira-se, ainda, ao nível económico que este distrito foi pioneiro na cultura de ostras



(Fig. 10), no Estado de Santa Catarina. O seu início foi em 1985, tornando-se num grande contributo para a melhoria de vida dos pescadores locais. Outra actividade que também tem contribuído para o enriquecimento local é a gastronomia, essencialmente à base de espécies aqui cultivadas.

Fig. 10 - Cultura de ostra - Sto. Antônio de Lisboa
Fonte: Arq. Joel Pacheco - IPUF

Estas são as duas actividades que se destacam como alternativas para o rendimento dos pescadores, uma vez que a pesca artesanal, actividade tradicional da região, se encontra actualmente em declínio. Em crescimento está o turismo, apesar de ser uma actividade apenas de carácter sazonal.

ANEXO 9

Conflitos e Problemas Identificados e Actividades Propostas no Âmbito do Projeto Orla do Distrito de Santo António de Lisboa

CONFLITO	PROBLEMA	IMPACTOS	ACÇÕES	OBJECTIVO	ACTIVIDADES
O C U P A Ç Ã O T E R R I T O R I A L	Ocupação Irregular	Descaracterização do património físico, natural e cultural	Desenvolvimento de um plano de ordenamento para a orla costeira	Promover o ordenamento do uso da orla costeira	Actualização da legislação de uso e ocupação do solo Elaboração de projectos urbanísticos e paisagísticos específicos Elaboração e implantação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira
	ou	Privatização da orla e obstrução visual do mar	Desenvolvimento de um programa de fiscalização integrada	Controlar o cumprimento da legislação e das medidas ou normas propostas no plano	Definição de estratégias de actuação para áreas já comprometidas Articulação e elaboração de um programa de fiscalização integrada Padronização do registo de ocorrências Elaboração de cronogramas de operações conjuntas
	Inadequada da Orla	Crescente ocupação irregular em terrenos de marinha, considerados <i>'non aedificandi'</i>			
			Divulgação do plano de ordenamento da orla costeira	Fomentar a participação pública	Promoção de campanhas informativas e de sensibilização
			Monitorização dos usos da orla costeira	Acompanhar indicadores de crescimento urbano na orla costeira	Definição de indicadores e elaboração do plano de monitorização

CONFLITO	PROBLEMA	IMPACTOS	ACÇÕES	OBJECTIVO	ACTIVIDADES
O C U P A Ç Ã O T E R R I T O R I A L	Deficiência e Inadequação dos Acessos Viários e Pedonais	Insuficiência de acessos públicos à praia, promovendo a privatização da mesma	Readequação da estrutura viária actual	Promover o ordenamento das diferentes modalidades de circulação e a segurança dos pedestres. Valorizar e integrar os pontos de interesse público	Elaboração e aplicação de um plano alternativo de mobilidade urbana Implantação de melhorias no sistema de circulação de pedestres Elaboração e implantação de um plano de valorização dos roteiros de circulação de pedestres e ciclistas
		Agravamento do problema de mobilidade urbana devido à falta de investimento em acessos viários e pedonais Insegurança no tráfego, aos níveis viário e pedonal	Desenvolvimento de um programa de fiscalização integrada	Inibir a privatização da orla, garantindo o acesso público à praia	Aplicação da legislação de acessibilidade pública às praias prevista na Lei 2193/85 Fiscalização de controlo das irregularidades praticadas (afastamentos, ocupação ilegal, impedimento de acesso à praia, ...)

CONFLITO	PROBLEMA	IMPACTOS	ACÇÕES	OBJECTIVO	ACTIVIDADES
UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	Espaço marítimo desordenado	Sub-aproveitamento e desvalorização das potencialidades náuticas das águas da baía para a vela e outras actividades desportivas	Zonamento do espaço marítimo	Ordenar o espaço marítimo da orla	Elaborar e implementar uma proposta de zonamento da orla
		Sub-aproveitamento dos recursos económicos marítimos (pesca, maricultura e turismo)	Divulgação do zonamento do espaço marítimo	Sensibilizar os actores envolvidos no processo	Divulgação através dos diversos meios de comunicação
			Implantação de um programa de monitorização	Avaliar a eficácia das zonas para adequação das acções propostas	Definição de indicadores e elaboração do programa Implementação do programa de monitorização
			Implantação de um programa de fiscalização integrada	Articular os órgãos de fiscalização para optimizar os seus trabalhos	Padronização do registo de ocorrências Elaboração de cronogramas de operações conjuntas
			Ordenamento da maricultura	Contribuir com o desenvolvimento da maricultura	Regulamentação das actividades de maricultura
			Equipar a orla: sinalização e mobiliário	Ordenar a ocupação da faixa à beira-mar	Elaboração de um plano para readequação da implantação de equipamentos
			Incentivo das actividades náuticas	Promover/ optimizar novas opções de lazer no mar	Realização de eventos de promoção do potencial do uso da baía para vela, remo, canoagem, entre outros desportos

CONFLITO	PROBLEMA	IMPACTOS	ACÇÕES	OBJECTIVO	ACTIVIDADES
O R D E M S O C I A L	Descarac- terização	Descaracterização do património físico, natural e cultural	Promoção e incentivo dos valores culturais representados pelas práticas económicas tradicionais (pesca, maricultura, artesanato, entre outras)	Tratamento prioritário relativo às actividades colectivas (lazer e produção)	Destinar áreas públicas, junto à orla, para actividades de lazer e actividades comunitárias Realizar eventos para resgatar e fomentar as actividades tradicionais da comunidade
	Paisagís- tica	Privatização da orla e obstrução visual do mar	Promoção de novas oportunidades de emprego e rendas locais	Estimular a produção e o comércio local	Gerir a criação de incentivos económicos e fiscais e adaptados ao desenvolvimento local
		Crescente ocupação irregular em terrenos de marinha, considerados ' <i>non aedificandi</i> '	Desenvolvimento de um plano de fiscalização cidadã	Integrar a comunidade nas acções de fiscalização	Realizar periodicamente cursos de capacitação de 'Agentes de Fiscalização Colaboradores' Elaboração de propostas de estratégias de fiscalização em conjunto com os participantes do curso

CONFLITO	PROBLEMA	IMPACTOS	ACÇÕES	OBJECTIVO	ACTIVIDADES
U S O S M Ú L T I P L O S	Poluição	Comprometimento crescente dos valores ambientais, gerado pela poluição da areia, mar, canais e mangais da região	Elaboração de um plano de saneamento básico	Controlar os usos geradores de poluição das águas costeiras Definir os sistemas de colecta e tratamento de resíduos	Elaborar um programa para regularizar os sistemas de saneamento existentes Identificar os focos poluidores de águas marítimas Implantação do plano de saneamento básico
		Comprometimento da biodiversidade local	Implantação de um programa de fiscalização integrada	Articular os órgãos de fiscalização para otimizar os esforços de controlo do cumprimento da legislação e das medidas ou normas propostas	Articular e elaborar um programa de fiscalização integrada Padronizar o registo de ocorrências Elaborar cronogramas de operações conjuntas
		Descaracterização da paisagem e perda dos valores cénicos pitorescos	Cadastro de bares e restaurantes	Controlar os estabelecimentos potencialmente poluidores	Elaborar cadastro e realizar levantamento de empreendimentos
		Comprometimento do desenvolvimento económico da região representado pela pesca, maricultura e turismo	Implantação de um programa de monitorização	Diminuir a poluição produzida pelas embarcações	Elaborar cadastro e realizar levantamento de embarcações em marinas e atracadouros Definir indicadores e elaborar programa de monitorização Implementar programa de monitorização